



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**O MERCADO EDUCACIONAL SUPERIOR EM SERGIPE:  
EFEITOS DA REATIVIDADE CAUSADOS PELO ENADE QUANTO  
INDICADOR DE QUALIDADE**

Andrews Veikman Nunes Caetano

São Cristóvão - SE,

2018

Andrews Veikman Nunes Caetano

**O MERCADO EDUCACIONAL SUPERIOR EM SERGIPE:  
EFEITOS DA REATIVIDADE CAUSADOS PELO ENADE QUANTO  
INDICADOR DE QUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Dra. Marina de Souza Sartore

São Cristóvão - SE,

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C127m Caetano, Andrews Veikman Nunes  
O mercado educacional superior em Sergipe : efeitos da reatividade causados pelo Enade quanto indicador de qualidade / Andrews Veikman Nunes Caetano ; orientadora Marina de Souza Sartore. – São Cristóvão, SE, 2018.  
102 f. :il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Sociologia educacional. 2. Indicadores educacionais. 3. Qualidade educação. 4. Ensino superior - Sergipe. 5. Ensino superior e Estado . I. Sartore, Marina de Souza, orient. II. Título.

CDU 316:378.014.6(813.7)

ANDREWS VEIKMAN NUNES CAETANO

O MERCADO EDUCACIONAL SUPERIOR EM SERGIPE: EFEITOS  
DA REATIVIDADE CAUSADOS PELO ENADE QUANTO  
INDICADOR DE QUALIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual. Esta dissertação foi julgada e aprovada pela comissão abaixo assinada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

São Cristóvão, Sergipe, Brasil

---

Prof.(a) Dr.(a). Marina De Souza Sartore – Orientadora  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

---

Prof. Dr. Antônio Vital Menezes de Souza – Membro Externo  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

---

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa – Membro Interno  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

## RESUMO

O uso de indicadores tem se tornado uma forte ferramenta para a formulação de políticas públicas, essa afirmação é sustentada pela confiança e fácil entendimento que os números podem trazer. Diante desse fenômeno no campo social, existem pesquisas que levantam importantes questionamentos, destacamos aquele a respeito do papel exercido pelos índices e como as pessoas reagem a eles e modificam o seu modo de pensar e agir. Desenvolvemos o estudo sobre tais fenômenos no campo educacional mais restrito, na escolha de duas instituições de ensino superior, com o uso de questionários e observações do campo de estudo, essas ações permitiram debater e refletir sobre a abrangência dos efeitos de reatividade e a profecia auto-realizante em Sergipe. Analisou duas universidades do Estado de Sergipe, com foco no indicador ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), revelamos as relações existentes entre o indicador, os estudantes e a sociedade como um todo. Conseguimos como resultado provar que existe reatividade entre os estudantes e o indicador educacional, as universidades conseguiam utilizar o mesmo para direcionar as escolhas dos discentes, com consequência, tivemos a mudança cultural ao decidir o futuro no campo do ensino superior.

**PALAVRA-CHAVE:** Indicadores; Reatividade; Profecia Auto-Realizante; Enade.

## ABSTRACT

The use of indicators has become a strong tool for the formulation of public policies, this assertion is supported by the trust and easy understanding that the numbers can bring. Faced with this phenomenon in the social field, there are researches that raise important questions, we highlight the one about the role played by the indexes and how people react to them and modify their way of thinking and acting. We have developed the study of such phenomena in the narrower educational field, by choosing two higher education institutions, we propose to debate and reflect on the comprehensiveness of the effects of reactivity and self-fulfilling prophecy in a more limited field. The study focuses on the two main universities in the State of Sergipe, the application of questionnaires with questions about the ENADE (National Student Performance Exam), revealing the relationships between the indicator, students and society as a whole. The result will confirm or not the existence of these phenomena, even if it replicates in a more limited field.

**KEYWORDS:** Indicators; Reactivity; Self-Realizing Prophecy; Enade.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	8
1.1 Apresentação do Problema .....	9
1.2 Hipótese .....	12
1.3 Justificativa .....	12
1.4 Objetivo Geral .....	12
1.4.1 Objetivos Específicos .....	13
1.5 Organização .....	13
2. Conhecendo as instituições e o curso de direito na Unit e UFS .....	14
2.1 História da Universidade Tiradentes (UNIT) .....	14
2.2 Curso De Direito Da Unit .....	25
2.3 UFS Sua História E Constituição .....	33
2.4 Curso De Direito Da UFS .....	38
2.5 Resultados Do Curso De Direito Da Unit E UFS no ENADE .....	40
3. Breve História do ENADE .....	42
4. Revisão de Literatura .....	52
4.1 Entendendo os Usos da Avaliação e Valoração .....	53
4.2 Uso dos Rankings no Conceito de Reatividade e suas Implicações .....	59
4.3 O Papel dos Números na Sociologia e na Formulação das Políticas Públicas.....	67
5. Metodologia .....	74
6. Resultados e Implicações do Campo de Estudo .....	75
7. Conclusão .....	94
8. Referências Bibliográficas.....	96
9. Anexos .....	100

## 1. INTRODUÇÃO

A criação de métodos de mensuração da qualidade no ensino foi um importante passo para o avanço dos níveis educacionais tornarem-se cada vez melhores. Essa importante medida surgiu desde a constituição de 1988, nela temos a busca pela universalização dos direitos sociais, propiciando a formação de um Estado de Bem-Estar social, situação que é possível através das políticas públicas que possam garantir essa realidade, por meio de uma perspectiva de qualidade na qual podemos entender seguir a lógica empresarial, o contraponto para esse posicionamento está na democratização da educação e é justamente nessa questão que entra os indicadores e ferramentas de mensuração de qualidade, garantido a qualidade do ensino. Após diversas mudanças nesses indicadores, temos como o mais importante o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), ele constitui-se em um dos instrumentos de avaliação e informação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), todo o debate a respeito de sua implementação, bem como a sua constituição será abordado nos próximos capítulos.

Mas este indicador é apenas utilizado para medir a qualidade do ensino ou existem outras consequências em torno de sua aplicação? Através de uma atenta observação percebemos que as Instituições de Ensino Superior - IES- públicas e particulares reagem a este indicador de maneiras diferentes o que nos leva a questionar (1) quais são estas diferentes formas de reação ao serem mensuradas pelo ENADE e (2) porquê reagem de forma diferente?

Ao eleger as formas de reação ao ENADE, estamos ao mesmo tempo entrando no debate existente a respeito da sociologia da valoração e da avaliação, que reúne trabalhos cujo eixo central analítico são as formas e as disputas em torno da valoração e da avaliação explicam as configurações dos diferentes mercados como o da arte, o financeiro, o educacional vide trabalhos desenvolvidos por Cefai e Lamont, os mesmos trazem profundas contribuições que nos ajudam a delimitar o quão relevante é essa questão para o campo (1996, 2013). Dentro deste conjunto de autores, encontram-se os trabalhos de EESPELAND e Sauder (2007, 2008, 2012) eles trabalham em pontos que servirão de base para o nosso estudo.



## 1.1 Apresentação do Problema

Para tentarmos compreender como o ENADE possivelmente influencia as relações dentro do ambiente universitário, partiremos da análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) dos cursos de graduação nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância. O ENADE foi criado com o principal objetivo de avaliar o rendimento de cada aluno nos cursos de graduação que é medido através da realização de uma prova para alunos ingressantes e concluintes cuja matéria cobrada tem relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados.

Um fato que torna o exame universal para todos os ingressantes e concludentes está por ele ser obrigatório aos alunos selecionados para a realização das provas, tornando-se condição indispensável para a emissão do Diploma. “A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento”. (MEC, 2000?)

A aplicação do ENADE é voltada para todas as instituições de ensino superior, sendo elas particulares ou públicas, para melhor entendermos suas diferenciações compreendemos como universidades privadas aquelas que tem em sua natureza de universidade, serem constituídas por fundações, associações particulares com objetivos econômicos bem definidos não muito diferente de qualquer empresa operando no mercado financeiro. As universidades públicas são constituídas pelo governo federal, estadual ou municipal, ou seja, são mantidas pelo poder público, sendo financiadas por meio da arrecadação de impostos e tributos pagos pelos residentes do país em que as mesmas são criadas.

Para entendermos a abrangência do uso do ENADE, vale ressaltar a evolução no número de universidades no Brasil e como consequência os desafios enfrentados em se manter um nível igual na qualidade de ensino aplicada nessas instituições.

TABELA 1

NÚMERO DE IES NO BRASIL POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA E ANO															
CAIANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Federal	55	56	57	57	57	57	57	56	57	60	61	63	73	83	87
Estadual	83	82	82	77	73	76	74	74	74	72	61	63	65	65	75
Municipal	84	84	88	87	88	77	80	81	78	60	54	53	57	59	62
Particular	696	671	666	652	633	684	711	689	764	905	1004	1208	1442	1652	1789
<b>Total</b>	<b>918</b>	<b>893</b>	<b>893</b>	<b>873</b>	<b>851</b>	<b>894</b>	<b>922</b>	<b>900</b>	<b>973</b>	<b>1097</b>	<b>1180</b>	<b>1391</b>	<b>1637</b>	<b>1859</b>	<b>2013</b>

Fonte 1 - HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João; CASTRO, Marcos de, e MACIEL, Cristiano de Oliveira. 2008

Ao analisar a tabela podemos perceber claramente um crescimento acelerado das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, no ano de 2004 elas representavam 89% das IES somando-se as federais, estaduais e municipais, números expressivos que confirmam a necessidade em se acompanhar o ensino prestado nessas instituições.

Em Sergipe temos de acordo com dados informados pelo MEC na sua base de dados<sup>1</sup>, 21 IES, dentre elas 18 particulares, 02 de natureza pública e 01 privada mas sem fins lucrativos, comprovando que ocorre o mesmo em Sergipe no que diz respeito ao número superior de universidades particulares. Das instituições públicas destacamos a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS) e uma terceira privada sem fins lucrativos a Faculdade Dom Pedro II de Sergipe (DP II Sergipe). Das IES particulares destacamos a Universidade Tiradentes (UNIT).

Todas as 21 faculdades listadas anteriormente são avaliadas pelo ENADE e que, nosso estudo de caso será sobre os cursos de direito da UFS e da UNIT. Nosso problema de pesquisa surgiu a partir da nossa percepção de que além de medir a qualidade do ensino, os cursos de direito da UNIT e da UFS reagem ao ENADE, pois quando somos

<sup>1</sup> Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/> > Acesso em mar. 2018.

avaliados, reagimos ao processo de avaliação.

Todo nosso debate é inspirado nos trabalhos de EESPELAND e Sauder (2007, 2008, 2012), no qual os mesmos afirmam que existem dois tipos de reatividade: a profecia auto-realizante e a comensuração. Na profecia auto-realizante temos “os processos pelos quais se cria uma realidade a partir de uma previsão que confirma as expectativas ou ainda, a partir de uma falsa realidade” (SARTORE, 2010). A comensuração “é a expressão ou a medida de características normalmente representadas por diferentes unidades de acordo com uma métrica comum” (EESPELAND, 2012). Ou seja, “se a profecia auto-realizante se refere muito mais a mudanças no comportamento, a comensuração modifica a cognição, ou seja, modifica como pensamos sobre o assunto” (SARTORE, 2010).

De acordo com essas definições temos afinal que, “as pessoas são seres reflexivos que continuamente monitoram e interpretam o mundo e ajustam suas ações de acordo, as medidas que são reativas” (EESPELAND e STEVENS, 2007). Esse conceito de reatividade explica o porquê da importância em se estudar como números podem mudar e condicionar toda uma estrutura organizacional e como as pessoas creditam valor a esses resultados.

Partindo da observação de como o indivíduo se posiciona e reage quando é posto sob avaliação, princípio observado pela reatividade, traçamos o estudo do funcionamento do indicador ENADE, sistema de avaliação dos estudantes ingressantes e concluintes no ensino superior, começamos a questionar suas relações nas redes de ensino superior particular e pública e como cada rede atua na motivação de discentes e do corpo docente, direcionando esforços para obter um bom resultado no índice.

A hipótese é a de que as formas de reatividade, analisadas pela profecia auto-realizante a comensuração, diferem em instituições particulares e públicas. Diante de tal hipótese focaremos na busca pelos impactos que um indicador, no caso o ENADE, pode trazer nas relações entre docentes e discentes na universidade públicas e federais tendo como estudo de caso o curso de Direito da UNIT e UFS. E por consequência, como esses índices conseguem construir novas realidades e conceitos que nos remetem as percepções de educação ideal e instituições que se tornam modelo de ensino.

Deixamos a seguinte pergunta: As formas de reatividade dos cursos de direito da UFS e da UNIT variam de acordo com a natureza pública ou privada das universidades às quais estes cursos pertencem?

## **1.2 Hipótese**

Sim. A hipótese é a de que há reatividade ao indicador ENADE, que ocorre a partir dois conceitos conhecidos como profecia auto-realizante a comensuração, que variam de acordo com a orientação mercadológica das universidades.

## **1.3 Justificativa**

Essa pesquisa tem como produção científica o objetivo de apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a discussão sobre os efeitos de reatividade ao indicador ENADE, além do aspecto prático muito relevante, reveste-se de importância para o meio acadêmico. Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre indicadores e ranking nas instituições de ensino pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social. Para o curso de Sociologia na área de conhecimento que envolve a Sociologia Econômica, pesquisas e trabalhos sobre o nosso tema são cada vez mais necessários e pertinentes.

Faz componente importante para a realização do mestrado acadêmico, tendo como consequência contribuir aos estudos referentes a avaliação e valoração na perspectiva sergipana, uma vez que ainda são poucos os trabalhos dessa linha de pesquisa na região, contribuindo para o entendimento das de reação ao ENADE.

## **1.4 Objetivo Geral**

Analisar o indicador ENADE na ótica de ferramenta utilizada como reatividade e responsável pela Self Fulfilling Prophecy e Commensuration através do pensamento das instituições de ensino superior, docentes, discentes e a comunidade ao

lidar com o seu resultado.

### **1.4.1 Objetivos Específicos**

1. analisar o indicador como ferramenta política;
2. identificar os pontos de interação entre a sociedade e o indicador;
3. avaliar como os docentes lidam com essa ferramenta nas diferentes instituições de ensino superior, pública e privada;
4. avaliar como um indicador pode influenciar nas escolhas da sociedade sob a ótica do ENADE;
5. analisar o ranking trazido pelo ENADE e o seu papel atrativo para os estudantes.

## **1.5 Organização**

Nosso texto de dissertação está estruturado da seguinte forma: no Cap. 02 falaremos da história da UNIT e UFS e o curso de Direito inserido nelas, do qual é o objeto do nosso estudo; Cap. 03 discorreremos a respeito da história do ENADE, como surgiu e os processos de mensuração anteriores a ele; Cap. 04 faremos a revisão de literatura, com o objetivo de trazer a clara ideia a respeito dos alicerces teóricos utilizados em nosso estudo; Cap.05 trazemos o debate metodológico finalizando com os roteiros de entrevistas; Cap. 06 trará a abordagem do campo de estudo e a discussão dos resultados e no Cap. 07 desenvolveremos a conclusão.

Dessa forma buscamos uma melhor clareza ao percorrer todo o processo de pesquisa fundamentada por uma vasta bibliografia que possa confirmar a nossa hipótese. Ajudando também no acompanhamento do nosso processo de construção de forma clara e continua, dessa maneira buscamos minimizar qualquer problema de entendimento referente ao tema e objeto estudados.

## 2. Conhecendo as instituições e o curso de direito na Unit e UFS

### 2.1 História da Universidade Tiradentes (UNIT)

O estado de Sergipe conta com 12 instituições de ensino superior<sup>2</sup>, das quais uma universidade pública, uma universidade particular (Unit) e um Instituto Federal de Educação, sendo as demais constituídas por Faculdades. (PROJETO PEDAGÓGICO UNIT, 2017).

A Unit tem sua sede em Aracaju, na capital do Estado de Sergipe, onde se localizam os Campi Aracaju Centro e Aracaju Farolândia. Atua também no interior do Estado através de campi avançados, na cidade de Estância, região sul de Sergipe; no município de Itabaiana, leste sergipano e em Própria, cidade fronteiriça situada na região norte do Estado, a Unit tem cerca de 29.877 alunos matriculados<sup>3</sup>, porção extremamente significativa do Estado, esses números concentram-se em sua maior parte na capital sergipana.

Ao iniciar sua história em 1962 como Colégio Tiradentes e ao ser reconhecida como universidade em 1994 pela Portaria 1274 do Ministério da Educação e Desporto, a UNIT se destaca como a única universidade privada do Estado. Com os cursos iniciais de Economia, Ciências Contábeis e Administração, a instituição oferece atualmente 32 cursos de graduação, sendo nove licenciaturas e 23 bacharelados, ainda com 12 cursos tecnológicos, 27 pós-graduações lato sensu e sete stricto sensu. (SILVA, 2012, p. 43)

Quando nos propomos a escolher o curso de direito na Universidade Tiradentes (UNIT), começamos por buscar entender a sua história e os motivos que levaram o curso ofertado a ser um dos que mais se destacam em território sergipano, muito devido aos bons resultados obtidos pelo curso no ENADE durante a passagem das avaliações. Assim, para melhor compreender os diversos pontos que estão relacionados ao processo de implementação do curso no estado, cabe entender um pouco mais a sua origem. Mas antes de entrarmos nessa questão, vale ressaltar que a Universidade Tiradentes adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme

---

<sup>2</sup>Dados retirados do site < <https://portal.unit.br/cursos/wp-content/uploads/sites/6/2014/08/PPC-de-Engenharia-EI%C3%A9trica-2017.pdf> > Acesso em 07 de Fev. de 2018.

<sup>3</sup> Dados retirados do site < <https://ruf.folha.uol.com.br/2015/perfil/universidade-tiradentes-unit-398.shtml> > Acesso em 07 de Fev. de 2018.

apresentada pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

A UNESCO entende a educação como objetivo de proporcionar ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos, capacitando-se para o exercício profissional em tempos de constantes mudanças. Quando analisamos a questão educacional verificamos a preocupação em orientar o discente tornando-o, dinâmico mesmo em um ambiente de constante processo de mudança, permitindo-lhe se posicionar diante das questões que lhes são postas. Tais noções constam no projeto pedagógico do curso de Direito da Unit, facilitando nosso entendimento quanto as suas percepções educacionais e consequentemente o que se defende quanto ao ensino praticado.

A Unit, foca nas seguintes premissas, “adotando uma educação capaz de promover situações de ensino e aprendizagem voltadas para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências”. De acordo com tal, incorpora-se à realização de situações de ensino e vivências acadêmicas, abordagens que propiciam:

- O desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado;
- A busca da unidade entre teoria e prática;
- A integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- A construção permanente da qualidade de ensino.

Nesse sentido, podemos entender a busca da excelência do ensino que como resultado se constitui numa diretriz basilar para permitir a implantação de propostas educacionais arrojadas e adequadas ao contexto contemporâneo, visando atender a amplitude e a diversidade da demanda por profissionais especializados aptos a atuarem em nossa sociedade.

Ao levantar os detalhes relacionados a educação compreendida pela instituição, nos abre o universo em que a instituição pensa a avaliação e por consequência, como a mesma movimenta seus recursos em prol de resultados que tragam o bom reconhecimento, como visto anteriormente, a prática comum em se aliar os resultados a uma publicidade que possa angariar novo alunos ingressantes na Universidade.

Para melhor entender como ocorre tais relações, deixamos claro que movimentos parecidos a esse é notado em todo território nacional, não se restringindo a realidade local, quando levantamos o questionamento a respeito dos rankings, por entender que o mesmo

não é o resultado natural ENADE e sim uma busca para se agregar valor aos resultados obtidos.

É importante entender como ocorreu toda a história da Universidade Tiradentes, para que assim, possamos compreender como cada passo em sua evolução serviu para moldar e se adequar as realidades que vinham se alterando graças aos índices valorativos.

A UNIT foi inaugurada em 1962, em parceria com o Colégio Tiradentes, que tinha como principal foco, ofertar ao estado de Sergipe, o Ensino Fundamental e Ensino Médio Profissionalizante, dentre eles podemos destacar o Pedagógico e Contabilidade, até então pioneiros na região.

O Colégio Tiradentes foi um dos primeiros a ofertar as modalidades de ensino médio e profissionalizante e tais avanços representaram um verdadeiro avanço para toda a região, uma vez que trazia à Aracaju características de ensino similares a praticadas na região sudeste, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.



Figura 2- Primeira Sede do Colégio Tiradentes.



Fonte 2-Página da Unit em meio eletrônico.<sup>4</sup>

Em 9 de dezembro de 1971, foi criada a Sociedade de Educação Tiradentes, sendo alcunhada como Faculdade Integradas Tiradentes (FITS), mantida pela Associação Sergipana de Administração (ASA), na época entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Reconhecida pela comunidade sergipana, ela foi autorizada pelo MEC em 1972 e os seguintes cursos entraram para a grade: Ciências Contábeis, Administração e Ciências Econômicas. Sendo os primeiros a serem ofertados, com características similares a outros cursos já consagrados em outros estados.

Podemos afirmar que as mudanças trazidas pela Unit trouxeram desenvolvimento para a rede educacional local, pois oferecia cursos que não eram disponibilizados devido a questão estrutural, essa engloba toda a estrutura física necessária para se fundar um colégio ou até mesmo uma faculdade, a grande barreira está

---

<sup>4</sup> - Disponível em: <<https://www.portal.unit.br/unit53anos/>> Acesso em dez. 2017.

nos altos investimentos necessários para se iniciar nesse ramo de atividade e a dificuldade em se conseguir aval do Ministério da Educação.

Figura 2- Sede da Faculdade Tiradentes



Fonte 2-Página da Unit em meio eletrônico.<sup>5</sup>

Em 1994, o MEC autorizou o funcionamento da Universidade Tiradentes, atualmente oferta cursos de Graduação presencial e EaD, cursos Superiores de Curta Duração, Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu (RELATÓRIO DO NEAD apud NERI, SANTOS e ANDRADE, 2015)

Logo em seguida em 25 de agosto de 1994, a Faculdade Integrada Tiradentes foi reconhecida como Universidade através da Portaria Ministerial nº 1.274 publicada no Diário Oficial da União nº164 em 26 de agosto de 1994, denominando-se Universidade Tiradentes – Unit.

---

<sup>5</sup> - Disponível em: <<https://www.portal.unit.br/unit53anos/>> acesso em dez. 2017.

A construção e reformulação da nova sede como podemos observar na imagem seguinte, representa o quanto o mercado sergipano tinha demanda suficiente para o desenvolvimento de cursos superiores. Esse novo patamar e curta evolução tem como principal bandeira: dispor aos seus discentes uma educação de qualidade, alinhada com o debate na época a respeito da mensuração dos índices que medem essa questão.

Figura 3- Sede da Faculdade Integradas Tiradentes



Fonte 3-Página da Unit em meio eletrônico.<sup>6</sup>

Em 2000, a Universidade Tiradentes lançou uma nova proposta de educação, passando a ofertar cursos de Educação a Distância - EAD, tendo o objetivo de interiorizar a educação superior no estado de Sergipe. A universidade tem em seu foco desenvolver práticas no sentido de preparar cursos de graduação, de extensão e disciplinas nos cursos presenciais de acordo com a Portaria nº 2253/MEC/2003.

No estado de Sergipe, a pioneira na educação a distância de ensino superior foi a Universidade Tiradentes – UNIT – em Março de 2000, a qual firmou convênio com o governo estadual e ofereceu cursos de graduação para professores da rede estadual de ensino e posteriormente para toda a população, como também, foi criado o NEAD sendo

---

<sup>6</sup> - Disponível em: <<https://www.portal.unit.br/unit53anos/>> acesso em dez. 2017.

este um setor de responsabilidade da coordenação administrativa e didático-pedagógica dos cursos e atividades na modalidade EAD.

Neste cenário a Universidade Tiradentes se destaca com uma ampla oferta de cursos tecnológicos e de graduação em 18 polos educacionais, que segundo o site UNIT EAD são: Aquidabã, Aracaju, Boquim, Carira, Carmópolis, Estância, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Monte Alegre, N<sup>a</sup>. Senhora das Dores, N<sup>a</sup> Senhora da Glória, Porto da Folha, N<sup>a</sup> Senhora do Socorro, Neópolis, Poço Verde, Propriá, Simão Dias, Tobias Barreto, Ribeirópolis e Umbaúba.

No campo dos bacharelados a UNIT oferece os cursos de Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia, Segurança no Trabalho, Serviço Social e Gestão de Recursos Humanos, além de Pós-Graduação a Distância. Além destes municípios de Sergipe, segundo o site da Universidade, a UNIT disponibiliza os seus cursos em mais 4 estados:

Quadro 1- Polos em Outros Estados

ESTADOS	UNIDADES
Alagoas	Arapiraca e Maceió
Bahia	Alagoinhas, Feira de Santana, Paulo Afonso, Salvador e Vitória da Conquista
Rio Grande do Norte	Mossoró
Pernambuco	Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Recife

Fonte 4-Página da Unit em meio eletrônico.<sup>7</sup>

O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da UNIT possibilita a disseminação do conhecimento no estado de Sergipe e de Alagoas. Foi criado em 1999 com o objetivo de gerenciar o projeto político-pedagógico dos cursos e atividades de educação a distância da UNIT, nos diversos níveis que se apresentam: extensão, graduação e pós-graduação, como o objetivo de desenvolver ações.

<sup>7</sup> - Disponível em: <<https://www.portal.unit.br/unit53anos/>> acesso em dez. 2018.

A Educação à Distância hoje é proveniente de um processo de agregação de conhecimento e prática, que possibilitou a construção de diversos recursos que associadas às Tecnologias de Informação e Comunicação possibilitaram uma verdadeira explosão na oferta de vagas em cursos de nível superior.

O processo ocorrido na Educação a Distância, possibilita entendermos o compromisso entre a instituição e a sociedade, compromisso de oferecer um ensino de qualidade e sempre amparado as novidades trazidas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, essa mudança nos possibilita entender como a universidade modifica as relações em prol da criação e posterior sustentação de uma imagem positiva e a frente do campo educacional.

Após o seu credenciamento (no MEC), a Universidade Tiradentes buscou qualificar profissionais no interior do Estado e para conseguir os objetivos propostos, definiu em cada um dos seus pontos a constituição de convênios com prefeituras municipais. Implantou, desde outubro de 2004, os seus polos de Educação a Distância nas cidades de Aquidabã, Aracaju, Boquim, Carira, Carmópolis, Estância, Itabaiana Lagarto, Laranjeiras, Monte Alegre, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Ribeirópolis, São Cristóvão, São Domingos, Simão Dias, Tobias Barreto e Umbaúba. A partir de 2014, também em cidades de outros estados como Alagoinhas, Feira de Santana, Salvador, Vitória da Conquista, na Bahia e em Caruaru, Garanhuns, Petrolina, no estado de Pernambuco, Mossoró, no Rio Grande do Norte e em Alagoas nas cidades de Arapiraca e Maceió.

A Universidade Tiradentes - Unit é mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda., também identificada pela sigla SET, sociedade simples, com sede e foro na cidade de Aracaju/SE, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do 10º Ofício na mesma Cidade sob nº 2232, Livro A-15, fls. 42 a 45, em 9 de dezembro de 1971. Seu representante legal é o Diretor Geral Jouberto Uchoa De Mendonca Junior<sup>8</sup>.

No ano de 2004, a IES foi credenciada para ofertar o Programa Especial de Formação Pedagógica para Portadores de Diploma de Educação Superior – PROFOPE,

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mzk4>> acesso em fev. 2018.

destinado aos professores da Educação Básica, nas áreas de Letras/Português e Matemática, que quisessem obter o registro profissional equivalente à licenciatura.

Nos dias atuais a instituição está com 55 (cinquenta e cinco) anos de existência, é mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes S/S LTDA, e disponibiliza 52 (cinquenta e dois) cursos de graduação, dos quais 33 (trinta e três) são bacharelados, 09 (nove) licenciaturas e 10 (dez) tecnológicos, ministrados em cinco campi: Aracaju - capital (Centro e Farolândia) e interior do Estado de Sergipe (Estância, Itabaiana e Propriá).

Com a ampla aceitação por parte dos discentes e pelo pioneirismo em expandir os seus cursos superiores pelo interior de Sergipe, a Unit teve condições de expandir também no campo da Pós-graduação. Quanto a oferta na modalidade Lato Sensu, é disponibilizada para a comunidade sergipana um total de 29 (vinte e nove) cursos nas mais diversas áreas de conhecimento; 05 (cinco) Stricto Sensu nas áreas de Engenharia de Processos, Saúde e Ambiente, Educação e Biotecnologia, além de 04 (quatro) doutorados em Engenharia de Processos, Saúde e Ambiente, Educação e Biotecnologia, ofertados em parceria com a Associação de Instituições de Ensino e Pesquisa da Região Nordeste do Brasil.

A universidade segue a estrutura de uma universidade com recursos oferecendo suporte aos discentes, a mais alta qualidade de equipamentos e serviços, dispõe do Centro de Saúde e Educação Ninota Garcia, do Laboratório Central de Biomedicina, do Centro de Memória Lourival Batista, do Memorial de Sergipe, da Farmácia-Escola, da Clínica de Odontologia e do mais recente empreendimento, o Decós Day Hospital, voltado para os alunos de medicina, tendo como o principal objetivo de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com esses diversos pontos oportunizados aos alunos podemos entender que a possibilidade de construir aos acadêmicos o conhecimento indispensável à sua formação é característica presente à instituição de maneira acadêmica curricular, além de fato, despertar e fomentar habilidades e aptidões para a produção de cultura.

Podemos entender que as numerosas e complexas estruturas criadas e aplicadas à realidade estudantil foram importantes para a Unit ter um amplo quadro de departamentos e setores, os mesmos desempenham papéis fundamentais de manutenção e constante avaliação, tendo como consequência a finalidade de facilitar a vida acadêmica dos seus alunos, mantendo os mais diversos projetos sociais, culturais e esportivos, trazendo como principal consequência a contribuição de forma significativa para o desenvolvimento social, econômico, cultural da região.



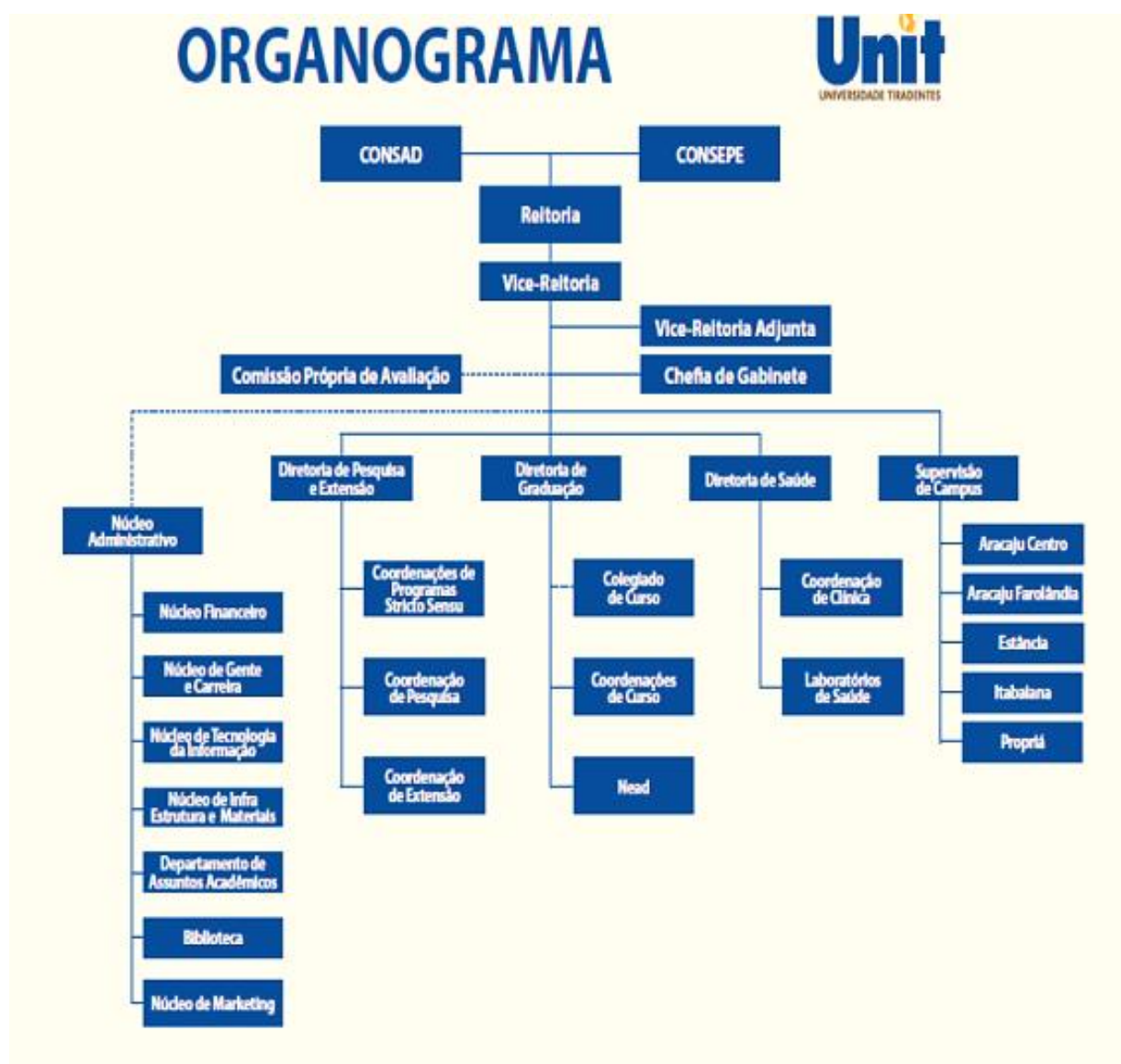
Ao analisarmos separadamente a sua infraestrutura, temos os seguintes dados disponibilizados pela própria instituição através do seu Projeto de Pedagógico:

1. **Campus Aracaju Centro** – Localizado à rua Lagarto nº 264, Centro, CEP:49010-390, telefax: (79) 3218-2100, Aracaju/SE; tem Biblioteca Setorial, Teatro Tiradentes, laboratórios de Informática e laboratórios de última geração para os cursos de Licenciatura em Letras-Português, Letras- Inglês, Pedagogia e História.
2. **Campus Aracaju Farolândia** – Localizado na av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, CEP 49032-490, telefax: (79) 3218- 2100 - Aracaju/SE. Foi implantado em 1994; tem uma Vila Olímpica com quadras poliesportivas, pista de atletismo, campo de futebol, piscinas; laboratórios de Informática; Complexo Laboratorial Interdisciplinar para as áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e Tecnológicas. Nesse campus também está localizado, o Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP, integrante do seletor grupo dos Institutos do Milênio/CNPq, que facilita o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia da Instituição.
3. **Campus Estância** – Localizado na Travessa Tenente Eloi, s/nº CEP: 49200-000, telefax: (79) 3522-3030 e (79) 3522-1775, Estância/SE (a 68 km de Aracaju). Foi implantado no segundo semestre de 1999. Dispõe de uma sede que privilegia uma ampla infraestrutura composta por: mini shopping com lojas de conveniência e lanchonetes; biblioteca setorial; laboratórios; amplas salas de aula e área de convivência. Oferta os cursos de Direito, Administração, Serviço Social e Enfermagem.
4. **Campus Itabaiana** – Localizado à rua José Paulo Santana, 1.254, bairro Sítio Porto, CEP: 49500-000, telefax: (79) 3431-5050, Itabaiana/SE (a 57 km de Aracaju), foi implantado em 25 de fevereiro 2002. Tem uma sede constituída por uma ampla infraestrutura composta por: mini shopping com lojas de conveniência e lanchonetes; biblioteca setorial; laboratório de informática; amplas salas de aula e área de convivência. Os cursos em funcionamento são: Administração, Direito, Enfermagem e Serviço Social.

5. **Campus Propriá** – Localizado à praça, Santa Luzia, nº 105, Centro, CEP: 49900-000, telefax: (79) 3322-2774, Propriá/SE, foi implantado no 1º semestre de 2004. Oferta os cursos de Direito, Serviço Social e Administração. E a sua infraestrutura contempla mini shopping com lojas de conveniência e lanchonetes; biblioteca setorial; laboratório de informática; amplas salas de aula, auditório e área de convivência.

A instituição tem em seu Organograma setores bem definidos como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 4-Organograma UNIT





Fonte 4-Projeto Pedagógico do Curso de Direito<sup>9</sup>

Dessa forma pode-se entender como os processos de controle, avaliação e execução estão em consoante relação de similaridade e parceria para o eficaz funcionamento da universidade, conseguindo obter bons resultados em sua avaliação, como por exemplo o crescente número de alunos ingressantes bem como premiações conquistadas na educação em seus cursos.

## **2.2 Curso De Direito Da Unit**

Para entendermos de maneira mais clara o papel do ENADE dentro das faculdades particulares, mais especificamente da UNIT, tendo como foco o seu curso de Direito, é importante sabermos como se dá sua estrutura e as mais diversas conexões, criadas para dar toda a vazão necessária a um dos cursos que mais se destacam no estado de Sergipe.

Com o objetivo de corroborar com tal assertiva temos um conjunto de notícias que fortalecem o discurso de destaque da Universidade Tiradentes, de acordo com a reportagem analisada,

No ano passado (2012), foram avaliados 8.184 cursos de 1.762 instituições nas áreas de ciências sociais aplicadas e ciências humanas, além dos eixos tecnológicos de gestão e negócios, apoio escolar, hospitalidade e lazer, produção cultural e design. Juntos, eles representam 38,7% do total de matrículas da educação superior no país. (ABRANTES, 2013)

O resultado desse estudo traz as seguintes informações sobre o curso de Direito da Unit, que no cenário apresentado, em que, “Destes mais de 8 mil, apenas 98 tiveram conceito 5 na avaliação. Todos pertencem a universidades” (ABRANTES, 2013). Estando a Unit como integrante das faculdades que conseguiram a nota 4 no ENADE, atendendo aos critérios de qualidade para funcionarem.

Essas conquistas são resultados que podemos definir como a simples evolução educacional dentro da instituição, e para fortalecer a ideia de seguimento educacional temos no ano de 2011, as “Universidades Federal de Sergipe e Tiradentes, além do Instituto Federal de Sergipe obtiveram notas 3” (SOUZA, 2011).

---

<sup>9</sup> - Disponível em: < [https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC\\_GASTRONOMIA.pdf](https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC_GASTRONOMIA.pdf) > acesso em dez. 2017.

De acordo com o que foi apresentado que na passagem dos anos a Unit passou de um conceito 3 para 4, fortalecendo nosso posicionamento referente ao destaque do curso de Direito da Unit.

Quando focamos na região sergipana, deixamos de perceber relações macrorregionais e para evitar essa limitação, trazemos uma reportagem que exalta o curso de Direito da Unit em Alagoas, demonstrando a efetividade do planejamento realizado dentro do curso,

O Centro Universitário Tiradentes é a melhor instituição de ensino superior de Alagoas, segundo avaliação divulgada pelo Ministério da Educação. No ranking do MEC, a Unit supera todas as demais instituições públicas e particulares do estado no Índice Geral de Cursos – IGC –, calculado a partir do Conceito Preliminar de Curso – CPC – dos últimos três anos e em avaliações dos cursos de pós-graduação feitas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. (TNH1, 2017)

Na reportagem citada anteriormente, entre os cursos avaliados, podemos observar no decorrer da matéria divulgada pelo portal eletrônico a presença do curso de Direito, justificando assim nossa escolha, “as graduações da Unit superaram as das outras instituições no conceito dos cursos de Administração; Ciências Contábeis; Direito; Psicologia; Gestão em Recursos Humanos;, que foram avaliados como as melhores opções do estado”. (TNH1, 2017)

Ao justificarmos a escolha do curso e instituição, entendemos que o sistema de ensino adotado deve ser o que mais se adequa as expectativas institucionais, no caso da entidade educacional de caráter privado, o lucro é a busca mais natural que possa acontecer, para melhor analisarmos essa relação é importante destacar os critérios utilizados pela instituição.

Para tal nos utilizaremos do seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC, onde constam as informações mais importantes do curso de maneira detalhada e clara. Definindo-se como,

Um importante instrumento educativo, que reflete a identidade e as diretrizes do curso, definindo as ações e estratégias necessárias ao cumprimento dos propósitos e intencionalidades, explicitando tanto a organização como o trabalho pedagógico desenvolvido no curso na sua totalidade (UNIT, 2005).

O grande trunfo em se analisar o Projeto Pedagógico do Curso está na sua concepção, porque ele é o resultado da construção das diretrizes organizacionais,

estruturais e pedagógicas, oriundas da participação dos docentes e o seu colegiado em sua estruturação.

Corroborando a ideia de construção participativa com todos os agentes envolvidos e interessados no desenvolvimento educacional, compreendemos também que atender as deliberações lançadas pelo MEC se torna o limitante principal para o diálogo e elaboração das metas presentes.

De acordo com as informações passadas pela Unit através do seu PPC, o curso de Direito foi planejado,

Com a participação do corpo docente do curso por meio de seus representantes no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado encontra-se articulado com as bases legais, com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Direito e com o Código de Ética Profissional da OAB atendendo aos princípios estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estando articulado com as bases legais e concepção de formação profissional que favoreça ao estudante o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício profissional.(UNIT, 2005)

Os pontos ressaltados acima pelo projeto, deixa claro o cuidado dado para o seu planejamento. A sua proposta pedagógica do curso de Direito está em trazer a prática e o desenvolvimento da própria identidade profissional do aluno do curso, isso em paralelo com o centro das atividades de aprendizado, o êxito reside em integrar e alinhar as metodologias de ensino-aprendizagem, práticas educacionais, contextos de aprendizagem e métodos de avaliação, em uma nova expectativa de norte pedagógico e de formação acadêmica.

Tabela 2- Informação do curso de Direito

<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	
<b>Coordenador:</b>	José Eduardo de Santana Macedo
<b>Coordenador Adjunto:</b>	Rita de Cassia Barros de Menezes
<b>Identificação:</b>	Curso de Graduação em Direito
<b>Habilitação:</b>	Bacharel em Direito
<b>Modalidade:</b>	Presencial
<b>Vagas:</b>	400 vagas anuais
<b>Turno:</b>	Vespertino e Noturno
<b>Regime de Matrícula:</b>	Semestral
<b>Duração:</b>	05 anos
<b>Carga Horária Total:</b>	O curso tem uma carga horária total de 4.320 horas
<b>TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO</b>	
<b>Tempo mínimo:</b>	10 (dez) períodos letivos com duração de 05 (cinco) anos
<b>Tempo mínimo:</b>	12,5 (doze e meio) períodos com duração de 7,5 (sete anos e meio)

Fonte 3 -Projeto Pedagógico do Curso de Direito<sup>10</sup>

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Direito (2016), o curso de Direito vem se destacando localmente e nacionalmente, onde a Universidade Tiradentes,

Aprova mais alunos de Direito nos exames nacionais da Ordem dos Advogados do Brasil, do que todas as outras instituições de ensino superior sergipanas juntas. No último exame da OAB, por exemplo, os estudantes da Unit representaram 54% dos aprovados, contra 46% das demais concorrentes.

O êxito que a UNIT tem conseguido devido ao planejamento e detalhamento de toda a equipe no processo educacional é um fator importante para a escolha do curso e da universidade para nossa pesquisa.

Para conseguir tais resultados, o curso tem como objetivo geral formar bacharéis em Direito tendo como característica serem formados com o conhecimento geral, jurídica, humanística e axiológica<sup>11</sup>, tendo a capacidade de analisar e dominar conceitos e terminologias jurídicas adequando-se as capacidades de argumentação, valorização e interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais, ampliando uma postura reflexiva e de visão crítica que possa promover as competências e as habilidades necessárias que possibilitem a uma aprendizagem independente e eficaz indispensável para o exercício profissional.

O perfil que pudemos identificar através da análise dos objetivos da formação do docente está no desenvolvimento com vistas à “prestação da justiça, da transformação social e do desenvolvimento da cidadania” (Projeto Pedagógico do Curso de Direito, 2016). Valores que de acordo com a instituição são importantes no destaque do profissional advindo dela, bem como o próprio reconhecimento do mesmo pela sociedade.

O perfil dos profissionais formados pela universidade de acordo com seu projeto pedagógico, está ajustado aos estudos realizados pela OAB, que trouxeram como consequência a reformulação das Diretrizes Curriculares<sup>12</sup> para o curso de Direito, e com essa alteração pode-se identificar a necessidade de coexistência da preparação técnico-jurídica e da formação sociopolítico dos estudantes.

---

<sup>10</sup> - Disponível em: < [https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC\\_DIREITO.pdf](https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC_DIREITO.pdf)> acesso em dez. 2017.

<sup>11</sup>É o estudo de valores, uma teoria do valor geral, compreendido no sentido moral.

<sup>12</sup>Um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Tabela 3- QUADRO RESUMO DO TOTAL GERAL DE CRÉDITO E CARGA HORÁRIA

Créditos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	C/H Estágio Supervisionado	C/H Atividades Complementares	Carga Horária Total
<b>216</b>	<b>3440</b>	<b>160</b>	<b>320</b>	<b>400</b>	<b>4320</b>

Fonte 4-Projeto Pedagógico do Curso de Direito<sup>13</sup>

A carga horária do curso de Direito da Unit, segue os padrões exigidos pelo MEC para que obtenha o credenciamento necessário para o funcionamento do curso, além desse detalhe, o seu bom desempenho no ENADE é o resultado dos princípios de manutenção e aprimoramento do curso, que deverá sempre ser ancorado por qualquer instituição de ensino superior.

Para alcançar os objetivos e ter uma base sólida, o curso tem em sua constituição 216 Créditos, disponibilizando 3440 em horas de ensino teórico e 160 horas de ensino prático. Com essa concepção de curso podemos entender como é focado toda a estrutura para que se consiga alcançar os objetivos elencados.

#### 6.2. Eixos Interligados de Formação:

DCNs	Componentes curriculares
<b>I - Eixo de Formação Fundamental</b> - tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.	Metodologia Científica Fundamentos Antropológicos e Sociológicos Filosofia e Cidadania Psicologia Geral e Jurídica Introdução ao Estudo do Direito Hermenêutica Teoria Econômica Ciência Política Ética Profissional Filosofia Jurídica Teoria Geral do Direito Civil Direito Constitucional I Direitos Humanos Direito e Linguagem
<b>II - Eixo de Formação Profissional</b> - abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e	Teoria da Pena Fundamento e Teoria do Crime Direito das Obrigações Direito das Coisas Direito Internacional Direito Empresarial Direito de Família Direito das Sucessões Direito Ambiental Direito do Consumidor Dos Crimes em Espécie I

<sup>13</sup> - Disponível em: < [https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC\\_DIREITO.pdf](https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC_DIREITO.pdf) > acesso em dez. 2017.

### Fonte 5 -Projeto Pedagógico do Curso de Direito<sup>14</sup>

Os eixos de formação teórica têm o papel fundamental de prover uma metodologia em que,

A teoria e a prática são duas faces que se complementam. Assim sendo, a Didática implica no desenvolvimento cognitivo intelectual, com progressos na afetividade, moralidade ou sociabilidade, por condições que são do desenvolvimento humano integral, pois com a Didática, como disciplina e campo de estudos, tende acelerar o progresso no sentido de uma autoconsciência de sua identidade, encontrada no seu núcleo central e de sua necessária interdisciplinaridade. (TONIAZZO, 2002)

Onde dessa forma se intercalam e se complementam com o intuito de fornecer o ensino à uma formação mais completa possível. Questão que podemos estar analisando de maneira similar ao curso de Direito da UFS, uma vez que as matérias ofertadas sofrem a regulamentação do MEC.

O próximo eixo é o de Formação Prática, que, de acordo com o seu projeto, é o principal fator positivo para a instituição pois faz com que a dinâmica do conteúdo apresentado em sala de aula seja posta em prova para as devidas relações entre o que é estudado e o campo de atuação do profissional com a devida formação acadêmica.

Direito Processual;	Dos Crimes em Espécie II Dos Contratos Responsabilidade Civil Direito Constitucional II Direito Constitucional III Direito Processual Civil I Direito Processual Civil II Direito Processual Civil III Direito processual Civil IV Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Tributário I Direito Tributário II Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Direito Processual Penal III Direito do Trabalho I Direito do Trabalho II Direito Processual do Trabalho
<b>III - Eixo de Formação Prática</b> objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares	Práticas de Extensão na área Jurídica Práticas de Pesquisa na área Jurídica Práticas Integradoras do Direito I Práticas Integradoras no Direito II Estágio Supervisionado na área Jurídica I Estágio Supervisionado na área Jurídica II Estágio Supervisionado na área Jurídica III Estágio Supervisionado na área Jurídica IV Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
<b>Atividades Complementares</b>	400 (quatrocentas) horas,

Ativar o Winc  
Área Continuada

<sup>14</sup>Disponível em: < [https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC\\_DIREITO.pdf](https://portal.unit.br/arquivos/graduacao/PPC_DIREITO.pdf) > acesso em dez. 2017.

<p>Direito Processual;</p> <p><b>III - Eixo de Formação Prática</b> objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares</p>	<p>Dos Crimes em Espécie II          Dos Contratos          Responsabilidade Civil          Direito Constitucional II          Direito Constitucional III          Direito Processual Civil I          Direito Processual Civil II          Direito Processual Civil III          Direito processual Civil IV          Direito Administrativo I          Direito Administrativo II          Direito Tributário I          Direito Tributário II          Direito Processual Penal I          Direito Processual Penal II          Direito Processual Penal III          Direito do Trabalho I          Direito do Trabalho II          Direito Processual do Trabalho</p> <p>Práticas de Extensão na área Jurídica          Práticas de Pesquisa na área Jurídica          Práticas Integradoras do Direito I          Práticas Integradoras no Direito II          Estágio Supervisionado na área Jurídica I          Estágio Supervisionado na área Jurídica II          Estágio Supervisionado na área Jurídica III          Estágio Supervisionado na área Jurídica IV          Trabalho de Conclusão de Curso - TCC</p>
<p><b>Atividades Complementares</b></p>	<p>400 (quatrocentas) horas,</p>

Ativar o V/Inc  
 Arcaia Continuada

Ao concluirmos as matérias que são passadas nas diversas grades durante a duração do curso, podemos entender que a ligação entre a teoria e prática faz com que os resultados dos estudos possam ser refletidos positivamente nos resultados.

Para manter a qualidade no ensino tendo como resultado o bom desempenho nos indicadores do ENADE, adota-se o objetivo de instaurar uma metodologia sistemática e de contínuo autoconhecimento. Buscando a melhoria do seu desempenho acadêmico, a Universidade Tiradentes iniciou em 1998, o Programa de Avaliação Institucional Contínua (PAIC), que tem como principal objetivo, abarcar toda a comunidade universitária, o Programa é gerido por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é contemplada pela participação atuante dos segmentos da comunidade acadêmica, sendo formados por: docentes, discentes, coordenadores de cursos, representantes de áreas, funcionários técnico-administrativo e representante da sociedade.

A participação extremamente ampla ajuda no desenvolvimento do curso, usando múltiplas visões no ensino, possibilitando assim, uma construção mais completa dos veios de ensino. Esta participação ampla é uma característica muito evidenciada no Planejamento realizado na Unit, cabendo sim, entendermos o retrospecto positivo no ENADE como veremos mais à frente.

Como ocorre a sua operacionalização? De acordo com o próprio Projeto pedagógico ela acontece através da sua auto avaliação institucional que consta na

elaboração e aplicação de questionários eletrônicos para que se possa aferir a eficácia e a efetividade dos procedimentos administrativos nas relações que constam, da estrutura administrativo organizacional, “da função do coordenador, do apoio didático pedagógico, da biblioteca, laboratórios, infraestrutura, responsabilidade social, secretaria e condições gerais da instituição com todos os segmentos partícipes” (Projeto Pedagógico, 2016).

A pesquisa inicial aponta para o fato de que provavelmente todas estas políticas de infraestrutura e de serviços da UNIT são voltadas para se obter uma boa nota de avaliação: o acompanhamento da auto avaliação institucional e do cuidado também de se verificar se estão contempladas as dimensões do SINEAS nos Projetos Pedagógicos dos cursos, e o atendimento aos instrumentos de avaliação de curso.

A CPA, apreendendo a importância da avaliação sistematizada dos cursos, na figura constante dos discentes, docentes e da gestão acadêmica, organizou ferramentas de avaliação e monitoramento, que são aplicadas a cada semestre letivo, demonstrando a preocupação em se manter o mesmo nível de ensino durante os períodos acadêmicos, bem como perceber o curso através do olhar do aluno e do docente, tendo como foco também a melhoria da qualidade do ensino.

O Projeto Pedagógico é avaliado a cada semestre letivo por meio de reuniões sistemáticas da Coordenação com o Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso, corpo docente, corpo discente, direção e técnicos dos diversos setores envolvidos. Essas ações objetivam a constante avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, identificando em seus relatórios e pautas, as fragilidades para que possam ser planejadas novas e estratégicas ações, tendo como objetivo prático o aprimoramento das atividades acadêmicas, buscando-se de acordo com o seu Projeto Pedagógico atender as perspectivas da comunidade universitária.

De acordo com o Planejamento Pedagógico do curso de Direito (2016),

Cabe ao Colegiado, a partir da dinâmica em que o Projeto Pedagógico é vivenciado, acompanhar a sua efetivação e coerência junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional, constituindo-se etapa fundamental para o processo de aprimoramento.

A Instituição que propomos analisar, considera que os resultados da auto avaliação e a avaliação externa visa o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dos cursos, ofertados pela universidade. Tendo no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior



(SINAES), principal elemento “balizador da qualidade da educação superior” (Planejamento Pedagógico do curso de Direito, 2016).

Para melhor entendermos a importância do ENADE para a instituição, a mesma propondo-se a conscientizar os alunos da importância da avaliação, a UNIT implantou o Projeto ENADE que é constituído de atividades acadêmicas que envolvem orientação e preparação para a avaliação, nos mais diversos aspectos como o acadêmico e psicológico, tendo como objetivo direto fornecer apoio e motivação necessários para os discentes na realização do exame, onde foi feita uma parceria com a Clínica de Psicologia da instituição.

Com isso entende-se a importância do resultado no ENADE nos projetos constantes no Planejamento Pedagógico, representando um posicionamento mais ativo e dinâmico nessa avaliação. Sendo esse um dos motivadores para escolhermos o curso e a instituição como alvo dos nossos estudos.

## **2.3 UFS Sua História E Constituição**

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi criada há mais de quatro décadas, como uma universidade pequena, comum para os moldes da época quando o número de universitários era pequeno. Mas, com os constantes incentivos à educação superior e os bons resultados obtidos, resultaram na sua evolução para uma Instituição de Ensino Superior (IES) de médio porte. De acordo com o catálogo da UFS (2011), “Sua condição atual é a de um estabelecimento multicampi, que contabiliza 106 opções de cursos de graduação nas mais variadas áreas do conhecimento”.

De acordo com o acervo disponibilizado pela UFS, a sua história iniciou-se com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), seguida da Faculdade de Direito e da Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1961), e dessa forma se conquistou o número mínimo necessário de escolas superiores para que se pleiteasse a fundação de uma universidade em Sergipe.

Diante dessas expansões, instituiu-se, então, a Fundação Universidade Federal de Sergipe integrando-se ao sistema federal de ensino superior, tendo como decorrência positiva a incorporação de todos os cursos superiores existentes no estado. Buscando

levar adiante os planos de estruturação e expansão, a Universidade Federal de Sergipe realizou uma reforma administrativo-acadêmica, que se iniciou em 1978, com a implementação das novas diretrizes do Ministério da Educação perpetrando com que a UFS reformulasse o currículo dos seus até então 23 cursos e consequentemente os distribuisse em quatro unidades de ensino existentes até hoje: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).

Com a implementação dos centros acadêmicos, a UFS conseguiu cumprir com as exigências do MEC, tornando-se uma faculdade com um grau de ensino superior equiparável às principais do Nordeste, fator importante para a solidificação de muitos cursos, entre eles o de Direito.

Figura 3- Construção da Cidade Universitária



Fonte 5 - Acervo Muhse.

Na década de 1980 marcou-se o início da transferência de forma gradual e constante da universidade para suas novas instalações no campus universitário em São Cristóvão. Em 1987, buscando atender à Resolução 01/87 do Conselho Universitário (CONSU), o campus passou a ser denominado “Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campus”. Esse nome permaneceu como memorial importante das ações do economista

que tinha em seu pensamento a impossibilidade de haver desenvolvimento econômico sem o fator humano (CAMPOS, 2014).

Atualmente a Universidade Federal de Sergipe conta com 05 (cinco) campi, e continuo investimento em ensino, pesquisa e extensão, contando com um forte apoio a políticas afirmativas bem como o crescimento em sua estrutura física, cada vez mais consolidando sua atuação no Estado. Podemos entender que o cenário atual é o resultado sólido de ações que aconteceram a partir de 1940, principal ano do ensino superior no estado de Sergipe, nessa época ocorreu no Governo Vargas a criação do Ministério da educação e Saúde onde existiram os seguintes fatos:

A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, está entre tais iniciativas. No caso do ensino primário, a política que talvez melhor exprima o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945. (BOMENY, 2012, p.47)

Para entendermos de maneira mais próxima como ocorreram as mudanças citadas anteriormente, é importante demarcar os devidos anos e as principais alterações. Em 1963, temos a então Secretaria de Educação do Estado de Sergipe dando-se início ao processo de criação da universidade concretizado em 1967 pelo Decreto-Lei nº 269, e efetivado posteriormente em 15 de maio de 1968.

Havia na época duas possibilidades de regime educacional para a instituição: a autárquica, defendida na época pelo diretor da então Faculdade de Medicina, Antônio Garcia Filho, e a Fundação Federal, defendida por Dom Luciano José Cabral Duarte, então presidente do Conselho Federal de Educação (CFE). Os direcionamentos tinham como principal objetivo avançar em termos de qualidade educacional.

Atualmente, a UFS está presente nos seguintes municípios: São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana e Lagarto. Ofertando ao todo 5.500 vagas em 106 opções de curso através de processo seletivo realizado anualmente. Mais à frente disso, há 14 polos de Educação a Distância nos seguintes municípios do estado: Arauá, Brejo Grande, Estância, Japaratuba, Laranjeiras, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão. Já na pós-graduação, a UFS disponibiliza 48 cursos stricto sensu, sendo 8 de doutorado, 37 de mestrado acadêmico e 3 de mestrado profissional (UFS, 2016).

Quando entramos na questão de acesso aos cursos por parte dos discentes, chegamos ao objetivo da democratização ao acesso à educação do ensino superior. A UFS adotou a política de cotas sociais a partir do processo seletivo de 2010, questão essa, principal geradora de embates na sociedade sergipana com inúmeros protestos na época de sua implementação. Com a Lei de Cotas instituída pelo Governo Federal, em 2012, do número total de vagas, 50% são destinadas a estudantes das redes públicas municipal, estadual e federal de ensino. Destas, 14,8% são destinadas a estudantes de baixa renda per capita. Havendo também uma vaga que se destina a candidatos portadores de deficiência em cada curso presencial, reafirmando assim o comprometimento com a inclusão por parte da UFS nos cursos prestados pela mesma.

De acordo com a Universidade Federal de Sergipe (2011),

O seu programa de ações afirmativas, conhecido como política de cotas, vem também, e decisivamente, corrigir um desequilíbrio recorrente quanto à inserção dos estudantes oriundos da rede de ensino público. Por ampliar as possibilidades de acesso, uma grande parcela desses estudantes pode ingressar nos vários cursos da UFS. Some-se a isso outro grande passo para a inclusão social: a possibilidade real de inserção, por meio de reserva de vagas, de estudantes com deficiência visual, motora, auditiva ou qualquer outra definida pela legislação específica.

Reafirmando o seu papel de inclusão e expansão da educação para todos, ferramenta defendida pelo governo como vital para a erradicação das desigualdades sociais.

A universidade conta também com o Colégio de Aplicação (CODAP), que atende 451 alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (antiga 5ª série) ao 3º ano do Ensino Médio, consistindo em um apoio importante para o ensino nas séries anteriores ao nível superior, demonstrando uma preocupação constante com a formação cidadã no estado sergipano.

Ao analisarmos os dados, a Universidade Federal de Sergipe tem como objetivo balizador o desejo em ser uma instituição pública e gratuita e busca na sua missão, a interação com a sociedade produzindo, distribuindo e mantendo ideias e conhecimentos, desenvolvendo profissionais e cidadãos críticos e éticos. Dessa maneira, acredita-se que se obtém como principal contribuição o fortalecimento da democracia e resultante melhoria da qualidade de vida.

A dupla ação de expansão e interiorização concretizadas pela abertura de novos cursos, em conjunto com a ampliação das vagas nos cursos já inseridos, além da criação de novos campi e melhoria da infraestrutura existente, são resultados do planejamento

realizado ao longo das gestões que passaram pela UFS. Essas ações revelam para a sociedade o compromisso da Universidade Federal de Sergipe com o ensino superior público, demonstrado também pelo crescimento das oportunidades de ingresso que já citamos anteriormente. Nos campi de Aracaju (Campus da Saúde), São Cristóvão, Itabaiana, Laranjeiras e Lagarto, assim como nos polos de ensino à distância, a instituição oferece, de forma comprometida e com qualidade, a possibilidade para os jovens garantirem o direito cidadão à educação superior.

O resultado dessas iniciativas é a própria qualificação do ensino superior público em Sergipe, tornando-o mais plural e inclusivo, atraindo cada vez mais um crescente número de estudantes para os cursos de graduação.

De acordo com as informações constante no catálogo<sup>15</sup> da UFS (2011), temos os seguintes campi alinhado com suas informações relevantes para sua caracterização:

1. **Campus de Laranjeiras:** Inaugurado oficialmente pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 12 de junho de 2009, o Campus de Laranjeiras leva a alunos, professores e toda a comunidade as marcas da forte cultura do município. Sedia as graduações de: Arquitetura e Urbanismo, Dança, Museologia, Teatro e Arqueologia. Também integra alguns cursos de pós-graduação (mestrado) da UFS. Tais áreas dão ao campus a denominação de “O Campus das Artes”. A estrutura montada oferece aos seus alunos e técnicos 28 ambientes, dentre eles auditórios, laboratórios de pesquisa, salas de aula, área de convivência, biblioteca, plataformas para portadores de necessidades especiais e teatro.
2. **Campus de Itabaiana:** O Campus Prof. Alberto Carvalho deu início às suas atividades acadêmicas em 14 de agosto de 2006. Atualmente, oferece aos estudantes 10 cursos de graduação (as Licenciaturas em Matemática, Química, Física, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras e Geografia, além dos Bacharelados em Ciências Contábeis, Administração e Sistemas da Informação) e dois cursos de pós-graduação (os mestrados profissionais em Letras e em Matemática). O campus de Itabaiana já conta com 117 professores efetivos e aproximadamente 2.500 alunos.

---

<sup>15</sup>Disponível em: < <http://www2.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2012/files/Catalogo2011.pdf>> acesso em jan. 2018.

3. **Campus Aracaju (Saúde):** Formado pelo Hospital Universitário (HU), localizado no município de Aracaju, o Campus João Cardoso Nascimento Júnior iniciou suas atividades em 1984. Desde lá, presta assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência no Sistema Único de Saúde (SUS). Voltado aos programas de assistência e inclusão social por meio de parcerias com órgãos públicos, desenvolve atividades de natureza preventiva e extensiva, através de programas nacionais de saúde e educação oferecidos à população sergipana. Atualmente, o HU possui 123 leitos e realiza mensalmente mais de 10 mil consultas ambulatoriais e 200 cirurgias nas suas diversas especialidades.
4. **Campus de Lagarto:** Criado no ano de 2010, em parceria com o Governo do Estado de Sergipe, o Campus Prof. Antônio Garcia Filho, em Lagarto, possui atualmente oito cursos de graduação na área de Saúde. A sede provisória é formada por salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios e área de vivência estudantil. Já a sede definitiva, que está em construção, terá 37 mil metros quadrados e nela serão investidos cerca de 55 milhões de reais. A metodologia de ensino do Campus merece destaque por ser inovadora, estruturada principalmente no modelo PBL (Problem Based Learning - Aprendizagem Baseada em Problemas), no qual o estudante é provocado por uma situação, real ou simulada nas salas de aula, e faz a apreensão de conteúdo a partir da melhor solução para a mesma. Dessa forma, espera-se que o ensino, a pesquisa e a extensão, pilares da educação superior, se voltem ainda mais para a comunidade, aproximando os estudantes e docentes da realidade social em que estão inseridos.

Com as devidas caracterizações de cada campi, partimos para o entendimento do curso de Direito ofertado pela UFS, para que dessa forma possamos entender mais profundamente como o ENADE é trabalhado pelos discente e docentes de cada instituição.

## 2.4 Curso De Direito Da UFS

A fascinação pelo mundo das leis pode ser provavelmente o mais forte atrativo que o Direito pode proporcionar aqueles que se interessam pelo tema. Em qualquer escolha no seu campo de atuação, o bacharel em Direito na UFS tem como importante instrumento de trabalho os mecanismos e dispositivos legais que baseiam a ordem jurídica e institucional de qualquer sociedade.

Muito similar ao que consta na UNIT, as possibilidades de trabalho também são amplas podendo o profissional exercer sua função nas seguintes áreas: advocacia pública ou privada, magistratura, promotorias, procuradorias, defensorias, assessorias jurídicas e ensino superior são as principais.

Na formação do aluno na graduação, temos além do estudo de campos específicos do Direito, onde temos: Constitucional, Civil, Penal, Internacional, tributário, administrativo, trabalhista, entre outros. Ainda consta disciplinas que possibilitam ao discente a ampliação de sua visão sobre as esferas humana e social. Para melhor amparar o aluno tem-se também as Ciências Sociais e a Filosofia incluídas nesse grupo.

De acordo com o catálogo<sup>16</sup> do curso na UFS,

A estrutura do curso organiza-se sob três eixos: formação fundamental, cujas disciplinas estabelecem as relações do Direito com outras áreas do saber; formação profissional, que abrange o conhecimento e a aplicação da Ciência do Direito às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais; e, por fim, o eixo de formação prática, que agrega as atividades de estágio curricular supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares.

A estrutura segue com muita semelhança ao curso de Direito da Unit, na qual podemos supor de maneira ainda rasa que a diferença não está no ensino ou estrutura que possam pender de maneira positiva para o lado da UNIT.

Podemos afirmar que o curso tem tradição no ensino superior público sergipano. A Faculdade de Direito, foi instituída no início da década de 1950 e está entre as seis que foram reunidas no ano de 1968 para a criação da Universidade Federal de Sergipe. As suas bases sólidas da tradição do curso de Direito, pode ser indicado através da qualidade da mão de obra formada pela UFS, de onde saíram juízes e desembargadores de renome nacional.

No Exame da Ordem, prova que define quais profissionais ingressarão no mercado de trabalho, “os egressos da UFS apresentam o maior índice de aprovação em todo Brasil,

---

<sup>16</sup>Disponível em: < <http://www2.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2012/files/Catalogo2011.pdf>> acesso em jan. 2018.

há quatro anos consecutivos, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil” (OAB/SE). Reafirmando mais uma vez o alto nível de ensino do curso, mas não podemos deixar de destacar que pela UNIT existe semelhante resultado.

De maneira prática temos as seguintes informações do curso: Existem os Turnos matutino e noturno no campus São Cristóvão com duração de 5 anos ofertando ao todo 50 vagas (vespertino) e 50 vagas (noturno), com previsão de cerca de 80% de aprovação no curso.

Os manterias colhidos não trouxeram mais informações referente a estrutura do corpo docente do curso de Direito da UFS, nesse caso presumiremos que seja estruturado de maneira similar ao que ocorre na UNIT. A partir desse ponto, podemos entender como são formadas as universidades que nos propomos a analisar bem como seus respectivos cursos de direito.

O próximo passo está em analisar seus resultados no ENADE e partir desse ponto tentaremos alinhar os resultados com as devidas propostas de ensino. Conseguindo a partir daí o campo de análise ideal para o estudo da relação do corpo docente e discente com o indicador ENADE e se o mesmo consegue fazer que toda a cadeia de relação social seja profundamente alterada.

## **2.5 Resultados Do Curso De Direito Da Unit E UFS no ENADE**

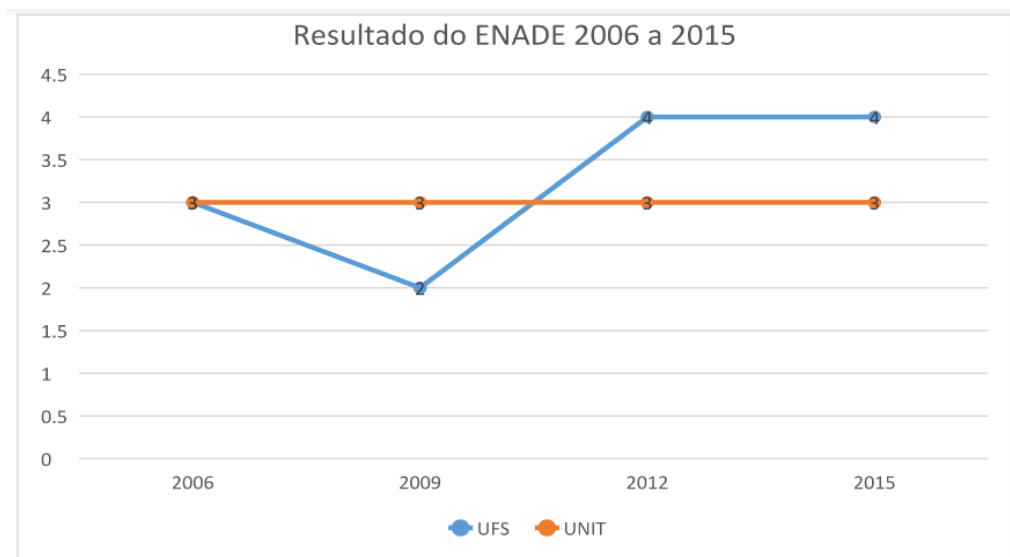
Quando analisamos mais próximo e comparamos ao curso de direito da (UFS) Universidade Federal de Sergipe (UFS), podemos perceber que existem pontos que são similares, onde o que pode diferir em algum resultado no ENADE está na estrutura e corpo docente, esses que são fundamentais para o bom desenvolvimento acadêmico. A preocupação em se ter o equilíbrio entre aulas teóricas e práticas podem ser um dos fatores mais importantes da dinâmica educacional.

Ao levantarmos os resultados disponíveis no site do MEC por meio do portal do ENADE, traçaremos uma tabela comparativa entre os cursos de direito dessas duas universidades, para que assim possamos entender como cada estrutura auxilia no êxito desse indicador.

Os dados lançados pelo Inep são dos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015. Sempre no o período de 3 em 3 anos. Buscando deixar de maneira mais clara possível, montamos



uma tabela com esses dados para acompanharmos a evolução de cada universidade durante a passagem dos anos.



Fonte 6- Dados retirados do Inep.

De acordo com o gráfico temos a primeira participação das faculdades no ano de 2006, quando temos o resultado de 3 para as duas faculdades na nota do ENADE (no curso de direito, certo?), de acordo com sua classificação pode ser interpretado como sendo o curso ofertado como tendo o desempenho dentro do referencial de qualidade, não havendo uma grande diferença entre eles.

No ano de 2009 a UFS caiu no conceito do ENADE indo de 3 para o conceito 2 obtendo um desempenho insuficiente em relação ao referencial de qualidade enquanto a UNIT se manteve com a mesma nota da avaliação anterior.

Em 2012 a UFS teve uma impressionante recuperação partindo-se de um resultado negativo para a nota 4 que é um desempenho muito bom em relação ao referencial de qualidade enquanto mais uma vez a UNIT permaneceu constante nos seus resultados. Na avaliação seguinte, no ano de 2015, os resultados permaneceram os mesmos para as duas faculdades.

Podemos entender que existe uma linha que faz com que a UNIT não oscile nos seus resultados, por outro lado, podemos supor que na UFS houve, possivelmente, uma profunda mudança em vários níveis para que o curso tenha retomado “os trilhos” para o bom reconhecimento e aceitação do MEC.

Ou seja, as notas são as mesmas (03). Mas será que o cotidiano de alunos e docentes é o mesmo diante do ENADE? Será então que o ENADE possui um caráter performático? (Lembre-se de usar Robert K. Merton para falar de performatividade). Diante desse panorama, tentaremos entender como se dá a relação desses índices nas relações cotidianas vivenciadas pelos docentes e discentes, lembrando que na UNIT existe uma infraestrutura especializada em preparar os alunos para essa avaliação, o que deve servir também como amostra para a pesquisa.

### **3. Breve História do ENADE**

As formas de mensuração pública ganharam força no Brasil a partir da década de 80, e a criação de índices passou a ser uma linguagem comum nas políticas públicas sempre associadas ao discurso do alcance da eficácia.

Os Governos atentaram para novas ferramentas de gestão pública com o intuito de garantir melhor eficácia, culminando na rápida difusão de medidas quantitativas de desempenho e de benchmarking e produzindo efeitos estruturantes importantes em uma gama de instituições e de domínios da atividade humana (ESPELAND & STEVENS, 2008; LASCOUMES & LE GALE, 2005; POWER, 1997; LAMONT, 2013).

E diante de tal percepção que o ENADE tem sua origem a partir das avaliações anteriores a ele nas quais passaram por constantes reformulações a fim de adequar os processos de avaliação tornando-os mais rigorosos e capazes de medir a realidade, até originar a avaliação que é utilizada atualmente. Essa preocupação com a mensuração da qualidade na educação superior iniciou-se na metade da década de 90, período no qual o Brasil começou um processo gradual e constante de implementação do sistema de avaliação do ensino superior.

É importante notar que todo o discurso de criação do ENADE é voltado para o objetivo de mensurar a qualidade do ensino e o ENADE é desenhado para esse fim. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foi instituído pela Lei 1086/04 de 14 de abril de 2004, de acordo com Brito (2008), “buscou estabelecer pontos que pudessem ao mesmo tempo atender o sistema como um todo e as peculiaridades de cada Instituição de Educação Superior (IES) ”.

A implementação do sistema de avaliação do ensino superior começou mais especificamente em 1995 com a Lei 9.131 (BRASIL, 1995) que estabeleceu o Exame

Nacional de Cursos (ENC), “a ser aplicado a todos os estudantes concluintes de campos de conhecimento pré-definidos”. Definindo um começo para o acompanhamento sistemático da qualidade no ensino superior, leis subsequentes incluíram no sistema o Censo de Educação Superior e a Avaliação das Condições de Ensino (ACE), esse último sistema, muito parecido com uma auditoria, tinha como principal ferramenta de controle a realização de visitas de comissões externas às instituições de ensino como meio de evitar qualquer falha na avaliação da instituição. Dentre os três sistemas citados, o ENC, popularmente conhecido como Provão, se tornou gradualmente a principal ferramenta de avaliação, estando no centro do sistema.

O ENC foi extremamente boicotado em muitos campi devido à alta resistência por parte dos alunos em se submeterem a mais um indicador de mensuração de qualidade (além das provas realizadas em sala de aula). O argumento para o boicote era o fato de que se tratava de uma imposição sem debate prévio sobre sua prática no dia a dia das universidades nacionais, mas, mesmo enfrentando muitas barreiras por parte da comunidade acadêmica, esse exame tornou-se parte da cultura da educação superior no Brasil.

Tal situação ocorre porque existem reflexos diretos ao se lançar determinado indicador na sociedade, eles são ocasionados por inúmeras questões que vão desde a aversão individual a mudança de um sistema já habitual, até a própria clareza em que se é realizada a sua aplicação. Desde de então é comum observar ações similares no decorrer dos anos, temos no ENADE os mesmos efeitos encontrados no ENC, desde a própria barreira levantada em sua aplicação a manifestos realizados pelos alunos contrários à sua aplicação.

Os indivíduos que são objeto de mensuração do indicador podem aceitar ou rejeitar a classificação, dinâmica essa presenciada, por exemplo, quando acompanhamos casos de boicote ao uso do ENADE como medida de avaliação do ensino, vide o que já foi acompanhado por exemplo no,

Registro de boicotes de alguns estudantes das universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), Minas Gerais (UFMG), Brasília (UnB) e Bahia (UFBA), além da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que participa pela primeira vez do Enade (ISTOÉ, 2016).

Podemos identificar também ações de boicote na seguinte passagem:

Por defender que as universidades têm que ser avaliadas de forma contínua, a orientação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal

do Paraná (UFPR) era para que os estudantes fossem ao local de prova, mas entregassem o exame em branco. Os cursos em que o movimento estava mais forte eram História e Letras. Júlio César Marques da Silva, membro do centro acadêmico de Letras, aponta que os alunos do curso decidiram pelo boicote. (WALTER, 2008)

Encontramos também outras notícias referentes a essa situação no recorte a seguir,

Figura 1 – panfleto em apoio ao boicote



Fonte 2 - Página disponível em meio eletrônico<sup>17</sup>.

Fica claro os diversos mecanismos criados por centros acadêmicos com o objetivo de pressionar a avaliação que segundo eles não condiz com as diversas realidades encontradas dentro da universidade.

Essa questão é avaliada por parte dos reitores de universidades de forma preocupante, uma vez que,

O boicote ao ENADE funciona da seguinte maneira: os estudantes comparecem no dia da prova, colocam o nome e entregam a prova em branco. Se o universitário não comparecer, não poderá se formar. Caso ele vá, mesmo que entregue a prova em branco, poderá retirar o diploma no fim do curso. (EXTRA, 2012)

Existem manifestações claras de movimentos contrários à sua aplicação, entendemos que seja uma forma de reatividade ao ENADE, essa por sua vez ocorre de maneira disseminada pelos discentes, uma vez que são o objeto de avaliação.

Ações têm sido buscadas para mitigar tal movimento, de acordo com, “O reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Roberto Salles, falou que o Ministério da

<sup>17</sup> Disponível em: < <http://psicologia-ro.blogspot.com.br/2012/11/sete-motivos-para-boicotar-o-enade.html> > Acesso em mar. 2018.

Educação deve repensar o modelo de avaliação dos cursos da universidade” (EXTRA, 2012). Para que assim haja um melhor aproveitamento das notas no ENADE, forçando a mudança no aproveitamento por parte dos alunos.

Outro ponto observado está no fato, “da nota no ENADE não ser registrada no histórico escolar ou no diploma do aluno. Isso foi acordado entre o governo e a UNE quando o exame foi implementado há dez anos” (RIGHETTI, 2013). Situação essa causada pelo distanciamento que há entre o aluno e a instituição, a noção de isenção da atitude de deixar uma avaliação em branco, causa despreocupação por parte dos discentes em se boicotar a prova.

O problema não é ser avaliado pelo governo, dizem. A questão é o modo como a coisa é feita. Se os alunos deixarem a prova do ENADE em branco, a instituição zera na avaliação — e é taxada como uma escola de má qualidade. “Isso acontece muito, não há comprometimento dos alunos com o ENADE”, diz um gestor de uma escola à Folha (RIGHETTI, 2013).

Um importante instrumento utilizado para frear os boicotes está na obrigatoriedade na prestação do exame para obter o diploma de nível superior, aliada a essa situação temos diversas diretrizes que regulamentam esse processo, vale destacar que,

O estudante que falta no ENADE pode tentar se justificar oficialmente com o ministério — a data de abertura do processo para recebimento de justificativas ainda não foi divulgada. Se a justificativa não for aceita, o aluno tem de prestar o ENADE no ano seguinte. Na edição de 2010, 227 mil alunos que deveriam ter feito o ENADE em anos anteriores e querem regularizar sua situação se inscreveram para a prova (ISTOÉ, 2016).

“Apesar do seu crescimento (de 3 áreas de conhecimento testadas em 1995 para 26 em 2003) e da sua larga aceitação pela sociedade em geral, o ENC foi veementemente criticado por muitos membros da comunidade acadêmica e especialistas em avaliação” (VERHINE, DANTAS e SOARES, 2006). Tal instabilidade no decorrer da sua aplicação gerou pressões para que sua estrutura de avaliação fosse alterada, exigindo-se também o diálogo amplo na sua formação enquanto estrutura avaliativa e o seu bom emprego no tocante a aplicação.

Decorrente dos choques ocorridos na implementação do Provão, modificações para esse exame foi largamente debatidas durante a campanha presidencial de 2002 e, logo após o novo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva assumir o cargo houve o anúncio para a formação de uma comissão cujo trabalho teve como objetivo sugerir alterações significativas ao sistema de avaliação vigente, demonstrando que havia a preocupação de melhorar o instrumento avaliativo.

De acordo com Verhine, Dantas e Soares (2006),

A legislação que criou o Provão determinou que exames escritos fossem aplicados anualmente, em todo o território nacional, a estudantes concluintes de cursos de graduação. Embora precedido por outras iniciativas buscando fomentar a avaliação do ensino superior no Brasil, foi a primeira política desta natureza a ser aplicada de forma universal e obrigatória (condicionada à liberação do diploma). Desde o início, foi planejada uma expansão gradual do número de cursos sob avaliação de modo a garantir cobertura de todas as áreas.

Assim, o ENC, se constitui como principal caminho para a plena análise da qualidade do ensino superior praticado em território nacional devido a sua obrigatoriedade e abrangência. Após iniciativas similares, essa foi de fato a primeira que teve uma maior participação e debate a respeito da sua aplicação e estruturação.

Após amplo debate, a política do Provão foi detalhada através do Decreto nº 2.026/96 (BRASIL, 1996) que estabeleceu medidas adicionais para a avaliação da educação superior, formado pela análise de indicadores-chave da performance geral do Sistema Nacional de Educação Superior, por estado e por região, de acordo com a área de conhecimento e o tipo de instituição de ensino (baseada no Censo da Educação Superior). Tornando-se extremamente abrangente, sua formação vinha com a ideia de diagnosticar o panorama nacional educacional de maneira mais próxima e completa possível da realidade.

De acordo com Verhine, Dantas e Soares (2006), “desde o início, a responsabilidade pela avaliação de instituições de ensino superior (IES) e de cursos de graduação foi concedida ao INEP<sup>18</sup>”. Tornando o controle dos cursos mais centralizado e por consequência, minimizando problemas na abrangência do acompanhamento dos índices educacionais, buscando dar conta da dimensão continental do país, onde desigualdades regionais são comuns. “O único componente do sistema que permaneceu fora do domínio do INEP foi relativo à avaliação da pós-graduação, desde 1976 sob responsabilidade da CAPES” (VERHINE, DANTAS e SOARES, 2006).

O aspecto das avaliações conduzidas pelo INEP, que deveriam servir para orientar decisões relativas ao credenciamento institucional e ao reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos, foi estabelecido oficialmente através do Decreto nº 3.860/01 (BRASIL, 2001).

Assim, o provão surgiu da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e o mesmo foi mantido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no seu primeiro ano de governo, após o mesmo ter participado de intenso debate público a respeito do seu uso. Sensível

---

<sup>18</sup> O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) (INEP, 2015).

ao modelo dito neoliberal atrelado à avaliação, o desagrado no novo governo tornou-se explícito quando da elaboração do Relatório Técnico do Provão 2003 (BRASIL, 2003), “do qual constam severas críticas a esse exame enquanto instrumento para medida de qualidade” (VERHINE, DANTAS e SOARES, 2006).

Como o foco da aplicação de provas que tragam a realidade da qualidade do ensino não pressupunha uma hierarquização na forma de *rankings*, na sua aplicação em 2003, o INEP introduziu duas novidades na tentativa de atender as demandas realizadas nos debates anteriores a aplicação. Primeiro, publicou os resultados dos cursos em ordem alfabética, em vez da ordem crescente de classificação nas escalas, dessa maneira dificultou, portanto, o ranking das IES. Em segundo lugar, inseriu-se como resultado a média absoluta das áreas de conhecimento, antes relativa, baseada na curva normal<sup>19</sup>.

Paulatinamente, o ENC, cada vez mais chamado de Provão, foi sendo modificado. No final de 2003, o governo Lula aprovou a Medida Provisória 147, ela altera a legislação que regia a avaliação da educação superior e, de maneira análoga, o MEC publicou e divulgou um documento detalhando todos os aspectos da nova abordagem de avaliação (BARREYRO e ROTHEN, 2014).

Demonstrando mais uma vez que o processo passou por diversas modificações até se tornar o ENADE, ainda diante das mudanças ocorridas, da Medida Provisória 147 se seguiu a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, aprovada por grande maioria na câmara federal e no senado, criando o SINAES (VERHINE e DANTAS, 2015).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é constituído por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Ele avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (INEP, 2015).

Verhine, Dantas e Soares (2006) afirmam que,

Nem todos os aspectos da proposta inicial para o SINAES foram aceitos e, especialmente, que várias das características da abordagem de avaliação do governo anterior foram mantidas, o que parece indicar que houve uma grande negociação entre dezembro de 2003 até a passagem da lei em abril do ano seguinte.

---

<sup>19</sup>Como na maior parte das vezes é impossível estudar toda a população, essa avaliação se faz a partir de um número reduzido de elementos a ela pertencentes, e é a esses pequenos subconjuntos do universo populacional que se dá o nome de amostras (CAMPOS, 2000).

Com essa lei, ficou clara a existência de uma separação perceptível entre avaliação institucional, avaliação de curso e avaliação de desempenho de estudante, esta última que corresponde ao ENADE foi instituída como a terceira parte do sistema, com igual peso. Em paralelo a essas alterações, instituiu-se a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, já prevista no esboço do sistema proposto pela Comissão Externa de Avaliação (CEA), mas não contemplada na Medida Provisória.

De acordo com Verhine, Soares e Dantas (2006),

Enquanto o Provão se prestava a ser um mecanismo de regulação, o ENADE passaria a fornecer não só um indicador com esse fim, mas principalmente seria uma ferramenta de avaliação, através do diagnóstico de competências e habilidades adquiridas ao longo de um ciclo de 3 anos de escolarização superior, cruzado com a visão do aluno sobre sua instituição e com seu conhecimento sobre aspectos mais gerais, não relacionados a conteúdo específicos.

O ENADE passou a ser uma alternativa mais próxima do que foi idealizado, quando se propôs encontrar ferramentas que possam estar acompanhando a evolução do ensino superior em nível nacional.

A avaliação no ENADE gerou 3 conceitos importantes: O Conceito ENADE, o Conceito Preliminar de Curso e o Índice Geral de Cursos. Os 2 primeiros são referentes ao curso e o último é referente à Instituição. Todos os conceitos são expressos com notas de 1 a 5, com os seguintes significados:

Tabela 1-Significado do Conceito ENADE

Conceito	Significado na lógica de qualidade do Inep
<b>1</b>	Desempenho inexistente em relação ao referencial de qualidade
<b>2</b>	Desempenho insuficiente em relação ao referencial de qualidade
<b>3</b>	Desempenho dentro do referencial de qualidade
<b>4</b>	Desempenho muito bom em relação ao referencial de qualidade
<b>5</b>	Desempenho excelente em relação ao referencial de qualidade
<b>SC “Sem Conceito”</b>	Quando não reúne as condições para gerar o conceito pela inexistência de algum ou mais indicadores essenciais. Não agrega qualidade.

Fonte: Dados obtidos do Sistema de Informações ENADE, 2017.

Ainda segundo Verhine, Soares e Dantas (2006),



Muitos dos aspectos de articulação entre as três peças do SINAES (avaliação institucional, de curso e do estudante) só foram melhor regulados com a publicação, em julho de 2004, da Portaria nº 2.051 (BRASIL apud Verhine, Soares e Dantas, 2006). Essa portaria se incumbiu de detalhar as atribuições da CONAES e do INEP (com uma grande mudança nas responsabilidades do INEP, que passa a ser apenas executor da política), bem como os procedimentos a serem usados em cada instância a ser avaliada (instituição, curso e aluno).

Ao perpassarmos todo o processo de aplicação do sistema de avaliação, cabe entender o seu uso por parte das universidades particulares como marketing realizado de maneira sólida e bastante ativa, podemos perceber como é utilizada essa relação na imagem a seguir.

Figura 1 - Propaganda ENADE



Fonte 2-Página da Unit em meio eletrônico<sup>20</sup>.

Podemos perceber a prática em se aliar bons desempenhos no ENADE com a percepção de qualidade do curso, esse importante entrelaçamento faz com que haja uma maior aceitação e entendimento de atributo por parte da sociedade.

Tal prática surge também em paralelo ao Índice Geral de Cursos (IGC), que é atrelado ao ENADE, diante disso houve aberturas criadas, “para possibilitar rankings de Instituições de Educação Superior (IES), apesar de baseado em *alguns* dados de *alguns* cursos avaliados de *algumas* IES” (BARREYRO, 2008). Mudanças que acarretaram nas facilidades para a construção de rankings educacionais, material atrativo ao uso midiático.

Muitos cursos, inclusive nas Universidades públicas, introduzem o uso do score alcançado no Provão como expressão de sua qualidade e publicitam, em forma de faixas e cartazes, a colocação que obtiveram, como indicador de sua posição no ranking acadêmico. Nas universidades privadas, então, o processo tende a ser ainda mais explícito. (CUNHA, FERNANDES e FORSTER, 2003)

<sup>20</sup> Disponível em: < <https://portal.unit.br/deuoenade/> > Acesso em jan. 2018.

Ações regulares na finalidade de dinamizar os resultados com o intuito de demonstrar o seu bom desempenho por parte das universidades particulares, está na percepção de qualidade, essa que é guia para o convencimento de parte da comunidade no ensino oferecido.

Embora alguns estudos sobre o SINAES mostrem a evidência de um modelo de avaliação em transformação e não definitivo, o novo índice e seus conceitos preliminares parecem levar-nos novamente ao tempo dos rankings, das avaliações mercadológicas e simplificações midiáticas, mais próximos de uma visibilidade publicitária do que da verdade da avaliação da qualidade. (BARREYRO, 2008)

As transformações ocorridas nas avaliações de ensino, proporcionaram a criação de sistemas no qual se, “evidencia e considera todos os elementos que o compõem, são criados e emitidos indicadores que pretendem elaborar rankings das “melhores” IES do país” (POLIDORI, 2009).

Evidente que todas as mudanças no sistema de avaliação ocorreram por pressões exercidas, metodologias e novas regras foram incorporadas ao processo. Existe fortes críticas a própria execução do provão, podemos notar pontos que corroboram nossa ideia na passagem a seguir, nela temos uma análise sucinta no próprio tratamento do indicador,

A invenção de índices – que de tão complexos exigem “notas técnicas” do Ministério da Educação – que em nada se aproxima dos princípios originais do SINAES, só serve para dar um verniz de cientificidade a um imbróglio que, em absoluto, nada significa em termos de avaliação da educação superior, a não ser o de confundir a sociedade brasileira com falsos rankings de excelência de instituições de ensino superior e de frustrar as expectativas da comunidade acadêmica com uma nova cultura avaliativa que aos poucos ia sendo formada. (LIMANA, 2008).

Mesmo com todas as análises que permitem o entendimento a respeito do mal-uso dos rankings, bem como o descompasso existente entre os números e a realidade presenciada, há fatores que incentivam a perpetuação de tal modelo avaliativo, costumes que foram analisados por Brito, ao buscar o real motivo para manutenção existente.

Infelizmente, essas comparações e rankings são de grande gosto popular e propagandístico. A mídia pode elaborar *ranqueamentos*, pois os resultados são públicos, embora nada contribuam para que as IES melhorem, embora exista a crença disseminada de que ocorrem mudanças quando da divulgação. (BRITO, 2008)

Não estamos indo de encontro ao uso de indicadores para avaliar o nível de ensino prestado nas faculdades superiores, nosso entendimento alia-se ao próprio objetivo dos diversos sistemas criados, garantir uma educação digna para a sociedade, “a elaboração de indicadores é um excelente meio de visualizar a realidade das IES; o problema é o uso desses indicadores”. (BRITO, 2008)

Retomando ao que observamos como sendo a aplicação de seus resultados, quando nos distanciamos da crítica realizada a respeito dos indicadores e passamos a entender que há uma forte necessidade de avaliação, compreendemos que o aproveitamento desses resultados é o ponto mais importante para a nossa crítica.

O uso que este faz dos resultados da avaliação (que é compartilhada com os diferentes poderes governamentais) é muito mais para estabelecer ranking que compreender os processos envolvidos. Além disso, na maioria das vezes os indicadores são usados para a alocação de recursos e para tornar pública uma imagem da instituição. (BRITO, 2008)

Apresentado o ENADE, como um processo nacional de acompanhamento da qualidade do ensino superior, esta dissertação pretende compreender como o indicador consegue modificar as relações existentes entre docentes e discentes. Tomaremos como grupo de controle os cursos de Direito da Universidade Tiradentes (UNIT) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), para que assim possamos visualizar de maneira mais clara como ocorrem as diversas interações no ambiente educacional.

Quando tocamos na temática que envolve o uso de índices de mensuração de qualidade no ensino superior, vale lembrar que todo esse conjunto de acontecimentos que vão desde ao seu uso até o próprio posicionamento de boicote a ele, ocorre através de uma “prática racional” que pode ser explicada como, “uso autoconsciente ou reflexivo de conceitos; isto é, como a atitude crítica em relação à prática e ao pensamento científico” (GOODY, 2012). E quando trazemos esse conceito, deixamos claro que as atitudes ocorrem de maneira técnica e pensada, quando existe um posicionamento, ele ocorre por meio de um conjunto de normas e juízo de valor feito pelos indivíduos e que isso só é capaz pelo conhecimento e facilidade que os números podem trazer, questão que aprofundaremos mais à frente.

Então temos os índices como constituintes de uma política pública voltada ao desenvolvimento de uma educação de qualidade, no caso do ENADE e em resposta a esse sistema temos reações a ele, isso ocorre devido a pontos como, 1) Legitimidade de quem opera o índice; 2) Grau de entendimento por parte do indivíduo dessas ferramentas utilizadas; 3) Posicionamento das instituições quanto busca de oportunidades de mercado.

Nos levando a interpretar que o seu uso tem uma finalidade específica e que esperasse a boa receptividade e posterior reprodução das normas criadas a partir desse ponto,

A avaliação pública impõe padrões de legitimidade e prestação de contas que moldam profundamente as práticas de avaliação: em sociedades democráticas

liberais, por exemplo, a avaliação pública geralmente requer uma deliberação sobre os critérios relevantes e sobre a sua divulgação ao público (LAMONT, 2013).

Existem alguns pontos para o uso dos índices de mensuração na educação, como por exemplo seguir o que dita a constituição de 88, garantir um Estado de direito como garantias a educação de qualidade, havendo diferentes características e defini-los é ao mesmo tempo aceitar apenas um caminho, temos “Por exemplo, se a lógica de mercado prevalece, o objeto de avaliação será considerado pelo ângulo da maximização do lucro (LAMONT, 2013). Então teremos índices que convergem para o resultado expressivo nesse campo, afinal eles nos dizem muito mais do que simples classificações.

Com o fechamento deste capítulo fizemos reflexões a respeito do ENADE bem como todas as dinâmicas históricas que ocorreram na aplicação do uso de índices na mensuração da qualidade do ensino das IES no Brasil, suas relações com a sociedade e como se concebeu todo o processo de evolução até a avaliação que conhecemos atualmente.

#### **4. Revisão de Literatura**

Entender e demonstrar que a origem e a ontologia de uma área específica do conhecimento é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. De acordo com esse posicionamento, propomos o discorrer a respeito das principais vertentes de cada instrumento utilizado para formar nosso objeto de estudo. Esta revisão de literatura está organizada como se segue: primeiramente exploro o papel da Sociologia da Valoração e Avaliação com o intuito de embasar o nosso campo de estudo na Sociologia e entregar definições importantes que poderão possibilitar um melhor entendimento do nosso objeto de estudo, no segundo tópico trazemos o estudo a respeito dos rankings e dos escritos de forma breve dos estudos de ESPELAND, no terceiro tópico trago a trajetória dos números e o debate envolvendo seu uso e universalidade, enfatizo que essa estrutura se deu com o intuito de situar e delimitar o leitor a respeito da construção do nosso diálogo com o intuito de felicitar o acompanhamento do nosso estudo.

Compreender como iniciou na sociologia o debate a respeito de cada ponto que estaremos abordando, nos ajuda a compreender como pesquisadores conseguiram demarcar o seu campo de estudo por meio deles.

Diante disso, discorreremos sobre cada um tendo sempre em mente a relação deles com o indicador ENADE, afinal, parte-se do que já foi produzido e nesses trabalhos que trouxeram à tona novas dinâmicas sociais, que poderão contribuir com uma base sólida para nosso estudo.

#### **4.1 Entendendo os Usos da Avaliação e Valoração**

Ao estudarmos as dinâmicas que envolvem as reações causadas por um indicador, ou melhor, por uma ferramenta avaliativa, adentramos ao campo de uma sociologia ainda recente que trata justamente ser a Sociologia da Avaliação, entendemos que mesmo por ser novo, temos estudos e trabalhos importantes na área, traremos os trabalhos dos principais estudiosos para melhor situarmos nosso objeto de trabalho.

Tomamos como base a ideia na qual,

A análise das práticas de valoração e avaliação também aponta para os limites das formas numéricas de avaliação mesmo em um ambiente altamente economicista e neoliberal, assim como, para a ênfase na necessária confiança em formas de julgamento humano como aqueles utilizados em revisões por pares (LAMONT, 2013).

Transpassamos importantes campos de estudo na sociologia onde a avaliação assume diferentes perspectivas. O início da discussão a respeito do principal ponto da nossa análise incidiu nas ciências sociais, nela a avaliação fez sua primeira grande aparição através dos escritos de John Dewey, ele demonstrou que o valor é uma qualidade que deve ser realizada, ou seja, deve ocorrer de maneira prática, saindo definitivamente do campo teórico, estando presente no bojo de qualquer interação. Ainda segundo ele, temos na ação concreta e prática por exemplo: uma crítica de arte, que é uma forma de avaliação (Dewey 1934: 309-25 apud Antal, Hutter e Stark, 2015). Quando se coloca valor em determinado objeto ou ação, está se colocando uma métrica na qual existem classificações para melhor ou para pior e é justamente por esse caminho que surge o nosso estudo, ou seja, as classificações são morais, afetando as formas de reatividade, presente no estudo das faculdades de Direito nos Estados Unidos, realizado por ESPELAND.

Tem-se caminhos tomados no uso da avaliação como na sociologia cultural, isso muito se deve, no início, através do trabalho sobre a “Distinção” de Bourdieu (1984/1979) e suas obras no campo da produção cultural (1993) por Micheèle Lamont, Paul DiMaggio ou Robert Wuthnow (CEFAI et al., 2015). Autores que utilizaram a avaliação como principal fonte de explicação para as suas hipóteses, na época obteve-se um grande destaque por ser inédito trabalhos que usassem tal ferramenta.

Na sociologia econômica da avaliação, temos que, “não há cálculo além dos dispositivos de cálculo, e não há julgamentos além dos dispositivos de julgamento” (Callon e Muniesa 2005; Callon et al. 2008; Karpik 2010). Ainda de acordo com essa perspectiva temos uma importante afirmação a respeito dessa linha de estudo de acordo com ela a,

Ciência Econômica, independentemente de sua veracidade ou falsidade, contribui para construir a atividade econômica e, que não se pode compreender a atividade econômica sem as técnicas e os componentes materiais Neste sentido, fazemos notar que o que é certo para as ciências naturais é também certo para as ciências econômicas e sociais, de modo que não há sociedade sem a Sociologia nem Estado sem as ciências políticas, como tampouco há atividade econômica no sentido organizado e reflexivo do termo sem a disciplina 'Economia'. (CALLON, 2008).

Entendemos que a perspectiva nesse campo da sociologia é por um uso mais fixo da avaliação onde na seguinte percepção temos que ela pode ser muito mais que isso, “Sim, calculamos, nós julgamos, nós realizamos. Nós, assembleias de humanos e não-humanos, realizamos” (Stark, 2009).

De acordo com Cefai et al. (2015), “os processos de avaliação estão no trabalho, nos costumes, opinião, e lei, como diferentes instâncias de controle social”. Ou seja, podemos encontrar os processos avaliativos em diversas dinâmicas diárias não sendo necessário ser ligado exclusivamente a pontos relacionados a performance e controle. Concluimos a partir desse ponto que o seu uso pode ser extremamente dinâmico, nossa análise se relaciona a um dos pontos de uso que está focado na avaliação das políticas públicas.

Existem diversos estudos que visam a relação entre a avaliação e discursos orais, quando o indivíduo valora determinado objeto, o que está por traz da sua escolha? Podemos citar sua experiência no campo de estudo em que o objeto está inserido, gostos pessoais, etc.

Na Alemanha, com base na perspectiva de Peter L. Berger e Thomas Luckmann em uma construção comunicativa da realidade social (1996),

estudos extensivos foram dedicados às interconexões entre atos comunicativos e uma moral implícita na dimensão das práticas de avaliação (CEFAI et al., 2015).

Segundo Cefai et al. (2015), “Luckmann entende a comunicação moral como uma performance avaliativa que transporta julgamentos de valor pertencentes a um indivíduo agindo ou a um grupo de atores, escolhendo entre diferentes ações”. Nessa perspectiva temos a comunicação como a principal fonte de avaliação, como já estudamos no capítulo anterior, os números assumem os papéis de locução, então a simples marcação e colocação de índices e métricas que assumem valores, nos dizem muito mais que apenas números.

Bourdieu teve importante participação no desenvolvimento dos conceitos relacionados aos estudos com quantificação, ele participou ativamente do ressurgimento dos interesses de estudo sobre a avaliação, por meio de sua análise sobre julgamento e classificação. Com seus estudos ele contribuiu para alimentar uma preocupação construtivista para a categorização como um objeto relevante, mesmo que contestado, de pesquisa nas ciências sociais (CEFAI et al., 2015).

Ainda segundo Bourdieu, destacamos no seu argumento alguns pontos relevantes a respeito dos julgamentos de valor, mesmo que moldados pela história, têm uma validade forte e que paira nas inovações que acontecem no seu aspecto, dessa forma assume um aspecto do qual seus conceitos e definições duram independente da passagem de tempo onde os mesmos são cumulativos e irreversíveis, não diferentemente das descobertas científicas que levam a provas e experiências (CEFAI et al., 2015). Temos então a imposição de um valor que poderá definir o objeto de maneira fixa e contínua, reafirmando a importância do seu uso, igualmente a descobertas científicas que tomam o aspecto postulador e cabível de prova e validação.

Podemos traçar um paralelo aos valores impostos nas instituições tanto particulares como públicas, quando se atribui uma nota para determinado curso, essa representação se propaga pelo tempo, uma nota positiva é utilizada como bandeira e mesmo que os resultados seguintes forem abaixo do esperado, a materialização do valor atribuído a ele se manterá, de maneira que ESPELAND vislumbra ao trabalhar com o conceito de *Self Fulfilling Prophecy*.

De acordo com essa ideia de nota ou classificação imposta, Boudon defende um argumento que está próximo do consequencialismo de Dewey:

Os julgamentos de valor sobre o que é "bom, certo, justo e legítimo" são, em muitos casos, fundados como julgamentos de fato sobre o que é "verdadeiro". Um julgamento de valor é considerado válido se gerar consequências aceitáveis ou desejáveis para muitos, se não todos (a maior quantidade de bem para o maior número) (CEFAI et al., 2015).

Ao se colocar valor, o sujeito assume o posicionamento que é aceito na sociedade, dentro do esperado, uma universidade tem valorações desejadas de acordo com sua estrutura, corpo técnico, etc. então esses fatores convergem com a ideia de investimento, ao escolher áreas estratégicas para expandir o ramo de atividade, cria-se uma expectativa positiva de ensino, esse quesito é justificado devido as inúmeras percepções que permeiam as diversas posturas racionais dos indivíduos.

Em se tratar de como cada pessoa lida com o conceito de valor, temos a ideia de que há um alcance mais amplo que explora como essa maneira de avaliar coisas, pessoas e fatos invade progressivamente as várias esferas da vida humana, estendendo-se a atividades não financeiras como sociais, artísticas, culturais e ecológicas. Seria limitar o uso da avaliação em apenas setores ou relações puramente financeiras, o seu estudo nos outros campos nos permite entender a fundo todos os seus motivadores.

Quando trabalhamos toda questão de reação a determinado fator, vale lembrar que existem pontos que corroboram com tal analogia, existe na sociologia uma importante diferenciação, observamos em alguns aspectos as normas estarem ligadas a avaliação, mas não da maneira correta, de acordo com Amartya Sen, mesmo que muitas vezes misturados em teorias sociológicas, as normas são diferentes dos valores, mas envolvidas no processo de avaliação como horizontes, recursos ou restrições. Então as normas demarcam os limites existentes ao se avaliar, elas são consideradas como um comportamento social, “o julgamento prático na situação não nos empurra para uma nova filosofia moral; em vez disso, exige novas conceituações na sociologia do conhecimento e da sociologia política” (CEFAI et al., 2015).

Quando abordamos a questão das normas percebemos que elas assim como as avaliações são capazes de modificar atitudes e costumes, por exemplo: dentro de uma corporação na qual aplica-se uma norma voltada ao uso de determinado equipamento, temos o resultado esperado de uso similar realizado por todos os usuários na qual foi imposta tal modificação, então, afirmamos que ela tem papel similar ao que verificamos na avaliação.



Quando nos dispomos a precificar, estamos assumindo alguns conceitos, diante dessa reflexão, “Beckert observa que a avaliação de um bem depende não só das propriedades do objeto, mas também do conhecimento de como usar” (Stark, 2009). Nesse ponto entra em cena a questão do Estado como aplicador dessas avaliações, um grande debate que ocorre está justamente na figura dos agentes que assumem postos de comando, temos como demonstração o MEC, quando ele definiu uma nova forma de avaliar, trouxe a mudança nas características e formas de cálculo, o Provão foi substituído pelo ENADE e o questionamento que pairou foi: Quem definiu essa mudança tem o devido conhecimento para legitimar a sua ação? Conhece todo o panorama educacional brasileiro?

Focamos em não responder essas questões, mas entender que essas perguntas derivam do que Beckert observou sobre o conhecimento a respeito do objeto como meio de legitimação, quanto mais entendido e reconhecido sobre o campo de pesquisa maior será aceitação da avaliação imposta.

Afinal, qual é o valor? Ao responder a esta questão, podemos estender a vários capítulos, reiterando a distinção entre as abordagens "subjetivas" e "objetivas" para a teoria do valor. Mas para melhor definirmos esse ponto, vale entender algumas observações e estudos realizados a respeito,

Em um capítulo recente, Fabian Muniesa (2011) segue Dewey ao argumentar que em uma abordagem pragmática desloca essa dicotomia subjetiva / objetiva, substituindo a noção de valor pela ação da avaliação. Muniesa mostra que a Teoria da Avaliação de Dewey, publicada em 1939, foi apenas a última em um debate filosófico em curso lançado em 1913 e que se estendeu nas décadas de 1920 e 1930. Dewey entra no debate no zênite da controvérsia "realista-idealista". Do lado realista, o valor é uma propriedade de um bem, independente das avaliações; no lado idealista, é uma propriedade da consciência. De um lado, o valor é "provocado"; por outro, é "avaliado" (STARK, 2009).

Tendo em mente esse debate, podemos por exemplo trazer os estudos sobre os legisladores políticos e as instituições no campo da educação onde eles procuram medidas para avaliar o desempenho no ensino e na pesquisa, e no setor financeiro, “os indicadores objetivos de desempenho são complementados por julgamentos de desempenho futuro” (Antal, Hutter e Stark, 2015). Quando firmam uma avaliação, eles trazem expectativas futuras, esse ponto pode ser interpretado pela própria sociedade em seu conjunto de crenças que formam a respeito de uma instituição, fontes midiáticas ajudam a estimular esse quesito, a quebrar com pré-conceitos a respeito de qualquer objeto.

Com o debate a respeito do poder da publicidade que ocorre no uso das avaliações é que observamos a tensão entre dois sistemas de valores pode ser intensa isso ocorre quando relacionamos as antigas classificações com as novas, dessa forma a soberania da interpretação é contestada. Na maioria dos casos prevalecem os valores tradicionais, a nova ideia, proposta ou produto é ignorada ou rejeitada, cabendo sempre esse contexto de tradição comumente anexado a imagem das instituições, por exemplo no slogan da UNIT: “A mais de 20 anos formando profissionais de qualidade”. O momento em que o item desconhecido encontra o reconhecimento como sendo novo e muitas vezes acaba se conectando a expressões de surpresa. Tal mudança é experimentada como um salto, ou mesmo a uma perda de terreno antes de encontrar novos rolamentos (ANTAL, HUTTER e STARK, 2015).

Essas dinâmicas que ocasionam choques e mudanças de interpretações em relação a sociedade é objeto ideal de análise, destacamos, um número significativo de pesquisas norte americanas e europeias, elas têm se preocupado com a questão de como o valor é produzido, difundido, estimado e institucionalizado em uma variedade de contextos (LAMONT, 2013).

Realmente, é importante ter essas limitações em mente, por mais que tenhamos a plena noção da importância dos números nas dinâmicas avaliativas, temos um significativo questionamento a se fazer, nele os avaliadores geralmente valorizam a entidade que eles devem avaliar no momento em que justificam aos outros as suas próprias avaliações. No papel de agente dinamizador e regulador, as instituições que são colocadas sob avaliação utilizam-se de artifícios relacionados a investimento em infraestrutura ou uma boa relação com ao avaliador podem contar positivamente a seu favor. Por exemplo, temos nos críticos de arte a sua atribuição de valor a uma obra de arte onde temos expressões como, “isto é inovador”, “isto não vale nada”, ao mesmo tempo em que eles devem tentar convencer os seus pares a concordarem com a sua avaliação sobre uma obra em particular (LAMONT, 2013).

O ponto central do nosso capítulo está na busca do que torna a valoração e a avaliação processos sociais e culturais que causam reatividade e uma boa resposta está no seguinte ponto,

É o fato de que o estabelecimento de valor geralmente requer: (a) um acordo/desacordo intersubjetivo sobre uma matriz ou conjunto de referências pela qual a entidade (um bem, uma reputação, uma conquista artística, etc.) é comparada, (b) uma negociação sobre o critério mais apropriado e sobre quem

é o juiz legítimo geralmente envolvendo conflitos e disputas de poder (BOURDIEU, 1993), e (c) estabelecer o valor em um processo relacional (ou por índices) envolvendo entidades distinguíveis e comparáveis (LAMONT, 2013).

Ainda para Bourdieu (1993, pp. 78-79), a habilidade de impor critérios de avaliação, ou o poder para consagrar, tem importância nos campos simbólicos, já que permitem aos atores que reproduzam as suas próprias posições (LAMONT, 2013). Então temos a clara presença de artifícios que visam mudar os resultados da avaliação por meio das interações sociais.

Outra limitação sobre a avaliação está na definição de critérios e a medida em que eles são formalizados e se tornam consistentes.

Na revisão por pares, entendemos que os avaliadores são facilmente levados a privilegiar diferentes elementos de comparação em momentos distintos, já que são induzidos pelas características do que estão comparando (LAMONT, 2013).

Por tal situação é que o objeto deve ser constantemente avaliado e reavaliado, por vezes é comum que se mudem os agentes para evitar a escolha tendencialmente em seus resultados, no caso do ENADE poderá ocorrer por meio dos discentes por exemplo, se eles tem uma forte identificação pela instituição é normal notar um aumento no seu desempenho na avaliação, por motivos que vão desde a própria afinidade que possa construir até o entendimento de carreira, uma vez que ter sua graduação em uma instituição reconhecida o credencia a melhores postos de trabalho.

O que poderá ajudar a minimizar tais erros e tendências na avaliação que podem gerar como consequência a baixa credibilidade da sociedade na avaliação do desempenho de um programa, deve-se definir padrões de referência para julgar esse desempenho. De acordo com esse entendimento, “eles poderiam ser: absolutos, as metas estabelecidas por um programa são consideradas como o padrão a ser alcançado e os desvios devem ser registrados e analisados” (DA COSTA e CASTANHAR, 2003).

Essas são soluções que podem ajudar no aumento da credibilidade dos sistemas avaliativos tendo como consequência um maior efeito reativo da sociedade, todas as vertentes que inspiraram o nosso trabalho vêm dos trabalhos desenvolvidos por ESPELAND, dessa forma buscaremos trazer um estudo com pontos pautados pelos seus escritos.

## **4.2 Uso dos Rankings no Conceito de Reatividade e suas Implicações**

O marco inicial para elaboração de qualquer ranking é a obtenção de dados quantificáveis de fontes seguras totalmente isentas de qualquer vício. Mas como distanciar esses fatores particulares quando os resultados expressos podem gerar retorno financeiro?

Em resposta a esses questionamentos definimos que os rankings são um exemplo de certa forma clara de esforços generalizados para controlar as instituições públicas e torná-las mais acessíveis aos estrangeiros. De acordo com ESPELAND (2007), isso ocorre devido aos estudantes de outros países não possuírem o conhecimento necessário para fazer a escolha mais acertada, temos por exemplo alunos que vem de outras regiões do país e se utilizam desses rankings para maximizarem o retorno das suas escolhas. Segundo esse pensamento obtido pela observação dos rankings nos Estados Unidos, foi definido que,

O objetivo da USN na criação de rankings não era transformar as faculdades de direito ou "responsabilizá-las". Em vez disso, eles queriam fornecer informações acessíveis aos consumidores educacionais (Morse 2005), além de aumentar a receita e a visibilidade da revista. Os editores ficaram surpresos com o furor que geraram (ESPELAND e STEVENS, 2007).

Sanz-Casado et al (2013) apud França (2015) indica dois aspectos importantes relacionados ao fenômeno de proliferação dos rankings. Por um lado, as novas tecnologias de informação permitiram que os mesmos ganhassem maior visibilidade no início do século XXI, e por outro, eles podem se constituir de valiosas ferramentas para a avaliação das atividades de pesquisa realizadas pelas universidades.

Assim, a velocidade de propagação dos resultados desses rankings está cada vez maior, aumentando a intensidade desse fenômeno e o interesse das IES em se manter em destaque tendo em vista as vantagens que os resultados possam trazer para sua imagem institucional, que acaba indo muito além do simples retorno financeiro.

Andrade (2011), citado por França (2015), destaca a forte repercussão desse ranking na mídia e o impacto que ele provoca junto ao “mercado consumidor” – formado em sua maioria por jovens e empresas que têm intenção de contratar mão de obra qualificada. Esse impacto pode ser metrificado inclusive em indicadores financeiros que se traduzem no estabelecimento não somente nos preços de mensalidades, mas também em indicadores mercadológicos que se traduzem no aumento ou redução da procura por vagas em instituições mais bem colocadas no ranking. Existe uma sociedade que anseia pelos resultados desses índices para condicionar suas escolhas, porém o papel de

direcionar opiniões e condicionar tendências faz com que a criação desses rankings seja contestada.

Diante disso, a educação se reduz ao ensino, os processos formativos se anulam ante os resultados quantificáveis, a valoração dá lugar a exames que medem desempenhos estudantis, servindo dessa maneira de informação básica aos índices, que se transformam em classificações e rankings, além de representar numericamente a “qualidade” dos cursos e das instituições (Sobrinho, 2008).

Seoane(2009) apud França (2015) afirma que

O ranqueamento na educação superior é um fenômeno de natureza global e que, embora recente, parece dar mostras de vigor e de perenidade, e a cada dia, mais países se integram aos processos de avaliar o desempenho de suas instituições de ensino superior.

Enquanto Seoane (2009) defende o uso dos índices como uma tendência global e contínua, Brito (2008) procura mostrar a diferença de significados da avaliação entre o elaborador de políticas públicas e o docente, tentando evidenciar que existe uma fuga do real significado da avaliação que é buscar entender como se dá o ensino das IES e controlar sua qualidade por meio desses exames, dentre os quais podemos destacar o próprio ENADE. Assim,

O significado e uso da avaliação para o elaborador de políticas públicas é extremamente distante do significado que tem para o professor. A visão do elaborador de políticas públicas é uma visão diferente da do professor que conhece, pelo menos de forma razoável, a escola e a comunidade onde atua. O uso que este faz dos resultados da avaliação (que é compartilhada com os diferentes poderes governamentais) é muito mais para estabelecer ranking que compreender os processos envolvidos. Além disso, na maioria das vezes os indicadores são usados para a alocação de recursos e para tornar pública uma imagem da instituição. (BRITO, 2008, p.850)

Na análise sobre o Ranking, Andrade (2011), ainda citado por França (2015), enfatiza o papel dessa classificação como forma de divulgar a qualidade da educação superior por meio de métricas mensuráveis, e resalta alguns aspectos acerca da composição do ranking construído pela Revista Guia do Estudante. Para realizar essa pesquisa, a revista contratou alguns professores como parceiros, construindo informações sobre o corpo docente de cada instituição analisada e por fim, atribuindo “estrelas” que permitissem classificar a qualidade de ensino nos cursos e instituições.

Dessa maneira, existiriam maneiras complementares que fugiriam a utilização dos resultados obtidos pelo ENADE, compondo-se diversos rankings que são elaborados

por órgãos governamentais e instituições privadas tendo destaque pontos que não são notáveis no índice mencionado anteriormente.

Autores apontaram aspectos positivos no Exame propriamente dito e em sua concepção de rankings, funcionando como indutor e garantidor na transparência de informação à sociedade, destacando que a prova permitiria às Instituições identificarem suas fragilidades, podendo também levá-las a uma competição saudável, etc. (CALDERÓN, POLTRONIERI e BORGES, 2011).

É importante mencionar que o ranking pode assumir papéis diferentes em sua divulgação, cabendo a cada um escolher sua melhor perspectiva, contudo uma coisa é certa: esse novo panorama faz com que se acirre ainda mais o ensino, gerando como resultado um crescimento significativo na qualidade de educação, desde que se utilizem como dados informações que possam mensurar essa qualidade de ensino e não somente impressões coletadas em aspectos fora ambiente sala de aula.

Essas reações que ocorrem por meio do ranking na sociedade é como podemos observar na passagem a seguir como um tipo de necessidade,

E então, rimos porque rimos de nossa dependência parcial de listas de avaliações e rankings para navegar as incertezas de encontrar o que é valioso no mundo excessivamente abundante das escolhas dos consumidores (STARK, 2009).

Os rankings funcionam como guia para a tomada de decisões, na economia temos o indivíduo como ser racional e por tal, busca sempre minimizar o risco nas suas escolhas, sendo natural se utilizar de toda e qualquer lista para auxiliar na maximização da sua seleção.

Em contraponto, pode acontecer que nas classificações possam ocorrer uma consequência não desejada, proporcionando uma nova classificação. Temos por exemplo, apesar de seus protestos que ocorrem em suas classificações, as faculdades nunca foram planejadas como um ranking, esse fenômeno é observado nos estudos realizados nas universidades norte americanas,

Temos nas pontuações da Academia Nacional de Ciências poderiam facilmente ser convertidas em um ranking e foram rapidamente seguidas por uma infinidade de "Rankings Universitários" produzidos de forma privada (US News e World Report, Princeton Review, e outros) com listas das 100 melhores universidades, as 25 melhores faculdades de artes liberais e as dez melhores escolas de negócios (ESPELAND e Sauder apud Stark 2009).

De acordo com a observação dos pesquisadores, o que começou como uma avaliação de desempenho, tornou-se um verdadeiro concurso, uma vez que as escolas começaram a, “modificar suas políticas de admissão e (em alguns casos) seus procedimentos para avaliar o desempenho docente das faculdades nos esforços de ascensão no ranking” (ESPELAND e Sauder apud Stark 2009). Esse fenômeno ocorre através do uso de indicadores e medidas que resultam em sucesso, impondo à administração pública a necessidade clara de desenvolver a cada novo resultado, instrumentos e metodologias de avaliação, ágeis e de baixo custo, sendo eles capazes de oferecer aos dirigentes das instituições, bases mais sólidas para a tomada de, “decisões em matéria de políticas públicas e à sociedade em geral uma apreciação mais precisa sobre o desempenho de tais agências” (DA COSTA e CASTANHAR, 2003).

A classificação nos possibilita a criação dos rankings e os rankings geram formas de reatividade, fenômeno esse que será alvo de estudo no nosso próximo capítulo, retomamos a nossa análise no propósito da avaliação, “que é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (DA COSTA e CASTANHAR, 2003). Quando observamos por esse caminho, temos em mente o claro objetivo do ENADE, ele se concentra em elevar a qualidade de ensino por meio desses instrumentos analisados.

O estudo de alguns conceitos sociológicos traz à tona uma aglomeração clara, isso ocorre dada a centralidade da categorização na SVA (Sociologia da Valoração), onde percebemos que,

Não é de se surpreender que os sociólogos e antropólogos da cultura tenham despendido tempo considerável analisando os limites simbólicos e os sistemas de classificação, enquanto os sociólogos da economia e alguns economistas têm se interessado cada vez mais por convenções criadas através dos sistemas de ranking (CARRUTHERS & HALLIDAY, 2008 apud LAMONT, 2013).

Com tal ampliação e definição dos estudiosos, podemos entender que dentro da SVA temos um distanciamento entre os pesquisadores que se utilizam de todo arcabouço teórico que ela pode oferecer, é natural que exista uma escolha que seja aproximada pelo seu campo de formação. Então, podemos perceber que a classificação pode ser interpretada de maneira diferente da tradicional, acarretando no ponto importante de análise, o seu papel importante nas escolhas individuais.

Outra definição a respeito do ranking, nos ajuda a entender de maneira mais direta outro aspecto muito abordado, “consiste na comparação de um item com o outro levando em conta o quão bem eles se saem em dimensões específicas pré-estabelecidas, os rankings criam uma situação de soma-zero<sup>21</sup>” (LAMONT, 2013). Cabendo aqueles que não constam neles ou estejam em colocações inferiores, uma forte pressão negativa e a sua adequação aqueles melhores colocados é uma estratégia de sobrevivência.

Para melhor entendermos como ocorre a formação dos rankings nas universidades brasileiras, temos a seguinte passagem sobre a constituição de cada aspecto avaliativo,

Ao propor um sistema de indicadores para as universidades brasileiras, Schwartzman (1994) define três tipos: simples, definidos como aqueles que são expressos em termos absolutos (número de professores, área construída etc.); de desempenho, que requerem um padrão ou um objetivo para comparação e são relativos (custo por aluno, relação aluno/professor etc.); gerais, aqueles que são gerados fora da instituição (ou programa), com base em estatísticas gerais ou em opiniões de especialistas (por exemplo, a avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Capes) (DA COSTA E CASTANHAR, 2003).

Porque a importância de estudar tais passos para a formação, por fim dos rankings? Como já desenvolvemos anteriormente, cada passo nos remete ao poder exercido pelos números, valoração, avaliações e a própria classificação exerce sobre o indivíduo e, “Investigar os efeitos variáveis da quantificação pode ser entendido como apreciar suas dimensões perlocucionárias<sup>22</sup>, que são sensíveis ao contexto e às comunidades de interpretação (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Diante dessas importantes definições a respeito do ranking e suas imbricações com os indicadores de qualidade educacional, partiremos ao que constrói a sua reputação, afinal, se não houvesse uma boa receptividade a respeito do seu uso, ele iria ser substituído rapidamente, trazemos o conceito de reatividade, que é a capacidade dos indivíduos a reagirem as avaliações que são feitas visando a entrega de informações aos mesmos como também as mudanças no comportamento quando são postos sob avaliação.

É importante conceituar o significado de reatividade, a sua definição é desenvolvida como, “a ideia de que as pessoas mudam seu comportamento em reação a ser avaliado, observado ou medido - oferece uma lente útil para divulgar como essas

---

<sup>21</sup> Se refere a jogos em que o ganho de um jogador representa necessariamente a perda para o outro jogador.

<sup>22</sup> Discurso ou ato linguístico que produz efeito sobre o ouvinte, que é persuasivo, perlocutório, que surpreende.



medidas influenciam a mudança” (ESPELAND e STEVENS, 2007). Então reações a respeito dos indicadores são facilmente observados e entendidos, justificando o uso de classificações e rankings.

Afinal, qual a importância de entender a origem dos índices ou rankings? A resposta está no que eles conseguem realizar nas dinâmicas cotidianas, quando propomos estudar a relação de um indicador com a comunidade, discentes e docentes, estamos colocando a prova o poder do número como sendo capaz de alterar a percepção desses agentes, e igual ao que já foi estudado, a medição intervém no mundo social que a representa. As medidas são reativas; eles fazem com que as pessoas pensem e atuem de forma diferente. Transformar qualidades em quantidades cria novas coisas e novas relações entre as coisas (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Essas mudanças são as bases para os dois caminhos derivados do conceito de reatividade, “se a *self fulfilling prophecy* se refere muito mais a mudanças no comportamento, a *commensuration* modifica a cognição, ou seja, modifica como pensamos sobre o assunto” (ESPELAND apud SARTORE, 2010). O trabalho de SARTORE (2010) explicita como a formação de um índice de sustentabilidade na bolsa de valores acaba por não apenas medir e ranquear as empresas de capital aberto mais sustentáveis, mas também acaba por criar uma nova realidade sobre o que é ser sustentável além de modificar a cognição das empresas que passam a se julgar sustentáveis ou não via o seu posicionamento no índice.

Com esses conceitos em mente, temos a clara ideia das decorrências do seu uso de maneira direta, usamos por exemplo, a análise dos rankings como instrumento da mídia de massa devido muito ao seu fácil entendimento e repercussão, em alguns estudos foi observado também,

Os programas de pós-graduação nos Estados Unidos começaram como esforços para informar os potenciais estudantes e suas famílias sobre a qualidade relativa das escolas, bem como um plano para vender revistas e criar uma identidade distinta para uma revista (Sauder e ESPELAND 2009 apud ESPELAND e STEVENS, 2008).

E concordamos que a ideia por trás da avaliação passa longe do objetivo inicial, o que foi criado como uma estratégia para avaliar publicamente as escolas logo se tornou um meio de identificar e punir as escolas que fizeram mal de acordo com as métricas que as próprias escolas não controlaram. Isso ocorre devido a pressão criada pela sociedade

que modifica suas escolhas em cima dos dados publicados e as instituições acabam se adequando ao índice.

Os rankings foram rapidamente internalizados e institucionalizados pelas escolas, já que seus funcionários absorveram os termos de status que os rankings criaram. A disciplina que os rankings provocaram tornou-se cada vez mais auto imposta à medida que as escolas os incluíram em suas classificações de planejamento e auto entendimento (veja também Covaleski et al., 1998) (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Vale a pena entender que o ranking possui uma dualidade no seu processo de internalização pelo indivíduo, ele consegue simultaneamente unificar e distinguir objetos, um processo que foi chamado por Foucault como "normalização" (1977), “medidas como rankings classificam, recompensam e punem, e organizam intervenções” (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Ao entendermos todas as implicações do ranking e seu arcabouço metodológico, perpassamos pelas diversas cadeias de análises e arranjos que são realizados no meio educacional, para melhor esclarecer essa percepção temos na afirmação clássica de Campbell (1957, pág. 298) que define uma medida reativa como aquela que “modifica o fenômeno em estudo, que muda o mesmo que se está tentando medir”. Esse importante ponto desencadeia a clara distinção entre o ato de medir e seu objeto que “Contamina” os resultados (ESPELAND e STEVENS, 2007). O principal ponto é modificar e direcionar as escolhas da sociedade, no nosso caso de estudo, seria a escolha das instituições que estão melhores colocadas no ranking.

Com os conceitos de reatividade bem desenvolvido nesse capítulo, vale explicar a respeito da profecia auto-realizante, nos trabalhos de Merton ele já desenvolvia estudos baseados nessa analogia da qual, “Se o homem define uma situação como real, ela será real em suas consequências”. (MERTON, 1948 apud SARTORE, 2010). Dessa forma temos que, para Merton, a Profecia auto-realizante consiste em uma falsa acepção sobre uma conjuntura a qual se cria novos comportamentos dos quais acabam por transformar esta falsa definição em uma realidade causal verdadeira (MERTON 1968).

Entendemos que profecia sendo utilizada em situações na qual se postula bons resultados a uma instituição, independente qual seja, as consequências dessa definição farão que fatores externos a ela se tornem reais e que os processos envolvidos resultem em estruturas que possam tornar autêntica a sua consequência.

### **4.3 O Papel dos Números na Sociologia e na Formulação das Políticas Públicas**

Quando estudamos a respeito dos usos das ferramentas de valoração, é importante compreender a concepção de autoria na criação e uso dos indicadores definida por Goody (2012), “ não há um autor para um determinado conhecimento”, ou seja, existem inúmeros trabalhos e pesquisas abordando determinado conhecimento em comum, na questão dos indicadores é o mesmo, não existe apenas um que possa trazer maior proximidade a realidade, de acordo com isso, traçamos essa lógica em paralelo aos mecanismos existentes de avaliação, na aplicação do ENADE surge uma relação que é constituída a partir de “múltiplos discursos apresentados nas interações entre os sujeitos, sendo reordenadas e rejeitadas” (GOODY, 2012). Entendemos dessa forma, que na sua aplicação a questão da licitude se torna fundamental e as reações a ela é que resultam em modificações pontuais para melhor desempenho no seu uso.

Com o uso dos números como peça importante para a mensuração da qualidade dos processos que vão desde os serviços dos órgãos do governo ao monitoramento dos níveis educacionais e financeiros, vale entender que a análise na sua elaboração envolve a proposta de um método de classificação e o mesmo exige um forte senso de importância pela sociedade. O Estado reproduz os índices, e eles são frutos de personagens que tem a tutela de intelectuais, ou seja, figuras que são reconhecidas pela comunidade como conhecedores de todo processo de aplicação desses índices.

Nesta revisão, trarei as ideias de Espeland , que inspiram a análise feita nesta dissertação. Nesta primeira seção, argumento que os índices produzem números que são universalmente aceitos e a sua universalidade possibilita que sejam apropriados de maneiras distintas de acordo com o contexto em que estão inseridos. Essa apropriação diversificada dos índices é objeto da sociologia.

Os números podem ser interpretativos, uma vez que contêm hipóteses teóricas sobre o que deveria ser contado, ou seja, a sua utilização é estruturada por conceitos que precisam ser justificados, “sobre como se poderia entender a realidade material e sobre como a quantificação contribui para o conhecimento sistemático do mundo” (POOVEY, 1998).

Ele se torna ferramenta importante não apenas para mensurar, mas para transformar realidades de difícil entendimento em objeto de fácil estudo e assimilação, no caso do objeto do nosso estudo, podemos entender que se resumisse no indicador do ENADE, todos os conjuntos complexos constituintes de uma instituição que vão desde infraestrutura, corpo docente, materiais auxiliares, equipes de apoio, enfim, toda uma gama de agentes e normas criadas para conseguir o resultado almejado.

Mas se temos a possível busca por reconhecimento e papel de destaque por parte das instituições, não podemos esquecer que, “devemos, ao contrário, identificar o que seu uso revela, é qual o seu interesse para os governantes” (POOVEY, 1998). Afinal existem metas a serem cumpridas e o seu sucesso pode ser convertido em representações e financiamentos internacionais. Assim, os indicadores não apenas mensuram, eles são resultado de interesses políticos e portanto, eles mesmos devem ser objetos de pesquisa da sociologia, e não apenas consistirem em dados empíricos de uma pesquisa. A quantificação é uma característica “constitutiva da ciência moderna e da organização social, mas os sociólogos geralmente têm relutado em investigar isso como um fenômeno sociológico por direito próprio”. (ESPELAND e STEVENS, 2008)

Afinal, antes de debatermos a respeito do uso qualitativo em pesquisas que assumem relevância no cenário acadêmico, é importante aprofundarmos nossa análise a respeito do número e a partir desse entendimento, poderemos agregar as ferramentas necessárias para delimitar o papel dele na sociedade

Como palavras, os números também podem ser avaliados em termos diferentes da sua precisão como representações, embora a precisão seja um critério comum para avaliar números. Os números que desafiam convenções ou expectativas podem ser tão infelizes quanto errado, pois nossa discussão sobre a estética da quantificação sugerirá [...] (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Os números possuem significado paralelo as palavras como instrumentos de representação e interpretação da realidade na qual se dispõe a discorrer, mas de forma similar a frases e enunciados, eles também têm que seguir uma métrica que deverá ser responsável por validar o que se transmite de determinada realidade.

Com o entendimento de atos elocutivos, os números estabelecem e firmam convenções de produção, expressão e interação que os tornam sensíveis ou não. A numeração, as estatísticas, a matemática e os padrões metodológicos amplamente compartilhados fazem parte da "gramática" e do "vocabulário" que tornam este uso de números significativo em contextos particulares (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Não é novidade a discussão a respeito da importância presente nos índices e indicadores, isso muito se deve ao fato dos “números geralmente ajudar a constituir as coisas que eles medem, dirigindo a atenção, persuadindo e criando novas categorias para apreender o mundo” (ESPELAND e STEVENS, 2008). São verdadeiros condutores para o conhecimento e apreensão de determinado acontecimento, quando se coloca em números o que pode ser aferido, a sua transmissão torna-se universalizada.

De acordo com o que podemos levantar, existem como indicamos anteriormente, métricas e regras para a sua utilização, o mais importante está no uso constante, por exemplo, se temos uma realidade no Brasil na qual relatórios escritos substituem sistematicamente o uso dos indicadores, quando se coloca algum índice, não haverá o devido resultado e muito menos o entendimento por parte da sociedade em sua representação, isso ocorre porque, “tal como acontece com o idioma, os valores e os significados de quantificação são estabelecidos através do uso” (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Então no uso está a chave para alcançar os objetivos pretendidos pelos indicadores, quando acompanhamos a evolução do ENADE desde o Provão e índices mais antigos, podemos entender que tudo está relacionado ao uso e que a partir de tentativas e aproximações com nossa realidade, eles se modificam e ao mesmo tempo mudam a percepção da sociedade a respeito de como é representada a condição o ensino superior.

As mudanças nas formas de avaliação ocorrem tal como acontece com as palavras, o propósito e o significado dos números muitas vezes mudam à medida que viajam através do tempo e do espaço social. Usos e interpretações subsequentes podem ter pouca semelhança com o que produziu números em primeiro lugar (ESPELAND e STEVENS, 2008). O que hoje temos nos mecanismos que auferem e agregam valor a situações criadas por eles, nos períodos anteriores não teriam o mesmo resultado e menos ainda o propósito que os moldou.

É justamente na reatividade que repousa a possibilidade de mudar como o indivíduo se percebe e é percebido pelos seus pares, é por meio, “das medidas que criam e reproduzem limites sociais, substituindo a variação sombria por distinções claras entre categorias de pessoas e coisas (ESPELAND e STEVENS, 2008). Graças a sua simplificação nas relações que podem ser complexas é que define a sua universalidade no entendimento pela sociedade.

Além dessa importante característica de ser universalmente interpretado e apreendido de maneira prática, outra virtude dos números é que eles circulam facilmente e parecem diretos para interpretar, tornando possível monitorar ou governar "a uma distância" (Miller e Rose 1990; Cohen 1982, Scott, 1998 apud ESPELAND e STEVENS, 2008). Importante ponto que vale ressaltar está na facilidade em se lidar com os indicadores, o Estado pode administrar de maneira facilitada o uso de indicadores, ou seja, a aplicação e avaliação dos resultados das políticas públicas que são aplicadas, tornam-se facilmente acompanhadas.

Quando nos debruçamos na realidade vivenciada dentro das instituições, entendemos na passagem a seguir, como os indicadores impactam dentro dos setores de planejamento,

Os diretores vulneráveis à descrição dos agentes muitas vezes argumentam que a disciplina imposta pela quantificação torna visíveis as consequências das decisões e fornece verificações sobre os preconceitos, a política e o interesse próprio dos agentes (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Consegue-se entender um pouco mais toda a áurea que cerca esse objeto que surge como importante pilar, afinal, o objetivo das diversas políticas públicas na área educacional tem nele toda a sua representatividade. O número por si só não traz muitas respostas, mas quando colocado em um contexto que o torna fundamental, faz com que estudos que buscam o seu uso tornem-se cada vez mais relevantes.

Deixamos claro que ainda um vasto campo a ser estudado e o desafio para este tipo de sociologia encontra-se em mostrar como a autoridade quantitativa é realizada e mobilizada, porque ela é incorporada nas instituições, circula e cria estruturas duradouras que moldam e restringem a cognição e o comportamento (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Podemos concluir que o uso constante dos números nas mais diversas finalidades ocorrem porque, “esses ideais estéticos são manifestações visuais do fascículo dos números descritos acima: sua capacidade peculiar de tornar compreensíveis os fenômenos complexos” (ESPELAND e STEVENS, 2008). Que por ele somos capazes de perceber e entender as dinâmicas existentes na sociedade, servindo como bússola para as mais diversificadas interações.

Tendo em mente as dinâmicas decorrentes do uso dos números, podemos perceber que quando estamos abordando um indicador de qualidade na educação,

seguimos apreendendo que essa relação segue uma linha que busca um maior rendimento do Estado, ou seja otimizar os serviços prestados, não muito diferente ao que ocorre nas instituições de cunho particular, de acordo com essa assertiva temos a seguinte definição de Marion Fourcade e Kieran Healy apud Cefai et al. (2015) onde se,

Propôs uma síntese, resumindo o que conhecemos desde Weber e Veblen, ou por Hirschman e Sen, a saber, que o capitalismo repousa e gera uma ordem moral como muito, como uma ordem econômica. Todos esses trabalhos nos convidam a considerar a economia como um “Ciência moral”.

E quando trazemos essa análise, estamos justificando o uso de um pensamento sociológico no campo econômico, apresentando nossa perspectiva para a reação de uma comunidade a ferramentas de avaliação de desempenho, no nosso caso, mais focado ao sistema educacional superior.

Ao desenvolvermos nossa análise a respeito de todo arcabouço teórico que serve de base para a nossa hipótese, perpassamos diversas camadas que nos ajudam a interpretar os fenômenos que ocorrem por meio dos indicadores. Diante de tais circunstâncias vale trazer uma importante passagem que nos ajuda a compreender como a dinâmica da classificação, de acordo com Stark em sua análise,

Note-se que este exercício de pensamento não pede aos cidadãos que "coloquem um preço" na natureza ou no meio ambiente - uma operação difícil, como mostra Fourcade. Em vez disso, o problema é enquadrado como a determinação do "preço a ser pago" em caso de retribuição justa. Alguns podem argumentar que o preço a ser pago não deve limitar-se a penalidades monetárias. Uma pena de prisão difícil para o CEO de uma empresa altamente lucrativa pode ainda ser a justiça retribuída mais eficaz se o objetivo não for apenas restaurar o meio ambiente, mas também mudar o comportamento dos executivos seniores de outras empresas altamente lucrativas (STARK, 2009).

Podemos entender que a classificação exerce um forte poder simbólico, quando já possuímos em mente os elementos que a compõe, fica mais fácil perceber que é possível a sua utilização como via de mudança para alguns conceitos e ações que podem sofrer profundas mudanças, então, tendo essa relação em mente podemos observar como os concursos podem ser projetados deliberadamente para “classificar as classificações” (pontuação dos especialistas em vários tipos de "testes"), ou seja, uma nova classificação com o uso de rankings para determinar quais delas possuem um maior grau de significância.

As políticas públicas surgem no encalço das demandas sociais, e sua estrutura se torna rígida quanto a elaboração dos passos que devem ser tomados, para melhor entendimento temos,

O desenho de um programa público ou a ação de uma agência governamental pode ser sintetizado em uma sequência de definições correspondentes a graus sucessivos de agregação de objetivos, no caso missão > metas > objetivos (DA COSTA e CASTANHAR, 2003).

Ao fixar os caminhos que deverão ser seguidos pela aplicação das políticas educacionais, vislumbramos na própria avaliação de metas que é o tipo mais tradicional de controle e tem como principal propósito auferir o grau de êxito que um programa pode obter em relação ao alcance das metas que são previamente estabelecidas. As Metas que constam no programa são os produtos mais imediatos (ou concretos) que dele decorrem nesse exemplo podemos trazer, “pessoas atendidas em centros de saúde; número de leitos hospitalares; número de horas de aula, entre outros” (DA COSTA E CASTANHAR, 2003).

De acordo com algumas ciências, o uso da classificação é via única para validar uma descoberta, e nela repousa o seu entendimento que,

A classificação é fundamental para qualquer ciência. Todos os outros níveis de medição, por mais precisos que sejam, envolvem basicamente a classificação como operação mínima (Blalock [1960] 1972 apud ESPELAND e STEVENS, 2008).

Ao estudarmos o seu uso no campo educacional, temos um vasto panorama de análise, entre eles podemos destacar que,

A integração de pontuações nas atribuições individuais em medidas cumulativas do desempenho escolar exige investimentos enormes em infraestrutura e coordenação. Os professores devem criar ou seguir métodos para agregar pontuações nas notas do curso, que devem ser agregadas de modo a que as notas possam ser ligadas a pessoas ao longo do tempo (ESPELAND e STEVENS, 2008).

Corroborando com nosso entendimento a respeito do indicador e como o mesmo consegue estabelecer novas realidades e pensamentos formalizados a partir dos números atribuídos para cada processo avaliativo, fica clara a importância em entender esses pontos para a sociologia, afinal existe de fato, uma reação a respeito do indicador e tudo nos direciona ao encontro desses conceitos nas práticas sociais.

Como explicam Cusso e D'Amico (2005), nas mudanças ocorridas das estatísticas educacionais internacionais que acabaram por refletir e moldar as reformas globais que aconteceram na educação e afetaram completamente a forma como a ajuda e os empréstimos são distribuídos às nações. Dessa forma, entendemos que os resultados dos exames individuais podem sim, “determinar as trajetórias educacionais que têm consequências importantes para as opções de carreira e os conhecimentos potenciais” (ESPELAND e STEVENS, 2008).



De acordo com a passagem a seguir,

É muito fácil combinar o normal num sentido estatístico com um sentido amoral normal. Os “outliers”, “under-achievers” e “under-performers”, produzidos por medidas de desempenho, tornam-se alvo de manipulação, desaprovação e auto escrutínio ansioso. As medidas facilmente se tornam aspirações (HACKING 1990, apud ESPELAND e STEVENS, 2008).

Compreendemos que a classificação pode operar em muitos aspectos da vida cotidiana, nos deparamos de maneira rotineira com ele, a sua utilização se torna clara nas políticas públicas e por resultado trouxemos essa relação, muito devido ao objeto do nosso estudo ter sua origem nesse bojo. A importância no uso está na facilidade do seu controle, que pode ser acompanhado a distância, o mais fundamental está nas reações causadas pela sua divulgação e é nesse poder sobre as perspectivas coletivas que reside o seu fascínio e motivo de estudos mais aprofundados, sabemos que há muito a se abordar, mas trazer o seu significado e suas relações, contribui para o nosso desenvolvimento em uma ciência fundamentalmente sociológica.

Nós iremos além da questão financeira que a valoração da educação causa, ponto esse ocasionado pelas mudanças ocorridas dentro da instituição graças ao uso dos seus resultados como meio de propaganda, situação essa que será abordada mais a frente, existe outro importante desenvolvimento a respeito de sua aplicação, afinal “um campo menos institucionalizado será menos consistente em fornecer regras claras e em socializar novos entrantes (LAMONT, 2013).

Dessa forma, quanto mais desenvolvido o Estado pode ser, mais fácil será criar tais ferramentas, as mudanças ocorridas no ENADE são nada mais do que reflexo de uma particularização do que é uma educação de qualidade e quanto maior for as regras, mais institucionalizada será a sociedade, ou seja, o conjunto de regras pode representar o nível de desenvolvimento de uma sociedade nessa perspectiva abordada por Lamont.

Quando o ensino é avaliado, produz-se referências que se traduzirão em bons resultados ou em avaliações julgadas como abaixo do planejado. As instituições avaliadas conseguem bons resultados, podem utilizá-los para uma autopromoção, reforçando os padrões de mensuração do indicador, utilizando esse fator na comunidade que a cerca. Assim, as categorias do indicador que a princípio deveriam apenas medir a qualidade do ensino, acabam por se tornarem referências do que é um “bom” ou “mal” ensino. Esse conceito é entendido dada a sua importância na passagem a seguir,

Essas categorias do que é visto como sendo bom ou ruim podem ser

incorporadas no hábito e o *ethos* dos agentes, que apoiam seu julgamento prático, por exemplo, suas simpatias recíprocas ou antipatias em termos de gosto social. Eles também podem fazer parte de sistemas simbólicos, aos quais Bourdieu (1977) atribuiu funções de cognição, comunicação e poder e atuam em performances linguísticas como esquemas simbólicos de percepção, discurso, conhecimento e ação (CEFAI et al., 2015).

De acordo com Ribeiro e Costa (2003), muitos estudiosos do campo da avaliação têm argumentado a importância de se avaliar uma Instituição de Ensino Superior (IES) visando a construção de um conceito de qualidade de ensino mais condizente com a pós-modernidade. A avaliação surge como uma das mais ricas oportunidades para redefinir ou reafirmar a missão institucional e seus valores, revelando-se excelente exercício formativo para a comunidade acadêmica que passa a se responsabilizar pelo uso dos resultados.

Podemos entender que o processo de mensuração tem três etapas: a primeira é composta pelos formuladores dos índices, ou seja, os gestores que têm motivações, interesses e formações diferentes. A outra etapa é como o objeto a ser medido recebe os resultados do índice. A terceira etapa é como estes resultados será recebido pela sociedade em geral. Estas três etapas definem se a instituição será bem avaliada. Assim, precisa-se saber o que e quem levou a criação desses índices. No entanto, o foco deste trabalho é compreender como este índice, no caso, o ENADE é recebido nas universidades públicas e particulares, no caso, a partir dos cursos de direito da UNIT e da UFS.

## 5. Metodologia

Nos utilizaremos da metodologia qualitativa e quantitativa, por meio desse arcabouço de conhecimento poderemos aprofundar nosso estudo inspirado nos trabalhos de Espeland e como consequência, minimizar os erros provenientes da interpretação realizada e o juízo de valor que poderá ser constituído no decorrer da elaboração prática do trabalho.

Empregaremos do levantamento bibliográfico para nos auxiliar na delimitação do objeto bem como facilitar o entendimento dos campos de estudo, dessa maneira afirmamos que partimos do que já foi produzido para o desenvolvimento da nossa pesquisa em uma área da sociologia relativamente nova, cabendo o uso exaustivo de toda teoria a respeito do nosso tema. O uso da pesquisa em sites e catálogos, nos ajudará a

acompanhar questões que possam exemplificar na prática as relações que ocorrem entre o nosso estudo com ações atuais, para que assim possamos compreender que estamos trazendo contribuições para as relações diárias.

Além do método citado anteriormente, usaremos da aplicação de questionários, nos ajudando a fazer o levantamento quantitativo e com o seu resultado faremos uma análise qualitativa, o nosso foco são os docentes do curso de direito da Unit e da UFS, o foco estará naqueles que vão fazer o Enade e os que já realizaram a prova, definimos um universo de 50 a 100 estudantes de cada instituição.

Os modelos de questionário seguiram os dois anexos logo abaixo, com diferenças entre os grupos que serão escolhidos. Segue modelo do questionário a ser aplicado aos docentes e discentes, devido ao objeto mudar em sua perspectiva para cada agente, haverá dois tipos de questionário com perguntas diferentes para cada.

Com esses pontos destacados no questionário, tentaremos compreender a percepção que cada agente tem do indicador e como ocorre as orientações dentro da instituição. Por esse caminho poderemos trazer o olhar sociológico por meio dos resultados obtidos nos questionários, por ser uma pesquisa voltada a acompanhar as perspectivas dos alunos das instituições, esse objetivo pode trazer dificuldades, muito por se tratar de aspectos que fogem ao controle do entrevistador.

## **6. Resultados e Implicações do Campo de Estudo**

Como primeiro contato no campo de estudo, nos dispomos a dividir dois períodos no mês para aplicação dos questionários nas universidades. Respeitando cada particularidade de calendário, foi considerado o período letivo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), pois o mesmo segue um calendário à parte., Essa situação foi ocasionada pelas greves e interrupções das atividades acadêmicas e o calendário não coincide com as outras universidades públicas ou até mesmo as particulares.

Em se tratar de paralizações na UFS, podemos destacar a passagem da seguinte reportagem, onde a mesma afirma que,

A greve durou 139 dias e afetou cerca de 30 mil estudantes. Entre outras reivindicações, eles exigiam valorização salarial e melhores condições de trabalho. Durante a paralisação, sindicatos e Ministério da Educação (MEC) trocaram críticas sobre falta de diálogo e intransigência (G1, 2015).

Situações como essa ocorrem de maneira mais rotineira em universidades públicas, esse é um dos motivos que corroboram com períodos que fogem do padrão em um ano letivo, devido a tal característica que decidimos escolher a UFS como ponto de partida.

A princípio definimos o campo de pesquisa em um quantitativo de 50 alunos do curso de graduação em Direito, para confirmar se o número era o mais adequado, o contato com o coordenador do curso foi o primeiro passo de negociação para entrar no campo de pesquisa, ao citarmos esse passo, estamos aceitando o que Bourdieu apud Lima e Campos (2015) afirma ser o campo, “como espaço de posições, que reside o princípio do espaço de tomadas de posição, ou seja, de estratégias visando a transformá-lo ou conservá-lo”.

Adotamos essa perspectiva quando buscamos negociar o acesso ao grupo de pesquisa, a visualização de uma dinâmica muito bem traçada é a chave para o processo de pesquisa, ao mesmo tempo que entendemos ser possível a existência de *bias*<sup>23</sup> nos resultados, para resolver tal situação utilizamos o rigor metodológico defendido por Becker (1999), ao mesmo tempo que assumimos essa possibilidade de existir vieses nos resultados.

A negociação com o coordenador do curso ocorreu dentro das perspectivas, o contato foi realizado por telefone e e-mail, com a aprovação no acesso a turma que faria o ENADE, a exigência realizada é manter o anonimato dos alunos, além do próprio nome, as exigências foram aceitas e como tal, os resultados das pesquisas são divulgados aqui sem a devida identificação.

Com o acesso a turma, os questionários<sup>24</sup> foram aplicados, não existiram grandes questionamentos ou dúvidas de como fazê-lo, com essa confirmação, tivemos a certeza de que atingimos os critérios básicos para o desenvolvimento de um bom questionário, trazendo características importantes como a clareza na escrita, e linguagem

---

<sup>23</sup> A utilização do termo em inglês é comum entre os cientistas sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito.

<sup>24</sup> Os questionários estão arquivados na nuvem, por meio do sistema disponibilizado pela Microsoft, os documentos físicos estão armazenados.

próxima ao cotidiano do aluno.

Após o acesso à instituição pública, partimos para o desenvolvimento da negociação para aplicação dos questionários aos alunos do Curso de Direito na Universidade Tiradentes (Unit). A princípio o desafio era o acesso a instituição, com a identificação de pesquisador com a documentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) que foi enviada ao setor administrativo e posterior envio ao chefe departamental do curso para análise e posterior aprovação para o acesso aos espaços internos da instituição.

No primeiro momento, o foco estava em determinar os locais o contato com o nosso grupo de pesquisa, ao demarcarmos os espaços que seriam: sala de aula, corredores, biblioteca e espaços comuns foi repassado que existe um prédio voltado as aulas do curso de direito, no bloco F, não conseguimos acesso a coordenação do curso, como plano auxiliar, buscamos abordar diretamente os alunos do curso, esse primeiro contato foi fundamental para levantamento de informações que pudessem direcionar a nossa pesquisa. Devido ao tempo que tínhamos e a disposição para o tratamento dos dados, era necessário manter o mesmo quantitativo firmado na UFS de 50 alunos.

A investigação realizada no mês de novembro de 2018, iniciou-se com a indicação dos próprios alunos, o período escolhido foi o mesmo ao utilizado na UFS, evitando qualquer tipo de desproporcionalidade com os resultados das duas instituições. Com essa escolha conseguiremos manter o nível de igualdade nas análises, aumentando o nível de confiança nos resultados obtidos.

Seguimos os mesmos critérios a respeito do anonimato dos alunos, após uma breve conversa, conseguimos o acesso a turma que mais se aproxima ao período previsto para a realização da prova do ENADE, entre o 6º aos 8º períodos. Com a autorização da instituição para a aplicação dos questionários, aplicamos sem nenhum tipo de imprevisto, reafirmando a boa estruturação do documento.

É importante compreender o grupo de estudantes escolhidos nas duas instituições pois o acesso a eles por mais que houvesse diferentes níveis de dificuldade, foram garantidos desde que os dados fossem preservados. Conseguimos manter os padrões que consideramos base para a análise, entre eles, destacamos o número de alunos, período no curso e previsão para a realização do ENADE. Essas medidas foram tomadas com o objetivo de evitar grandes disparidades nos resultados, por mais que seja esperado

diferentes dados em cada grupo.

Aproveitamos a oportunidade para definirmos o segundo grupo de estudo, os professores. Vale destacar as tentativas que foram utilizadas para a aplicação dos questionários voltados aos docentes. Dessa forma, buscamos trazer contribuições para a academia e deixando sugestões futuras caso sejam replicadas as pesquisas aqui colocadas. Assim como as negociações realizadas com os discentes, encontramos dificuldades em conseguir aplicar os questionários aos docentes, nas duas instituições, a princípio foi identificado o número de colaboradores em cada instituição, alguns atuam nas duas instituições, causando, de acordo com alguns, um forte conflito de interesses.

O primeiro passo foi definir o número de questionários que seriam aplicados aos professores de cada instituição, o número encontrado como média foi o de 20 (vinte) professores em cada universidade, após esse processo, iniciou-se o contato por meio das devidas coordenações, a disponibilização dos horários e matérias ofertadas ajudaram na montagem da melhor estratégia de abordagem, o acompanhamento das aulas presenciais definiram um importante ponto para aproximar e iniciar o diálogo.

A UFS, por meio do coordenador como representante, deu todo o suporte necessário para a plena aplicação dos questionários? e conseguimos perceber as barreiras criadas pelo próprio grupo de pesquisa formado pelos docentes, o acompanhamento das aulas, por mais que se estabelecesse uma relação cotidiana, não garantiram o êxito imaginado em sua abordagem, vale refletir que a própria preocupação em expor o pensamento a respeito do exame, serviu como entrave, diálogos foram desenvolvidos mostrando a preocupação com essa questão, por ser uma aplicação escrita, ficou a impressão de ter conquistado a entrevista, mesmo com imagens e gravações não sendo realizadas, as aplicações foram rejeitadas.

Fica a reflexão sobre o que motivou a negativa, como a pesquisa está voltada para o levantamento de dados, o método de observação participativa não caberia, o modo de aplicar as aulas e exercícios seriam reduzidos por meio de reflexões pessoais, ocasionando possíveis vieses, evitando esse problema já definido no capítulo 4, achamos por bem retirar esse grupo, ao mesmo tempo que sugerimos um maior tempo para a negociação e aceitação do grupo, as relações de confiança com o grupo de docentes é a chave para a realização da pesquisa.

Por mais que se tenha escolhido retirar o grupo, vale a reflexão a respeito das

experiências em ter acesso a eles, em situações distintas nas duas universidades, na UFS conseguimos o apoio da coordenação, mas não angariamos êxito em nossas demandas. Na Unit, o desafio se encontra na própria dificuldade em estabelecer contato com a coordenação, o acesso se tornou restrito por ser uma universidade particular e com um rigoroso controle de circulação em suas acomodações, por não termos conseguido pessoalmente a lista de nomes dos docentes, o passo a seguir estava na consulta em sites e na homepage da própria instituição, as consultas não trouxeram os resultados esperados, a rotatividade docente na instituição trouxe como consequência, listas desatualizadas e não condizentes ao Plano Pedagógico.

Para superar essa barreira citada anteriormente, foi utilizada a indicação de alunos para formar a lista de professores, porém o acesso as aulas não foram permitidos. Com essa realidade no campo de pesquisa, outra barreira foi estabelecida, a identificação do professor estava exigindo um elevado tempo de espera entre aulas, por existirem turmas em períodos diferentes no mesmo bloco, acompanhar os docentes era por vezes cansativo e confuso, em alguns momentos o tempo disponível era muito escasso, o mesmo só era possível na transição do docente de uma sala para outra ou até mesmo para o carro, devido a essas situações que não foi possível desenvolver laços de confiança, essa relação se mostrou necessária na UFS e por meio dela que tentamos a sua replicação na Unit.

Essas dificuldades encontradas nas relações já eram previstas quando fundamentamos ao que Becker (2007) afirmou ser, “típico que tenham problemas em estabelecer e manter relações com pessoas que lhes permitam observar o que querem por um longo período de tempo”. Nesse ponto de pesquisa, trazemos profundos entendimentos que foram amparados, ao se basear nossa fase de pesquisa a escritos que alertam e orientam como se deve agir nesse momento, “os obstáculos e adiamentos, enquanto você negocia tais arranjos, podem desanimar” (BECKER, 2007).

Nesse caso buscamos manter o teor teórico, ao mesmo tempo que buscamos compreender tais dificuldades encontradas nas negociações dos docentes de ambas instituições, por mais que se encontrem motivos diferentes, o resultado permaneceu o mesmo, essa correlação, de acordo com Becker (2007) nos traz a seguinte passagem,

As dificuldades fornecem pistas importantes sobre a organização social que queremos entender. A maneira como as pessoas reagem a um estranho que quer estudá-las revela algo sobre sua organização e a maneira como vivem.

Com esse intuito nos dispomos a descrever o universo de estudo, compreendemos que existe uma forte relação de poder, intuímos isso com base nas dificuldades de diálogo e aplicação dos questionários, ações como a preservação da identidade não surtiram efeito, envio dos mesmos por e-mail não obtiveram o resultado esperado. Não podemos afirmar, estaríamos assumindo uma posição jocosa a respeito do fato em si, mas conseguimos perceber que existe um sentimento que possa coibir a livre comunicação do que se entende do exame.

O uso de notas de campo<sup>25</sup> foram fundamentais para evitar a repetição de métodos já aplicados no campo, o controle de horários e possíveis colaboradores na pesquisa, ajudaram a trazer uma maior riqueza de detalhes, ao mesmo tempo em que se evitou interpretações que possam ocorrer de desvios. Sem dúvidas, a sua utilização ajudará a compreender de maneira mais completa os fenômenos aqui relatados.

Por termos confirmado a participação dos alunos, poderemos trazer os resultados da pesquisa realizada com os grupos definidos em cada instituição, ao mesmo tempo que sugerimos uma futura pesquisa envolvendo docentes e corpo administrativo, essas indicações são importantes para a expansão do universo e a abertura de um diálogo mais abrangente, envolvendo outros aspectos igualmente esclarecedores.

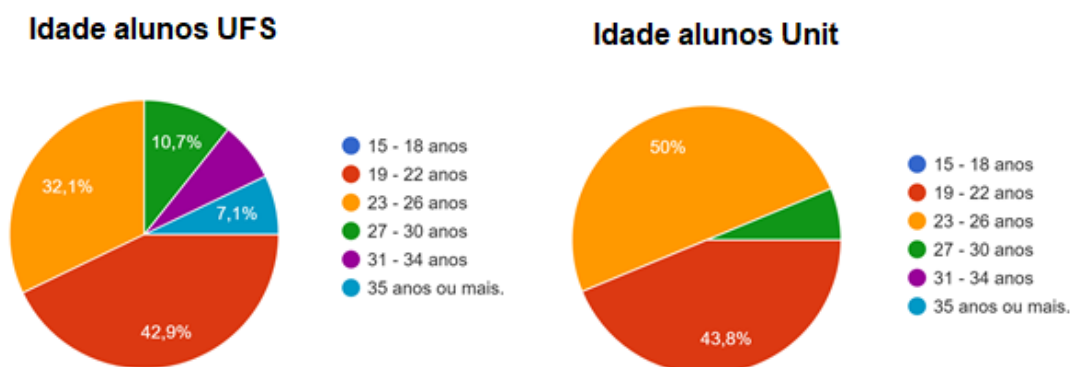
Foram escolhidas as representações dos resultados mais relevantes, a escolha do gráfico em formato de pizza nos ajudará a perceber possíveis diferenças ou semelhanças. Após aplicar os questionários e trata-los com o objetivo de evitar possíveis erros de interpretação, seguiremos a ordem sugerida na parte metodológica do questionário.

---

<sup>25</sup> O material está disponível em meio físico.



Gráfico 1- Faixa etária dos alunos no curso de Direito.



Fonte 3 - Elaborado pelo autor.

Como primeira aplicação dos questionários, buscamos separar e analisar os grupos por faixa etária, o intuito era entender um pouco mais a respeito do público que frequenta tais ambientes, a principal observação está nos próprios desejos e objetivos que são traçados. Em cada fase, podemos intuir que em cada faixa etária exista focos distintos, que podem ir do desígnio familiar a ascensão de classe social, a busca de melhoria de renda por meio de uma qualificação educacional.

Com essas perspectivas na base da interpretação dos resultados, conseguimos compreender que a primeira vista, existe uma maior segmentação nos alunos da Universidade Federal de Sergipe, compreendemos que o acesso ao curso ocorre de maneira mais abrangente, atingindo dessa forma uma maior pluralidade de idades, enquanto isso na Universidade Tiradentes, existem 3 faixas que são demarcadas, duas se destacam: 23-26 anos e 19-22 anos.

Quando traçamos o perfil da turma de Direito na Unit, observamos que existe uma grande homogeneidade, entendemos que a passagem do ensino médio para o superior ocorre de preferência entre esferas da educação privada. Esse perfil traçado poderá nos ajudar a compreender mais a frente o que pode justificar o entendimento ou não do ENADE, e como eles conseguem refletir a respeito do indicador. Na pesquisa de campo realizada durante um dos eventos na Unit, Feira do Vestibular (Feivest) em 2018 observei que as programações contam com a apresentação dos cursos, shows e *aulões*, que se fazia um forte destaque aos resultados do ENADE, como fica claro nas imagens a seguir:

Figura 2- Marcação e uso dos resultados do ENADE.



Fonte 4 - Retirado do portal Unit<sup>26</sup>.

Nas regiões em destaque temos as notas obtidas no Exame, o exemplo do espaço voltado ao curso de Educação Física, está colocado o conceito obtido no MEC, graças a nota do ENADE o curso atingiu o conceito 4.

Não diferente é no curso de graduação de Direito, a propaganda e constante reafirmação da nota se tornam a chave para atrair novos estudantes, esse pode ser um dos fatores que possam gerar uma maior uniformidade entre as faixas etárias. Em nossa observação, não foi identificado a princípio uma explicação direta a respeito da nota, ou seja, os alunos que se aproximam da banca do curso são direcionados a respeito da atuação do profissional, mas fica a intuição sobre a percepção da necessidade de repassar o significado caso seja necessário.

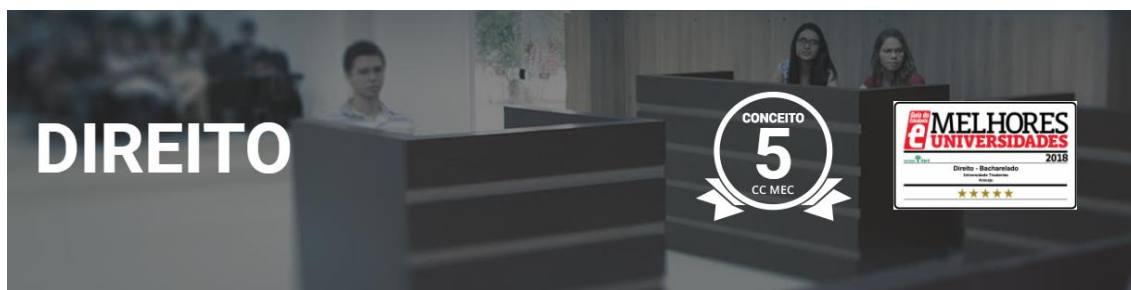
Diante disso vale destacar a participação dos alunos nessas áreas, pude perceber que elas eram formadas por professores e alunos, esses últimos demonstravam a real ideia do que significava a nota do ENADE, afirmo por entender que o atendimento ao público, em muitas vezes era realizado pelos mesmos, haviam momentos em que comemoravam sobre a nota. Tal atitude reforça a ideia de doutrinação e passagem a

<sup>26</sup> Disponível em: < <https://portal.unit.br/blog/noticias/feinvest-2018-um-grande-sucesso/> > Acesso em jan. 2019.

respeito do real significado do conceito, a repetição sobre esse ponto vem dos próprios professores e coordenadores, como pude registrar ao aplicar os questionários com os alunos.

O curso de graduação em Direito traz em sua página na internet logo na abertura o resultado da prova como podemos verificar na imagem a seguir:

Figura 3- Página em meio eletrônico.



Fonte 5- Retirado do portal Unit<sup>27</sup>.

Por não ter conseguido a imagem da banca voltada ao curso, destaco que acompanhei de perto como eram realizadas as abordagens e confirmo a presença do conceito colocado na banca com o seu uso também na página do site.

A transição educacional que é um dos fatores que explicam a quantidade de alunos adolescentes no grupo, ocorre por meio de parcerias e apresentações da universidade em colégios, um dos métodos utilizados além da própria presença de bancas no evento, está na participação de professores dentro das escolas, com quadros e panfletos, explicando cada curso de graduação, tal realização foi confirmada por meio de uma conversa informal com representantes do colégio no evento.

<sup>27</sup> Disponível em: < <https://portal.unit.br/cursos/cursos-graduacao/direito/> > Acesso em jan. 2019.

Figura 4 - Participação de colégios particulares.



Fonte 6 - Retirado do portal Unit<sup>28</sup>.

Nessa imagem é possível compreender um dos motivos que levam ao elevado número de jovens nas faixas etárias já destacadas anteriormente, há um trabalho de divulgação forte com a participação de escolas particulares no evento, a relação de sequência do ensino é colocada de maneira natural e esperada.

A ideia de seguimento educacional começa a ser adotado aqui no Estado, mas em locais próximos como a Bahia, já existem faculdades funcionando dentro das locações escolares, esse processo ocorre em todo o Brasil, garantido um público já acostumado com as dinâmicas internas, o senso de competição chega a níveis baixos devido a garantia de estar presente no curso escolhido assim que concluir o ensino médio.

Pude observar que existe uma forte presença de adolescentes no evento, devo concordar que a estrutura montada e as apresentações que ocorrem ao-vivo ajudam a trazer para mais perto esse público. É notada a presença de alunos de escolas públicas e a presença de ônibus escolares de origem do interior do Estado. Não há uma clara separação no sentido de colocar em ambientes separados os alunos de origem do sistema particular ou público, o ambiente é comum como podemos verificar na imagem a seguir:

<sup>28</sup> Disponível em: < <https://portal.unit.br/blog/noticias/feinvest-2018-um-grande-sucesso/> > Acesso em jan. 2019.



Figura 5- Presença de jovens no evento.



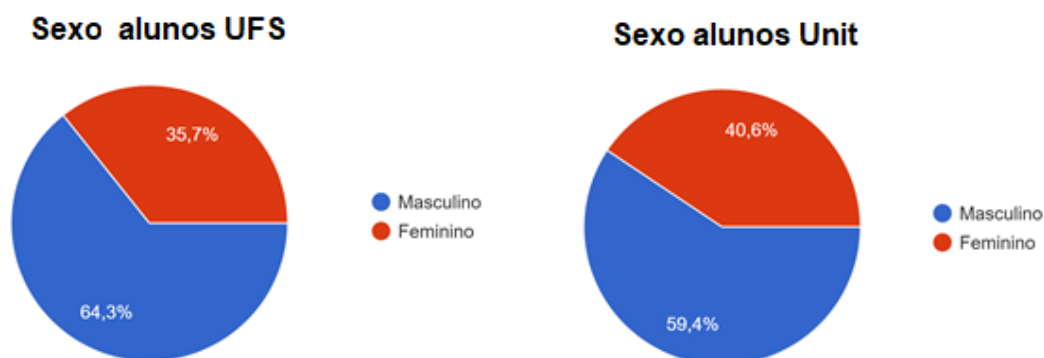
Fonte 7- Retirado do portal Unit<sup>29</sup>

Podemos ter em mente que esses fatores foram essenciais para o sucesso da universidade entre os adolescentes, em contrapartida, não pude observar ações próximas a isso na Universidade Federal de Sergipe, onde consigo intuir que o seu sucesso ocorre através da crença que é compartilhada pela sociedade, ela se define como uma universidade com qualidade no ensino devido a cada indivíduo que compartilha desse ponto de vista, mas não existe nenhum tipo de propaganda que leve a isso, a sua aceitação está justamente naqueles alunos que se formaram e conseguiram sucesso profissional. No questionário aplicado buscamos estudar outros fatores que possam nos ajudar a refletir sobre o papel do indicador como principal influenciador nas mudanças sociais, entre eles destacamos o gênero.

---

<sup>29</sup> Disponível em: < <https://portal.unit.br/blog/noticias/feivest-2018-um-grande-sucesso/> > Acesso em jan. 2019.

Gráfico 2- Gênero dos alunos que cursam Direito.



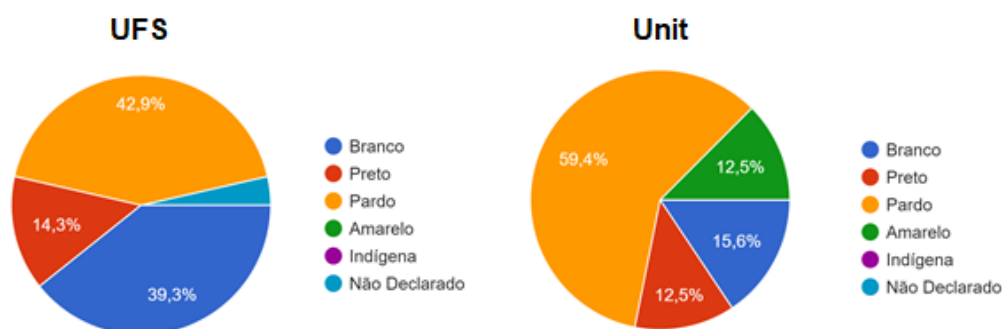
Fonte 8- Elaborado pelo autor.

Podemos perceber no gráfico que existe uma maior participação dos alunos do gênero masculino, essa ocorrência é defendida por diversos trabalhos que discutem a questão da família tradicional com as divisões de trabalho muito bem definidas, o papel da mulher vem se tornando destaque, as mesmas conseguem ocupar espaços que não eram possíveis em décadas atrás. Essa realidade ocorre devido ao curso ser um dos mais antigos, a questão de tradicionalidade é colocada como expectativa do perfil de alunos formados, em estudos realizados com turmas de medicina por exemplo, os resultados são parecidos.

A Unit, em comparação com a UFS, consegue ter uma maior participação do público feminino, existem alguns pontos que servem como ponto de partida para discussões. Na nossa pesquisa vale o levantamento de dados que possam ser realizados em trabalhos futuros, ao mesmo tempo que deixamos claro que essa diferenciação é válida para compreender o acesso de mulheres em cursos tidos como tradicionais.

Assim como gênero dos alunos que compõe o curso, a raça foi outro aspecto colocado a prova, definimos e aplicamos aos alunos, graças a essa ação, conseguimos no ponto de vista macro, traçar o perfil do público presente em cada instituição, esse passo poderá nos ajudar a interpretar os fenômenos identificados no embasamento teórico.

Gráfico 3- Raça por grupo de alunos.



Fonte 9- Elaborado pelo autor.

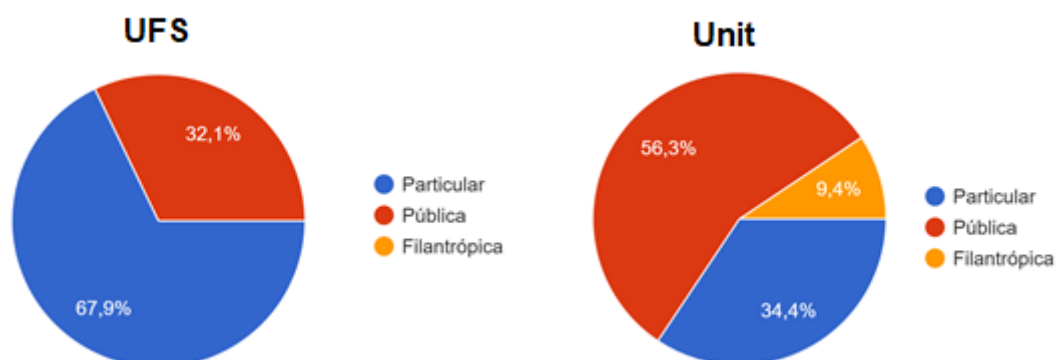
Podemos identificar uma maior participação de alunos que se consideram Pardos e Brancos em ambas instituições, a questão racial está em pleno debate em nossa sociedade, as cotas surgiram como uma importante ferramenta de equidade, percebemos uma pequena participação de negros no curso estudado, os resultados são próximos, 14,3% de participação de negros na UFS, contra 12,5% na Unit.

Na UFS existe a participação de mais de 80% de alunos declarados Pardos ou Brancos, enquanto a Unit possui 74%, indicamos que existem resultados próximos, esse fenômeno é reconhecido no campo de pesquisas educacionais, onde assumimos o papel de levantar tais questionamentos e colocar como possíveis objetos de estudo.

Outro fator observado é a origem dos alunos, em qual rede de ensino a maioria tem genealogia, definimos 3 que são elas da rede: particular, pública e filantrópica de ensino.

Com essa perspectiva buscamos compreender um pouco mais sobre o que a sociedade entende sobre ensino de qualidade, isso é justificado por meio dos investimentos na educação básica e média, o papel dos pais em escolher qual instituição será a base da educação, para que possa proporcionar uma maior perspectiva de sucesso no mercado de trabalho.

Gráfico 4 - Origem da rede de ensino.



Fonte 10 - Elaborado pelo autor.

Temos uma interessante base de estudos, por mais que existam ações de captação voltadas para alunos da rede de ensino particular, mais de 60% dos alunos que compõem o curso de Direito na Unit, tem sua origem nas redes de ensino público e filantrópicas, contra os 32% da UFS.

A ideia que permeia as ações da sociedade é voltada ao ensino público, por mais que haja uma forte propaganda realizada pelas instituições de ensino particular, os resultados não se tornam tão expressivos, basta comparar a origem de ensino dos alunos na UFS que chega a 67% da rede particular, contra 34% na Unit.

Na Feivest pude perceber que as ações e exposições, bem como as parcerias existentes, não conseguem angariar um alto retorno em adesão de alunos nessas redes. O público presente era em sua maioria, de origem da rede de ensino particular, podemos compreender que o fator tradição possa ser o responsável por esse fenômeno de não retenção, a baixa participação de alunos da rede pública na UFS é, em termos comparativos, resultado das diferenças da qualidade de ensino. Dificilmente se observa uma equidade de chances para alunos de diferentes instituições. Ponto amplamente estudado no campo de pesquisa educacional ao se tratar do acesso as redes de ensino superior.

Agora que entendemos um pouco mais a respeito do perfil dos alunos que compõem o curso de direito na UFS e Unit, partimos para o entendimento a respeito do curso e consequentemente da importância do ENADE, procuramos dessa forma, entender como as instituições trabalham com o foco em receber excelentes resultados, esses atos poderão ser entendidos com o que os estudantes entendem a respeito do curso e sobre o

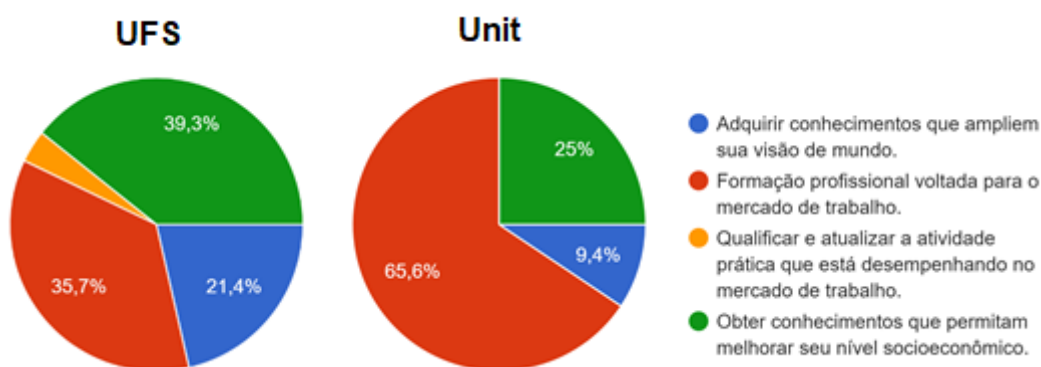


exame, afinal, eles são os responsáveis diretos na obtenção das notas.

O primeiro resultado nas aplicações dos questionários, surge por meio das expectativas do curso, elas foram realizadas em alunos que já estão na realidade construída por eles, prevendo algum tipo de viés, no momento do questionário foi informado que o sentimento formado era aquele determinado antes da entrada do curso, claro que aceitamos a existência de respostas que já tenham sido influenciadas pela vivência no curso, mas aproveitamos a oportunidade para sugerir em trabalhos futuros, a criação de grupos de controles, alunos que tenham interesse em participar do curso e outros que já estejam cursando.

Essa indicação apareceu durante a aplicação dos questionários, mesmo com essa situação e o tempo previsto para a entrega de resultados ser um pouco mais curto, continuamos com a aplicação dessa questão, isso por entendermos que a sua manutenção no resultado do trabalho, seja relevante.

Gráfico 5 - O que você espera do curso para o qual foi aprovado.



Fonte 11 - Elaborado pelo autor.

As expectativas em nosso entendimento, são que os resultados diretos de propagandas e informativos a respeito do curso, influenciem nas escolhas de cada aluno, as instituições aqui estudadas seguem padrões diferenciados, a lógica de mercado adotada pela Unit está em padrões maiores que a UFS, essa última segue um desígnio diferente, isso ocorre devido a finalidade não ser a busca de retornos financeiros.

Conseguimos perceber nos resultados da UFS uma maior diversidade de motivos, destacamos o empate entre a Obtenção de conhecimentos que possam melhorar o nível social com 39%, e a formação profissional voltada ao mercado de trabalho 35%.

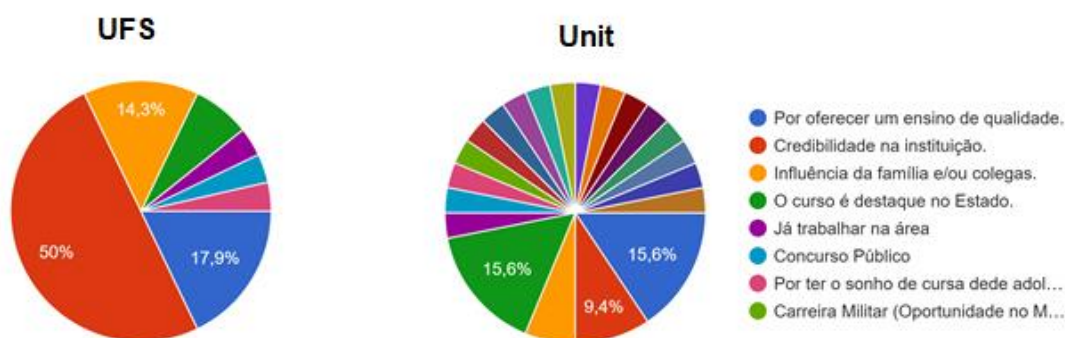
Existiram outras escolhas, mas a ideia de melhorar a condição social está muito ligada aos alunos da Universidade Federal, enquanto na Unit o maior destaque foi creditado a segunda opção com 65% das escolhas dos alunos, esse fenômeno ocorre por meio da divulgação e notícias vinculadas a oportunidade de trabalho, elas criam no imaginário dos futuros alunos a certeza de se destacar no mercado, o ENADE entra como principal divulgador da qualidade do curso, como consequência, cria uma propaganda positiva em cada aluno formado na instituição.

Essa representação nos permite refletir no momento de definir a instituição como responsável na formação de ideias mais abrangentes do que seria dito como ideal para a escolha discente, o que nos permite adotar a hipótese que o mercado dita quais profissões são necessárias, essa escolha reflete em nossos resultados, as questões voltadas sobre escolhas, seguem a seguinte assertiva: você precisa escolher um bom emprego!

Pontos diferentes daqueles que o mercado pede, estão refletidas com um maior peso na Universidade Federal, encontramos também discentes que buscavam a atualização profissional e obtenção de conhecimento, aspectos mais pessoais, aparentemente, eles não atendem as perspectivas das universidades particulares.

As expectativas no nosso entendimento levam a escolha, com esse quesito em mente, trazemos o que se tornou o motivo na escolha do curso pelos discentes, como traz o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Qual o principal motivo de sua escolha pelo o curso?



Fonte 12 - Elaborado pelo autor.

Os gráficos nos trazem uma interessante observação. A priori temos diversos

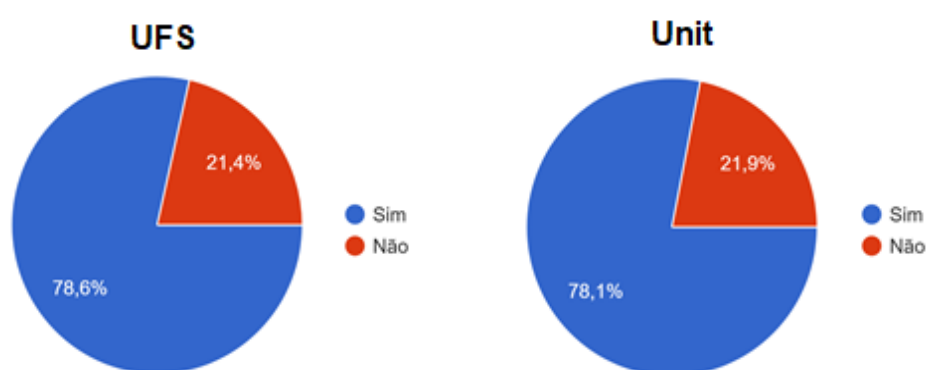
motivos que compõem a escolha da Unit, diferentemente da Universidade Federal de Sergipe, ela concentra poucos motivos, destacamos o principal motivo, com 50% das escolhas, a credibilidade da instituição polarizou como sendo o grande diferencial.

Na Unit observamos que o curso e ensinos de qualidade são determinantes para a escolha dos discentes, o interessante a se perceber é que mesmo com esses dois fatores, eles por si só não conseguem trazer a credibilidade na instituição, isso se torna complexo quando entendemos que a credibilidade está ligada a esses dois fatores: Ensino de Qualidade e Destaque no Estado.

A UFS tem credibilidade graças a imagem formada durante os anos, a tradição seria uma justificativa a esse fenômeno, confiança reflete no bom desempenho da mesma. Podemos então supor que as expectativas geram o resultado esperado final, por mais que a realidade do curso não corresponda e nem crie as possibilidades necessárias para se atingir esse marco.

Agora que definimos as motivações nas escolhas discentes e os papéis assumidos em cada instituição, abordaremos a relação entre os alunos e o exame ENADE, o primeiro passo está no entendimento a respeito da prova, o gráfico a seguir nos ajudará a observar ele.

Gráfico 7- Você conhece o ENADE?



Fonte 13 - Elaborado pelo autor.

Obtivemos nesse gráfico um resultado muito igual nas instituições, já colocamos anteriormente a importância e investimentos utilizados na Unit de forma crescente e significativa, enquanto não ocorre o mesmo na UFS, o interessante a se notar está nos resultados parecidos, confirmando a hipótese do acompanhamento do corpo

docente nos períodos que antecedem a realização do exame, estimamos que isso ocorra nos dois períodos que antecedem a prova, a coordenação, de acordo com diálogo firmado na UFS, repassa e cria modelos que possam orientar os alunos para a prova.

Para nos ajudar na percepção do real entendimento do exame pelos docentes, colocamos perguntas de resposta aberta, poderemos então descobrir se de fato, existe maior lucidez para os alunos nas duas instituições, faremos a transcrição das respostas que mais chamaram a nossa atenção, na UFS conseguimos trazer as seguintes passagens, Aluno 1, “Um teste voltado para a avaliação da qualidade do ensino superior, mas que na verdade não possui um resultado fidedigno”. Essa resposta traz descrédito na aplicação do exame, o relato de um segundo aluno a respeito do significado do ENADE,

É algo que tem a possibilidade de avaliar os alunos do ensino superior, bem como demonstrar se as universidades estão cumprindo o papel delas, gerando ainda uma concorrência saudável entre as instituições, entretanto, o modo que é aplicado o ENADE não está colaborando para tais objetivos, uma vez que parecem apenas usar os estudantes como alvo de doutrinação ideológica, dentre outros pontos negativos. (ALUNO de NÚMERO X, da UFS, 2018)

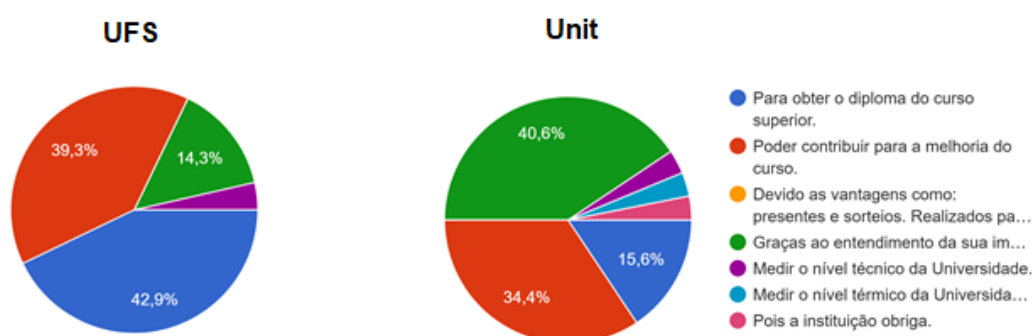
Além dessas transcrições obtivemos outras que não trouxeram o devido aprofundamento sobre a real motivação para a aplicação do exame, em termos comparativos, mais de 80% das respostas pegaram um caminho oposto ao que entendemos sobre o exame, levantando uma importante questão, sobre o que seria o verdadeiro entendimento dos alunos. A princípio, ao acompanhar as respostas e posterior análise, conseguimos visualizar que a provável preparação para o certame não conseguiu atingir o real objetivo.

Os discentes da Universidade Tiradentes, em comparação a outra instituição, demonstraram um maior entendimento, a importância sobre o indicador estava muito bem delimitado, o Aluno 3 afirma que no que entende sobre o exame, “ENADE é um exame que serve para aferir o nível de conhecimento dos alunos e consequentemente, verificar o nível de ensino das Universidades do Brasil”, para o Aluno 4, o entendimento é de, “Um exame que considera a análise de conteúdo específicos de cursos, para analisar o nível de conhecimento básico do mesmo, bem como para analisar os conhecimentos atuais do país . Intuito avaliar”. As respostas eram muito parecidas, no aluno 5, entende que “É uma forma de testar e até mesmo aprimorar nossos conhecimentos, de modo que serve como uma revisão a todo conteúdo até então abordado”.

Entendemos que os alunos da instituição particular entendiam e defendiam o exame como necessário, servindo até como auxílio no momento de revisão nos assuntos do curso, o papel assumido por cada grupo discente, mostra que o gráfico por si só, não teria condições de trazer uma discussão tão relevante quanto a análise dos diálogos colocados.

Outro questionário aplicado busca o entendimento da importância na realização da prova, os resultados foram os seguintes:

Gráfico 8 - Motivos para a realização da prova do ENADE?



Fonte 14 - Elaborado pelo autor.

Podemos observar que na UFS a opção mais escolhida com 42,9% foi para obter o diploma, ela reflete a realidade dos protestos ocorridos nas universidades públicas contra a aplicação do exame, percebemos que o grau de rejeição ainda não se alterou, o sentido de obrigação ainda prevalece forte, logo em seguida vem a possibilidade de contribuir com a melhoria do curso, com 39%.

Os resultados obtidos na Unit foram: Realização da prova graças a entendimento da sua importância com 40% e a possibilidade de contribuir com a melhoria do curso 34%. Esses resultados nos dá a certeza que os alunos da instituição particular, entendem a finalidade do exame, esse retorno traz a certeza que as ações tomadas tem surtido efeito.

Quando comparamos as duas universidades, ficam claras que as motivações divergem, enquanto na UFS encontramos estudantes focados em obter o diploma, a realização do exame é critério único para a retirada do diploma, na Unit observamos uma preocupação maior a respeito do real significado e consequente importância da sua realização.

## 7. Conclusão

Ao embasarmos a pesquisa a respeito do que ESPELAND desenvolveu, assumimos os riscos que levam a resultados semelhante, com o uso de técnicas parecidas, entendemos que o universo de pesquisa é um bom fator para que ocorram diferentes interpretações, compreendemos também que esse é o primeiro passo para desenvolvimentos futuros, onde o levantamento de questões e direcionamentos tornam a pesquisa relevante.

Podemos afirmar que existe reatividade ao indicador ENADE, ele consegue trazer resultados positivos para a instituição que o utiliza de maneira favorável, afinal, quando se utiliza de argumentos muito bem embasados em dados que trazem impacto no campo educacional, compreendemos que os alunos modificam o seu comportamento e realizam as suas escolhas por meio desses resultados.

Percebemos que as dificuldades encontradas na aplicação dos questionários ao grupo de docentes em ambas as instituições nos levaram a questionar as razões para a negativa, a existência de motivações para tal situação, não pode ser respondida com apenas um fator: Tempo. Os processos desenvolvidos durante as negociações, conseguiram, dentro das expectativas, se tornar eficazes com os alunos das duas instituições e a coordenação da UFS. Esse resultado motiva a apontar outras razões que possam influenciar na escolha deles, entendendo que diretrizes internas e outros fatores ligados a relações de poder, podem definir as escolhas dos indivíduos.

Com o resultado obtido na pesquisa aos discentes podemos trazer a perspectiva das instituições, a finalidade que cada uma segue, torna o uso de diferentes estratégias na hora da persuasão no primeiro contato, enquanto a Unit investe em eventos e parcerias, a Universidade Federal de Sergipe se mantém indiferente no processo de divulgação, uma perspectiva adotada é certa, os investimentos utilizados pela Universidade Tiradentes, chega a superar as ações da UFS. Os retornos são trazidos por meio dos resultados encontrados nos questionários, vale perceber que a estrutura criada busca um perfil de aluno e o indicador do ENADE é utilizado como principal diferencial.

De acordo com o que foi colocado anteriormente, encontramos a escolha do curso como principal aliado na resposta a sobre as estruturas criadas, o que motiva os alunos a escolherem o curso em cada instituição trazem aspectos diferenciados, enquanto

na UFS o que mais motivou foi a possibilidade de melhorar o nível social, na Unit observamos uma maior preocupação em se colocar no mercado de trabalho, esse último como resultado previsível as propagandas utilizadas.

Temos então resultados que são reflexos diretos de atitudes institucionais, defendemos que as instituições pensam suas ações e conseguem direcionar e modificar a percepção da sociedade a respeito dos serviços que são oferecidos. Os pré-conceitos aqui definidos como sendo aqueles que constituem barreiras para novos grupos educacionais, percebemos o caso da motivação sobre a escolha pelo curso, enquanto temos a credibilidade da instituição como principal diferencial para a UFS, enquanto na Unit temos uma alta pulverização de motivos, podemos entender que sejam respostas aos diversos métodos de convencimento adotados pela universidade. Os resultados obtidos nessa última, consegue convencer que o ensino de qualidade e um curso conhecido no Estado, ainda não servem para tornar uma empresa crível.

Em contrapartida temos uma postura negativa perante ao exame, dos docentes da UFS, fica clara a sensação de obrigação, esse posicionamento não representa um péssimo resultado, muito pelo contrário, por mais que se haja baixo estímulo, isso não reflete péssimos resultados. Os motivos podem surgir através do estudo de outras estruturas que indicamos anteriormente, na Unit os alunos têm consciência do exame, mas não conseguem converter esse entendimento em resultado.

Como nosso objetivo era entender um pouco mais como o indicador era utilizado, ao mesmo tempo que se introduzia a crença de qualidade perante o indicador, conseguimos compreender, pela visão dos docentes, que surte efeito as iniciativas, mas a sociedade ainda está ligada a fortes correntes tradicionais, de acordo com elas, a Universidade Federal de Sergipe permeia a possibilidade de maiores chances no mercado de trabalho, por mais que se entenda a baixa qualidade de ensino, onde corroboramos nosso argumento na origem dos estudantes, sua grande maioria vem de colégios particulares, justificando os altos investimentos realizados na educação de base.

O tempo que a instituição tem ainda não se justifica por saber que ambas têm passagens parecidas, a diferença está apenas em suas finalidades, o cunho da Unit é mais mercadológico, voltada ao lucro, enquanto a UFS não responde e nem direciona a sua estrutura para essa perspectiva de mercado. Por isso indicamos em trabalhos futuros a possibilidade de se estender a aplicação de questionários, abrangendo comunidade e

corpo administrativo, a princípio conseguimos trazer a reflexão sobre o indicador e como ele consegue influenciar as escolhas dos discentes, mas ainda existem outros fatores estranhos ao nosso conhecimento nesse estudo, elas fazem com que as estruturas tradicionais se tornem rígidas, outro ponto que vale o levantamento, mesmo não tendo uma adesão forte e o real saber sobre a aplicação do exame, os docentes da UFS conseguem excelentes resultados, nossa hipótese se encontra na origem dos alunos, mas ainda seria precoce firmar que a resposta seria apenas essa.

Fica a reflexão sobre como as instituições modificam sua maneira de pensar e agir, elas conseguem ter o retorno esperado, mas a porta de entrada está identificada a maior atividade, podemos observar pelos eventos, propagandas e nos diferentes usos dos resultados do ENADE, a princípio podemos sim concluir que o indicador tem o poder de influenciar as escolhas e expectativas referentes aos cursos ofertados e consequentemente sobre a instituição.

Dessa forma, podemos compreender que ainda há um espaço maior para ser debatido, mas a priori, podemos afirmar que existem o fenômeno de reatividade por parte dos alunos no momento da escolha da instituição de ensino superior e existe também a realização da profecia auto-realizante. Essa última ocorre quando estudamos a mudança no pensamento dos discentes sobre o próprio indicador.

Espaços distintos como a rede de ensino superior pública e privada, tem ao mesmo tempo, diferentes posicionamentos advindos dos estudantes, os mesmos replicam a ideia colocada e sustentada pelas instituições, por mais que não haja resultados esperados no resultado do ENADE, pelos estudantes da UNIT, podemos perceber que eles entendem os objetivos e finalidades da aplicação do exame, os números obtidos nos resultados, não representam diretamente esse posicionamento, mas o conjunto dos resultados obtidos nos dão a base necessária para compreender que a postura e a ideia defendida pelos alunos, nos garante o entendimento que os indivíduos reagem ao indicador e modificam o seu pensamento a respeito dele.

## **8. Referências Bibliográficas**



ABRANTES, T. **Os melhores cursos de Direito do Brasil, segundo o INEP**. Exame, 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/os-melhores-cursos-de-direito-do-brasil-segundo-o-inep/>>. Acesso em: 08 fevereiro 2018.

ANTAL, Ariane Berthoin; HUTTER, Michael; STARK, David (Ed.). **Moments of valuation: Exploring sites of dissonance**. Oxford University Press, USA, 2015.

BARREYRO, G. B. **De Exames, Rankings E Mídia**. Avaliação, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 6, novembro 2008. ISSN 1982-5765.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. **Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula**. Educação e Pesquisa, São Paulo, Março 2014. 16.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Zahar, 2007.

BOMENY, H. **A educação no segundo governo Vargas**. FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElvVoltou/Educacao>>. Acesso em: 09 Fevereiro 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.131, de 20 de dezembro de 1995**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1995.

BRITO, M. R. F. D. **O Sinaes E O Enade: Da Concepção À Implantação**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação, Campinas, v. 13, n. 3, p. 841-850, novembro 2008.

CAMPOS, G. M. **A importância da curva normal. Estatística Prática para Docentes e Pós-Graduandos, 2000**. Disponível em: <[http://143.107.153.201/restauradora/gmc/gmc\\_livro/gmc\\_livro\\_cap08.html](http://143.107.153.201/restauradora/gmc/gmc_livro/gmc_livro_cap08.html)>. Acesso em: 06 fev. 2018.

CAVENAGHI, Felipe. **Novos contornos institucionais nos bancos públicos do Brasil: Análise do ponto de vista das normas de prudência bancária**.

CEFAI, Daniel & BÉNÉDICTE, Zimmermann & NICOLAE, Stefan & ENDRESS, Martin. (2015). **Special issue on Sociology of Valuation and Evaluation Introduction**. Human Studies. 38. 1-12. 10.1007/s10746-015-9344-6.

CUNHA, M. I.; FERNANDES, C. M.; FORSTER, M. M. **Avaliação externa e os Cursos de Graduação: implicações políticas na prática pedagógica e na docência. Perspectivas para o ensino e a docência universitária frente ao impacto das políticas de avaliação externa no Brasil**. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF,. Insular, Florianópolis, p. 97-112, fevereiro 2003.

DA COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

ESPELAND, Wendy Nelson; SAUDER, Michael. **Rankings and reactivity: How public measures recreate social worlds**. American journal of sociology, v. 113, n. 1, p. 1-40, 2007.

ESPELAND, Wendy Nelson; STEVENS, Mitchell L. **A sociology of quantification**. European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie, v. 49, n. 3, p. 401-436, 2008.

EXTRA. **‘Só a universidade é penalizada pelo boicote ao Enade’**, afirma reitor da UFF. Extra, 19 dez. 2012. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/so-universidade-penalizada-pelo-boicote-ao-enade-afirma-reitor-da-uff-7101649.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FRANÇA, Carlos Marshal. **Rankings universitários promovidos por jornais no espaço ibero-americano: el mundo** (espanha), el mercurio (chile) e folha de são paulo (brasil). 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

G1. **Após quase cinco meses em greve, UFS reinicia aulas nesta segunda-feira**: Universidade ficou em greve durante quase 140 dias. Primeiro semestre letivo está previsto para ser encerrado em dezembro.. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/10/apos-ufs-reinicia-aulas-nesta-segunda-feira.html>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

INEP. Conheça o Inep. Inep, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

INEP. Sinaes. Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ISTOÉ. **Enade tem boicote de alunos de universidades federais**. Istoé, 21 jan. 2016. Disponível em: <[https://istoe.com.br/111986\\_ENADE+TEM+BOICOTE+DE+ALUNOS+DE+UNIVERSIDADES+FEDERAIS/](https://istoe.com.br/111986_ENADE+TEM+BOICOTE+DE+ALUNOS+DE+UNIVERSIDADES+FEDERAIS/)>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ISTOÉ (São Paulo). **ENADE tem boicote de alunos de universidades federais**. 2016. Disponível em: <[https://istoe.com.br/111986\\_ENADE+TEM+BOICOTE+DE+ALUNOS+DE+UNIVERSIDADES+FEDERAIS/](https://istoe.com.br/111986_ENADE+TEM+BOICOTE+DE+ALUNOS+DE+UNIVERSIDADES+FEDERAIS/)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

LAMONT, Michèle. **Em direção a uma sociologia comparativa da valoração e da avaliação**. Novos Rumos Sociológicos, v. 1, n. 1, 2013.

LIMA, Rita de Cássia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais**. Educação e Pesquisa, v. 41, n. 1, p. 63-77, 2015.

LIMANA, A. **O Que Estão Fazendo Com O Sinaes?** Avaliação, Campinas, v. 13, n. 3, p. 869-873, novembro 2008. ISSN 1414-4077.

LÚCIA Marques Cruz e. **Sergipe panorâmico: geográfico, político, histórico, econômico, cultural e social.** Aracaju, SE: UNIT, 2009. 639 p.

NERI, Marcio José Fidelis; SANTOS, Patrícia Batista dos; NASCIMENTO ANDRADE, Maristela do. **História Da Implantação Da Educação Superior A Distância Na Universidade Tiradentes.** Não Disponível, Aracaju, p. 1-11, jan. 2015. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1776/185>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

POLIDORI, M. M. **Políticas De Avaliação Da Educação Superior Brasileira: Provão, Sinaes, Idd, Cpc, Igc E Outros Índices.** Avaliação, Campinas, v. 14, n. 2, p. 439-452, julho 2009. ISSN 1414-4077.

POOVEY, Mary. 1998. **A History of the Modern Fact: Problems of Knowledge in the Sciences of Wealth and Society.** Chicago/London: The University of Chicago Press. 419 pp.

RIGHETTI, S. **No boicote dos alunos ao Enade, quem se prejudica são as escolas.** Andifes, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/no-boicote-dos-alunos-ao-enade-quem-se-prejudica-sao-as-escolas/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SARTORE, Marina de Souza. **Convergência de elites: a sustentabilidade no mercado financeiro** / Marina de Souza Sartore. -- São Carlos: UFS Car, 2010. 207 f.

SOUZA, A. D. **Seis faculdades de Sergipe entre as reprovadas pelo MEC.** Infonet, 2011. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/educacao//ler.asp?id=120926>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

STARK, David. 2009. **The sense of dissonance: accounts of worth in economic life.** Princeton: Princeton University Press. 264 pp.

TNH1. **Unit é a melhor instituição de ensino superior de Alagoas**, segundo MEC. TNH1, 2017. Disponível em: <<http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/educacao/unit-e-a-melhor-instituicao-de-ensino-superior-de-alagoas/?cHash=e2c27cd4b0266291fd6815ca9fb314cf>>. Acesso em: 08 fevereiro 2018.

TONIAZZO, N. D. A. **DIDÁTICA: A Teoria E A Prática Na Educação.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 273-290, Dezembro 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Não Informado. **Catálogo de Cursos UFS. São Cristóvão:** [s.n.], 2011. 83 p. Disponível em: <[http://oficiais.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/6/catalogo.pdf](http://oficiais.ufs.br/uploads/page_attach/path/6/catalogo.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Projeto Pedagógico Institucional: declaração de uma identidade: Universidade Tiradentes.** Aracaju, SE: UNIT, 2005. 27 p.

UNIVERSIDADE TIRADENTES; MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V. **Avaliação da Educação Superior no Brasil: do Documento preparado para o Banco Mundial**, Rio de Janeiro, p. 48, Dezembro 2015.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes and SOARES, José Francisco. **Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2006, vol.14, n.52, pp.291-310. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000300002>.

WALTER, B. M. **Boicote ao Enade gera impasse**. Gazeta do povo, 09 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/boicote-ao-enade-gera-impasse-b9prhyuig1oxh9v10ycgwipu6>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

## 9. Anexos

<b>Questionário 01 (Discentes)</b>
------------------------------------

CAMPUS:

Data do preenchimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:	Idade:
-------	--------

Curso:	Turno: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
Telefone(s):	

**Leia e responda as seguintes questões:**

**1. Você é do sexo:**

- a) ( ) Masculino    b) ( ) Feminino

**2. Você se considera:**

- a) ( ) Branco      b) ( ) Preto      c) ( ) Pardo  
d) ( ) Amarelo    e) ( ) Indígena    f) ( ) Não declarado

**3. Estado Civil:**

- a) ( ) Solteiro(a). b) ( ) Divorciado(a). c) ( ) Viúvo(a). d) ( ) Casado(a). e) ( ) Separado(a)

**4. Local da sua residência:**

- a) ( ) Zona Urbana. b) ( ) Zona Rural.    Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**5. Você possui alguma deficiência?**

- a) ( ) Sim. b) ( ) Não.

**5.1. Em caso afirmativo, indique o tipo:**

- a) ( ) Deficiência Física. b) ( ) Deficiência visual. c) ( ) Deficiência mental.  
d) ( ) Deficiência auditiva.  
e) ( ) outro: especificar \_\_\_\_\_

**6. Você tem filhos?**

- a) ( ) Não. b) ( ) Sim.      Quantidade: \_\_\_\_\_

**7. O que você espera do curso para o qual foi aprovado?**

- a) ( ) Adquirir conhecimentos que ampliem sua visão de mundo.  
b) ( ) Formação profissional voltada para o mercado de trabalho.  
c) ( ) Qualificar e atualizar a atividade prática que está desempenhando no mercado de trabalho.

d) ( ) Obter conhecimentos que permitam melhorar seu nível sócio-econômico.

**8. Sua escola de origem é da rede:**

a) ( ) Particular. b) ( ) Pública. c) ( ) Filantrópica

**9. Qual o principal motivo de sua escolha pelo o curso?**

a) ( ) Por oferecer um ensino de qualidade

b) ( ) Credibilidade na instituição

c) ( ) Influência da família e/ou colegas

d) ( ) O curso é destaque no Estado

e) ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**10. Você conhece o ENADE?**

a) ( ) Sim. b) ( ) Não.

**11. Para você o que significa o ENADE?**

---

---

---

**12. Vai fazer esse ano?**

a) ( ) Sim. b) ( ) Não.

**13. Para você qual é o motivo mais forte, na sua percepção, para a realização da prova do ENADE?**

a) Para obter o diploma do curso superior

b) Poder contribuir para a melhoria do curso

c) Devido as vantagens como: presentes e sorteios. Realizados para quem se destaca com pontuações maiores.

d) Graças ao entendimento da sua importância quanto discente em demonstrar o nível de educação aplicada em sala de aula.

e) Outro. \_\_\_\_\_

### Questionário 02 (Docentes)

CAMPUS:	Data do preenchimento: ____/____/____
Nome:	Idade:
Matéria ministrada:	
Turno: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite	
Telefone(s):	

**1. Você é do sexo:**

- a) ( ) Masculino    b) ( ) Feminino

**2. Você se considera:**

- a) ( ) Branco      b) ( ) Preto      c) ( ) Pardo  
d) ( ) Amarelo    e) ( ) Indígena    f) ( ) Não declarado

**3. Estado Civil:**

- a) ( ) Solteiro(a). b) ( ) Divorciado(a). c) ( ) Viúvo(a). d) ( ) Casado(a). e) ( ) Separado(a)

**10. Você conhece o ENADE?**

- a) ( ) Sim. b) ( ) Não.

**4. Para você o que significa o ENADE?**

---



---



---

**5. Para você qual é o motivo mais forte, na sua percepção, para a realização da prova do ENADE?**

---



---



---

